



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Guilherme Ernesto de Andrade Neto

**NAS MARGENS DA RESISTÊNCIA: uma análise dos impactos causados
pela construção da Barragem de Sobradinho/BA na vida das famílias
beradeiras da Comunidade de Brejo de Fora**

CAMPINA GRANDE/PB

2018

Guilherme Ernesto de Andrade Neto

**NAS MARGENS DA RESISTÊNCIA: uma análise dos impactos causados
pela construção da Barragem de Sobradinho/BA na vida das famílias
beradeiras da Comunidade de Brejo de Fora**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande–PPGCS/UFCG como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, sob orientação da **Profª. Drª. Ramonildes Alves Gomes**.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Públicas e Ação Coletiva

CAMPINA GRANDE/PB

2018

A553n Andrade Neto, Guilherme Ernesto de.
 Nas margens da resistência: uma análise dos impactos causados pela construção da Barragem de Sobradinho/BA na vida das famílias beradeiras da Comunidade de Brejo de Fora / Guilherme Ernesto de Andrade Neto. – Campina Grande, 2018.
 129 f. : il. color.

 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.
 "Orientação: Prof.^a Dr.^a Ramonildes Alves Gomes".
 Referências.

 1. Famílias beradeiras. 2. Barragem de Sobradinho. 3. Modernização agrícola. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 504(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GUILHERME ERNESTO DE ANDRADE NETO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em / / /

Prof.^a Dr.^a. Ramonildes Alves Gomes (Orientadora)

Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda (Examinador Interno)

Prof. Dr. Thiago Romeu de Sousa (Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

A todos os profissionais incríveis que compõem o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Com eles aprendemos muito, sobretudo, no período dedicado as disciplinas.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pelo financiamento da pesquisa através de bolsa. Esse permitiu que um filho de camponeses concluísse(mesmo com tantas dificuldades) um curso de mestrado. Isso não é pouca coisa.

A Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro-BA, por ter disponibilizado com presteza seus arquivos mantidos graças ao esforço e dedicação de seus funcionários, guardiões de parte significativa de documentos que nos ajudam a compreender a história recente do povo do SMSF.

A Universidade Estadual da Bahia-UNEB, mais especificamente ao corpo de funcionários de sua biblioteca. Por permitir minha entrada nos arquivos da Biblioteca Dom José Rodrigues, atualmente administrado por essa universidade.

A Biblioteca Municipal de Sobradinho, por ter disponibilizado arquivos para reprodução referentes à população atingida pela barragem. Documentos que nos ajudaram a tecer essa narrativa.

A minha mãe, dona Ana Rosa Ribeiro de Andrade, pelas diversas formas de incentivos, por enxergar em mim virtudes e qualidades que eu mesmo desconheço. Sem ela, nada seria possível.

A professora Ramonildes Alves Gomes, pela sensibilidade, paciência e generosidade na forma como conduziu o processo de orientação. Não tenho palavras para agradecê-la.

A os amigos construídos durante minha estadia em Campina Grande: José Inaldo Valões, José Erivan Carvalho, Itamerson Marcel. A relação com eles trouxe-me e humor e leveza à turbulenta vida no âmbito acadêmico.

A meu amigo Adinatan Santana, com quem dividi apartamento durante o período que fiquei permanentemente em Campinha Grande. Durante esse tempo, enfrentamos e vencemos muitas dificuldades.

A meu irmão Galba Ribeiro de Andrade pelos livros emprestados, pelas diversas conversas sobre filosofia que tivemos no período em que morei no Rio de Janeiro. Momentos que me inspiraram a desbravar os meandros das ciências humanas.

A minha irmã Kedma Ribeiro de Andrade pelas palavras de incentivo, pela disponibilidade que teve de me ajudar com as viagens à Campinha Grande.

A minha sobrinha Keiliane Ribeiro de Sousa e seu noivo Victor Viana, pelo apoio que me disponibilizaram durante o processo de seleção do mestrado. Minha eterna gratidão a vocês.

A minha companheira Sara de Barros Almeida, que cuidou sozinha do nosso filho João Guilherme durante o período em que cursava as disciplinas obrigatórias do mestrado. Espero poder dedicar mais tempo a eles a partir de agora.

A comunidade de Brejo de Fora pela acolhida durante o processo de pesquisa. Devo destacar a disponibilidade das pessoas que ali entrevistamos, em partilhar memórias que para muitas são dolorosas. Meu muitíssimo obrigado.

As famílias que cultivam cebolas nas margens da represa, por ter permitido o acompanhamento de todas as fases do processo produtivo da cebola. Com eles tive contato permanente durante mais de três meses.

A todos os professores do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Nunca esquecerei que vocês mudaram definitivamente o modo como compreendo a realidade. Parafraseando Newton, posso dizer que se consegui enxergar mais longe é porque estou de pé nos ombros de vocês.

A todos os meus professores da educação básica, em especial: Emanuel Mendonça e Thelma Balbino. Esses foram mestres singulares, não poderia deixar de mencioná-los nesse encerramento de ciclo.

Sempre achei interessante como a classe dominante define para nós o que devem significar palavras como agitação, subversão, violência, luta de classe, paz e reconciliação. Um exemplo: se um especulador rouba a terra de um pobre agricultor, então isso é um “trato”, um “negócio”. Se o agricultor se defende, então isso é “violência”. O domínio de poucos sobre um povo inteiro é chamado “paz social”, mas se você quer esclarecer esse domínio para o povo dizem que é “iniciar a luta de classe”: Dom José Rodrigues, entrevista concedida a Margarete P. da Silva.

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar as mudanças ensejadas pela construção da Barragem de Sobradinho na vida das famílias beradeiras atingidas pela mesma. Essas foram transferidas para as comunidades próximas as bordas do imenso lago que se formou. Apesar de refletirmos acerca de um amplo conjunto de transformações, nossa análise recai, especialmente, sobre o processo de especialização produtiva das supracitadas famílias nos cultivos de cebola. Consideramos que tal processo modificou, substancialmente, seus modos de vida, isto é, a relação com o tempo, as dinâmicas de trabalho e seus vínculos com o meio ambiente. Para cumprir esse objetivo mobilizamos técnicas de coleta de dados referentes à pesquisa qualitativa, quais sejam: entrevistas semiestruturada; análise documental; observação de campo. Para realizar as observações, definimos enquanto recorte empírico a Comunidade de Brejo de Fora. Além de pequenos períodos de estadia permanente na comunidade, acompanhamos o trabalho dos pequenos produtores nas bordas do Lago de Sobradinho durante o ciclo produtivo da cebola. Assim, por quatro meses nos deslocamos para essas áreas de produção. A gama de dados obtidos a partir da mobilização das mencionadas técnicas de pesquisa foram articuladas com algumas discussões teóricas apresentadas ao longo dos três capítulos que constituem o texto.

Palavras-Chave: Famílias beradeiras, Barragem de Sobradinho, Modernização Agrícola

ABSTRACT

The present study aims to analyze the changes brought about by the construction of the Sobradinho Dam in the life of the beraderas families affected by it. These were transferred to communities near the edges of the immense lake that formed. In spite of reflecting on a broad set of transformations, our analysis depends, in particular, on the process of productive specialization of the above families onion crops. We consider that this process has substantially modified their ways of life, that is, the relationship with time, the dynamics of work and their ties to the environment. To achieve this goal, we mobilize data collection techniques related to qualitative research, such as: semi-structured interviews; documentary analysis; field observation. In order to carry out the observations, we defined the Community of Brejo de Fora as an empirical cut. In addition to small periods of permanent stay in the community, we follow the work of the small producers on the edges of Lake Sobradinho during the productive cycle of the onion. So, for four months we moved to these areas of production. The gain of data obtained from the mobilization of the mentioned techniques of research were articulated with some theoretical discussions presented throughout the three chapters that constitute the text.

Key Words: Beraderas families, Sobradinho Dam, Agricultural Modernization

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANCAR – Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural da Bahia

BIRD – Banco Mundial

CCT – Convenção Coletiva de Trabalho

CHESF – Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CAI – Complexo Agroindustrial

GIP's – Grandes Projetos de Infraestrutura

GEIDA – Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento

HIDROSERVICE – Empresa Paulista de Consultoria

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRPA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PECSR – Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho

PPI – Programa Plurianual de Irrigação

LISTA DE FIGURAS

	Páginas
Figura 01 – Dimensões da Barragem de Sobradinho.....	16
Figura 02 – Comunidade de Brejo de Fora.....	23
Figura 03 – Parentelas de famílias atingidas pela Barragem.....	32
Figura 04 – Embarcação utilizada pelos ribeirinhos para transportar mercadorias.....	35
Figura 05 – Casa típica dos moradores de fazendas.....	41
Figura 06 – Imagem da Barragem de Sobradinho.....	50
Figura 07 – Perímetro Público Irrigado Senador Nilo Coelho – Petrolina.....	51
Figura 08 – Principais culturas produzidas no perímetro Senador Nilo Coelho.....	53
Figura 09 – Famílias abrigadas embaixo de árvores.....	72
Figura 10 – Barracão construído para receber famílias em Pilão Arcado.....	72
Figura 11 – Casas de “taipa” na comunidade de Brejo de Fora.....	73
Figura 12 – Antigo chafariz da Comunidade de Brejo de Fora.....	75
Figura 13 – S. F. M.....	79
Figura 14 – Ilustração da Chesf como Besta Fera.....	86
Figura 15 – O trabalho das famílias atingidas nos antigos plantios de cebola.....	88
Figura 16 – Mulheres realizando o transplante das mudas.....	91
Figura 17 – Preparação dos agrotóxicos para pulverização.....	95
Figura 18 – Aplicação dos agrotóxicos.....	96
Figura 19 – Mulheres cortando cebola.....	100
Figura 20 – Processo de seleção e pesagem dos bulbos.....	101

LISTA DE QUADROS

	Páginas
Quadro 01 – Anos de cheia associados a boas colheitas (1900 – 1963).....	35
Quadro 02 – Cronologia da construção dos perímetros públicos irrigados no SMSF.....	50
Quadro 03 – Evolução da população do SMSF (1980- 2013).....	52
Quadro 04 – Indicadores sociais das cidades com famílias atingidas.....	56
Quadro 05 – Comunidades formadas por famílias transferidas do município de Sento Sé.....	67
Quadro 06 – População atingida sem energia elétrica com água encanada por município.....	76
Quadro 07 – Agentes pastorais locados em Sobradinho.....	84
Quadro 08 – Consumo de agrotóxico, Bahia, 2005 a 2012.....	93
Quadro 09 – Os cinco maiores produtores de cebola do Estado da Bahia.....	94
Quadro 10 – Agroquímicos aplicados semanalmente.....	95
Quadro 11 – Despesas referentes a plantio de um hectare de cebola.....	102

SUMÁRIO

	Páginas
INTRODUÇÃO.....	15
Procedimentos metodológicos.....	20
Sobre o local da pesquisa.....	22
Estrutura da dissertação.....	25
 CAPÍTULO I – DA VIDA DAS FAMÍLIA ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO NAS ANTIGAS LOCALIDADES AS MARGENS DO “VELHO CHICO” AS TRANSFORMAÇÕES DAS BASES AGRÍCOLAS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO.....	 27
1.1. Breves considerações sobre o capítulo.....	27
1.1.1. Trabalho e estratégias produtivas realizadas no verde.....	30
1.2. Tipos de famílias e a relação com a terra.....	36
1.2.1. As famílias beradeiras proprietárias.....	37
1.2.2. As famílias beradeiras moradoras.....	39
1.2.3. As famílias beradeiras foreiras de ilha.....	41
1.3. Um recorte da modernização no Submédio São Francisco.....	43
1.3.1. CODEVASF E CHESF: a modernização agrícola do SMSF.....	46
1.3.2. A construção da Barragem de Sobradinho.....	47
 CAPÍTULO II – O PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DAS FAMÍLIAS E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	 58
2.1. Breves considerações sobre o capítulo.....	58
2.1.1. Os ditos e não ditos sobre a construção da Barragem.....	60
2.1.2. Sonhos, indefinição e resistência.....	62
2.1.3. Boicote ao PEC-Serra do Ramalho.....	64
2.2. As condições de moradia nas novas comunidades.....	70
2.2.1. O desabastecimento hídrico.....	73

2.2.2. As estratégias produtivas.....	76
CAPÍTULO III – NAS BORDAS DO LAGO: DE “BERADEROS” A PEQUENOS PRODUTORES RURAIS.....	81
3.1. Apresentação do capítulo.....	81
3.1.1. Mediação e conflito nas comunidades: a atuação da Igreja Católica.....	82
3.1.2. A especialização produtiva: os plantios de cebola.....	87
3.1.3. A formação dos cultivos.....	90
3.1.4. A utilização dos agroquímicos nos plantios de cebola.....	92
3.1.5. O processo de irrigação dos cultivos.....	98
3.1.6. O processo de colheita.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REPORTAGENS DE JORNAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109
APÊNDICES.....	115
ANEXOS.....	117

INTRODUÇÃO

No presente trabalho objetivamos analisar as drásticas mudanças causadas pela construção da Barragem de Sobradinho na vida das famílias da comunidade de Brejo de Fora. Destacamos, sobretudo, as transformações que ocorreram em suas estratégias produtivas. Neste ponto, enfatizamos como a especialização produtiva nos plantios de cebola reconfiguraram seus modos de vida, a relação com o tempo, as dinâmicas de trabalho e vínculos com o meio ambiente.

Por volta de 1970, foi anunciada a construção de uma barragem, cuja finalidade seria regular as inconstantes águas do Rio São Francisco. Eis que no decorrer do processo de execução das obras, o projeto original passou por sucessivas mudanças. De uma simples correção na variação das águas do “Velho Chico”, a represa tornou-se um equipamento público essencial para o desenvolvimento do Submédio São Francisco. Ela cumpriria tanto a função de produzir energia, como de levar a água para a expansão da agricultura irrigada. Desse modo, em decorrência dessas alterações o discurso construído para justificar a obra também foi sendo alterado.

Não por acaso, encontramos diversas matérias de jornais de circulação nacional apresentando inúmeras vantagens relacionadas à sua construção. Essas matérias divulgavam a represa como solução para todos os grandes problemas do Nordeste: seca, fome, sede, energia, migração desordenada etc. De acordo com essas reportagens a barragem seria o grande vetor de progresso e desenvolvimento da região, há séculos “estagnada economicamente”.

A princípio, afirmavam que o curso de água do Rio São Francisco oscilava consideravelmente durante o ano. Não obstante, nos períodos chuvosos, entre os meses de outubro e fevereiro, sua vazão poderia superar 13 mil m³/s. Durante esses meses os afluentes temporários desaguavam no Rio São Francisco. Contudo, nos períodos de seca (de março a setembro), o volume das águas reduzia drasticamente caindo para 900 m³/s. Fenômeno que dificultava a captação de água para abastecer as lavouras irrigadas (SIGAUD, 1988).

A variação no volume das águas seria a justificativa técnica para a construção de mais um barramento no “Velho Chico”. Pois, de acordo com os especialistas, técnicos dos órgãos do Estado: as oscilações nas águas do Rio poderiam comprometer o funcionamento

permanente da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso. Assim, a construção da Barragem de Sobradinho era a indicação técnica para solucionar o problema.

A nova represa tornou-se o maior projeto de infraestrutura do Nordeste. Pode-se imaginar sua magnitude pelos números que expressam suas dimensões. A Barragem de Sobradinho se estende por 350 km. Sua largura pode chegar a 40 km, com pontos de profundidade superiores a 30m. Sua área total extrapola os 4.200 km². Dimensões amplas que podem armazenar 34 bilhões de m³ de água. De acordo com a imagem abaixo, o reservatório se estende do extremo norte baiano as proximidades da chapada diamantina. As cidades do médio São Francisco foram drasticamente afetadas pelo empreendimento, em detrimento do projeto de modernização fomentado para o Submédio São Francisco (COSTA, 2013).

Figura 01 - Dimensões da Barragem de Sobradinho



FONTE: https://www.researchgate.net/figure/Mapa-com-a-localização-dos-12-municípios-do-Submedio-do-Vale-São-Francisco-e-dos_fig1_262751698. Com modificações realizadas pelo autor.

Curiosamente, o imenso reservatório construído, discursivamente com uma finalidade específica, tornou-se um equipamento fundamental no processo de transformação do modelo de produção agrícola do Submédio São Francisco. Antes do advento da Barragem de Sobradinho, predominavam nessa Microrregião basicamente dois modelos de produção agrícola. Primeira, agricultura de sequeiro, praticada em roçados abertos na caatinga, distante

das margens do Rio. Segundo, a agricultura de vazante, praticada nas terras de aluvião das margens e ilhas do Rio São Francisco (ANDRADE, 1984; NETO; ALVES, 2009)¹.

Isto porque, o barramento das águas do “Velho Chico” propiciou duas mudanças fundamentais: Primeiro, a formação do reservatório estabilizou o fluxo de água do rio, que passou a ser controlado pelo sistema de comportas da represa. Medida que facilitou, consideravelmente, a captação de água para irrigação das lavouras a jusante. Segundo, o aumento da oferta de energia elétrica, bem como das linhas de transmissão, viabilizaram a rápida expansão dos motores elétricos. Equipamentos fundamentais para a irrigação das grandes áreas de cultivo (ANDRADE NETO 2014; ANDRADE NETO; 2015).

Disponíveis em abundância, esses elementos: água e energia possibilitaram a expansão da agricultura irrigada em grande escala no Submédio São Francisco. Modelo de produção ancorado nos princípios técnico-científicos disseminados pela Revolução Verde: mecanização agrícola; adubação química, melhoramento genético das espécies cultivadas, aplicação dos agrotóxicos para realização do controle das pragas etc. Esses se distinguem, substancialmente, dos modelos anteriores.

Esses princípios e técnicas foram implementados, sobretudo, nos perímetros públicos irrigados, construídos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco². Tais perímetros passaram por um processo de ampliação a partir das possibilidades criadas pela construção da barragem. A finalidade destes espaços de produção era abastecer com frutas o complexo agroindustrial, que estava sendo implantado na Microrregião. Voltado para a produção de polpas, sucos, vinhos e azeites. Porém, com a crise no padrão de financiamento agrícola em meados da década de 1980, houve uma redução dos investimentos na agroindústria (SILVA, 2009; ANDRADE NETO, 2014).

¹No Submédio São Francisco a agricultura de sequeiro era praticada em pequenos roçados cultivados nas terras áridas da caatinga no transcurso dos meses chuvosos, de outubro a março. A agricultura de vazante era praticada nas terras de aluvião, nas margens e ilhas do rio São Francisco a partir do mês de março, quando as águas das enchentes anuais baixavam descobrindo as terras submersas. Nas mesmas cultivavam-se tanto espécies com ciclos vegetativos mais longos: cana de açúcar e mandioca; quanto espécies de ciclo vegetativo curto: batata, abóbora, melancia, milho, feijão, etc.

² Os perímetros públicos irrigados podem ser caracterizados enquanto áreas produtivas estratificadas em lotes agrícolas com dimensões distintas. No Submédio São Francisco, os perímetros geralmente comportam duas modalidades de irrigantes: primeiros, os colonos, cujos lotes são de no máximo doze hectares; segundo, as empresas, que dispõem de lotes com área média de sessenta hectares. De modo geral, eles são dotados com dois tipos de infraestrutura: a) uma voltada para a irrigação das áreas, compostas por estações de bombeamento conectadas a canais de irrigação; b) uma social, voltada, sobretudo para os colonos, formada por escolas, postos de saúde, áreas de lazer etc.

Neste contexto de restrição dos investimentos, permaneceram nos perímetros públicos os irrigantes, que possuíam recursos para investir no cultivo de “frutas finas”, com altos valores agregado, produzidas para a exportação. Face ao sucesso destes irrigantes/fruticultores, a microrregião figura na atualidade como a maior exportadora de frutas in natura do país. Exportando para o mercado global 80% da manga e 90% da uva produzidas no Brasil (SILVA, 2016; SILVA, 2016).

Assim, consideramos a construção da Barragem de Sobradinho como a pedra de toque do processo de modernização agrícola do Submédio São Francisco, pois a construção da mesma impulsionou a expansão da agricultura irrigada na microrregião, sobretudo nos supracitados perímetros públicos irrigados. Espaços que atraíram um conjunto heterodoxo de atores sociais: colonos, grandes e médios empresários, técnicos das agências governamentais, trabalhadores etc. Responsáveis tanto pela disseminação das novas tecnologias de produção agrícola, como pela complexificação das relações sociais da Microrregião (CAVALCANTI, 1997; SOUTO JR; SILVA; LIMA, 2012).

A presença desses novos atores rompeu a velha ordem social do Submédio São Francisco afetando as relações de mando locais. Destarte, o poder irrestrito de uma elite política local, constituída por algumas famílias tradicionais fora ameaçado. Algumas delas, ainda figuram no cenário político do Sumédio São Francisco, especialmente as que tiveram a “expertise” de negociar com esses atores, construindo novas alianças (FAVARETO; KLEEB; GALVANESE; SEIFER; MORALEZ, 2015).

Mas, para além das transformações na esfera produtiva, induzidas pela construção da barragem, devemos considerar, também, os custos sociais que o empreendimento acarretou. A barragem implicou na formação do segundo maior lago artificial do mundo. Este inundou a sede de quatro municípios baianos: Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Casa Nova. Estima-se que a população atingida seja de aproximadamente 72 mil pessoas, causando impactos significativos no Baixo Médio São Francisco (SILVA; GERMANI, 2009).

Este contingente compunha aproximadamente 12 mil famílias, dentre elas, 3.381 habitavam as sedes municipais atingidas. Contudo, os impactos sobre estes grupos foram amenizados, pois a esses foram concedidas novas moradias nas cidades reconstruídas. Porém, não houve planejamento para transferência e relocação das 8.619 famílias, que viviam nas terras de vazante das margens do Rio São Francisco. As quais se mantinham basicamente da criação, da pesca e da agricultura de vazante.

Assim, as obras avançaram sem definição de como ficariam as famílias. A Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), responsável pela execução da obra não criou espaços de comunicação com as mesmas. De modo que, as decisões sobre o reassentamento dos grupos domésticos em questão foram tomadas restando menos dois anos para o represamento parcial das águas, sem que elas participassem de tal processo decisório.

Em março de 1975, anunciou-se que cinco mil poderiam ser transferidas para o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, localizado nas adjacências do município baiano de Bom Jesus da Lapa. Distante, aproximadamente, 700 km das margens da Barragem de Sobradinho. Desse modo, as famílias restantes tanto poderiam ser relocadas nas bordas do lago, quanto poderiam migrar para regiões longínquas³.

Entretanto, o modo autoritário como a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) conduziu o processo de construção da barragem dificultou a construção de laços de confiança, capazes de motivá-las a reconstruírem suas vidas no desconhecido projeto de colonização. Não por acaso, com o intuito de convencê-las e organizá-las para a transferência, montou-se uma equipe composta por técnicos, assistentes sociais, sociólogos, antropólogos e etc. Essa divulgou, sobretudo, nos limites do município de Casa Nova, as supostas vantagens da transferência (DUQUÉ, 1980).

Apesar de todo esse esforço a meta não fora alcançada, das cinco mil famílias previstas para serem transferidas, pouco mais de mil aderiram ao projeto de reassentamento. De modo que, aproximadamente 7.590 grupos domésticos decidiram permanecer nas terras próximas às margens da represa. Assim, eles foram transferidos para as terras áridas da caatinga, nas quais construíram com a ajuda de custo doada pela CHESF novas comunidades. Nestes novos espaços tiveram que redefinir suas estratégias produtivas, pois seus rebanhos foram levados pelas águas, as lagoas piscosas foram extintas, assim como as áreas utilizadas para produção foram submersas.

Para a retomada das atividades produtivas a CHESF lhes concedeu lotes de 7,5 ha. Áreas de produção que ficavam no entorno das comunidades. Mas, a irregularidade das chuvas comprometia a produtividade dos cultivos, ameaçando assim, a permanência das famílias nestes novos espaços. Neste contexto adverso, as famílias contaram com a mediação

³ Bastava fazer parte do contingente de grupos domésticos atingidos para ocupar um dos lotes do projeto. Desse modo, os interessados preenchiam um simples cadastro. Porém, diante do baixíssimo número de famílias atingidas pela barragem dispostas a migrarem do Submédio São Francisco, o mesmo fora aberto para famílias de diversos lugares do Brasil. Tornando-se o maior projeto de reforma agrário do país.

dos agentes pastorais da terra. A partir de tal contato, teve início um movimento para reivindicar melhores condições de vida nas comunidades recém-criadas.

Dentre as reivindicações destacavam-se à urgência da retomada das atividades produtivas. Processo que ocorreria mediante o acesso às disputadas terras que margeavam o barramento, as quais foram apropriadas por agentes diversos. Para requerê-las as famílias ocuparam diversas vezes as dependências do escritório central da CHESF em Sobradinho. Fato que resultou na distribuição de lotes produtivos de 10 ha. Pode-se afirmar que: a concessão dessas áreas fora a última medida, com vistas a amenizar os impactos causados pela barragem, na vida das famílias atingidas.

Entretanto, a formação do lago extinguiu os movimentos naturais de enchentes e vazante do Rio São Francisco. Processos naturais indispensáveis para o cultivo das terras de vazante. Desse modo, elas tiveram que recorrer a empréstimos para aquisição dos sistemas de irrigação. A utilização desses sistemas incidiu diretamente sobre os custos de produção. Assim, elas tiveram que apostar em cultivos com valor de mercado mais elevado. Logo, se especializaram na cebolicultura. Como veremos, esse processo incorreu na transformação abrupta e radical do modo de vida das famílias estudadas.

Por último, ponderamos que a realização desse estudo ampliou nossa compreensão sobre os impactos da modernização agrícola no Submédio São Francisco. Pois, consideramos irrigantes distintos dos produtores da fruticultura irrigada, bastante estudados por pesquisadores de diversas áreas. Esses, pelo conjunto de aspectos elencados neste trabalho precisam ser visibilizados.

Procedimentos metodológicos

A perseguição dos objetivos que orientaram a construção desse estudo exigiu a mobilização de três técnicas consagradas pelas pesquisas qualitativas: relato oral, pesquisa documental e observação de campo. Destarte, nas páginas seguintes serão descritos alguns aspectos referentes à aplicação destas técnicas no processo de coletas dos dados distribuídos no corpo do texto.

Para compreender a dimensão das conseqüências decorrentes da construção da barragem na vida dos grupos domésticos estudados, era preciso saber alguns aspectos relativos à vida dos mesmos antes do advento da barragem. Assim, começamos o levantamento das informações pelos relatos orais. Realizamos entrevistas com informantes oriundos das antigas localidades atingidas pelas águas da represa, com idade superior a cinquenta anos. Consideramos que esta faixa etária contempla os sujeitos impactados pelos processos de transferência e relocação motivados pela construção da barragem.

Para acessar a memória dos interlocutores elaboramos blocos de perguntas, abordando aspectos de suas vidas nas antigas localidades. Essas compõem um roteiro de entrevista semi-estruturado. Trabalhamos com essa modalidade de entrevista por dois motivos fundamentais: Primeiro, ela permite que o entrevistado articule suas lembranças com certa liberdade. Segundo, possibilita que o entrevistador conduza, por meio das perguntas, o diálogo para questões que estabelecem relação direta com os problemas de pesquisa. No final do período dedicado a esta estratégia metodológica foram realizadas vinte entrevistas, com duração média de uma hora.

Com relação tanto à vida das famílias nas antigas localidades, como às transformações ensejadas pela construção da barragem os informantes expressaram opiniões diversas. Porém, registramos que algumas interpretações apresentavam elementos comuns. Essas foram definidas pela elaboração coletiva destas memórias nos últimos quarenta anos. Compreendidas enquanto pontos de ancoragem (fora dos indivíduos, determinados pelo social), sem os quais as lembranças individuais se perderiam. Assim, buscamos as regularidades nos discursos, para melhor compreender o conjunto de experiências vividas pelas famílias estudadas (HALBWACHS, 2003: 72).

Das entrevistas seguimos para a realização da pesquisa documental nos acervos de diversas instituições na microrregião. A documentação levantada sanou algumas dúvidas suscitadas pelas entrevistas, bem como, possibilitou reconstituir a partir de fontes documentais diversos aspectos relativos a historicidades das questões que orientaram a construção desse estudo. Em princípio acessamos o acervo da Biblioteca Municipal de Sobradinho.

Nos arquivos localizamos declarações de compra e venda de pequenas parcelas de terras. As quais, originalmente constituíam latifúndios da agropecuária extensiva situados às margens do Rio São Francisco. Tais documentos evidenciam a fragmentação das grandes

propriedades na microrregião, a partir da segunda metade do século dezoito. Processo motivado pela falência da pecuária, que criou a possibilidade de compra de pequenas áreas de terra por famílias menos “abastadas”. Porém, as declarações lavradas nos cartórios locais não foram reconhecidas pela CHESF. Desse modo, essas famílias não tiveram direito as indenizações.

Na sequência, consultamos o acervo da Biblioteca da Diocese de Juazeiro. Apesar dos empecilhos relacionados à desorganização dos arquivos, encontramos alguns documentos: planilhas que registraram o número de famílias atingidas por município, cartilhas ilustradas voltadas para a formação política das famílias atingidas, confeccionada pela Diocese de Juazeiro. Além da consulta a dissertações, algumas contendo descrições acerca dos impactos socioambientais causados pela construção da barragem.

Por último, acessamos o arquivo da Pastoral da Terra de Juazeiro-BA. Neles foram encontradas inúmeras matérias de jornais referentes à construção da Barragem de Sobradinho. Reportagens sobre os diversos desdobramentos induzidos pela execução da obra. Essas foram fichadas a partir da cronologia das publicações. Permitindo-nos analisar as mudanças ocorridas nos discursos veiculados para legitimar a construção da barragem. Nesse ponto, seguimos as considerações metodológicas recomendadas por (PIMENTA, 2001).

Sobre o local da pesquisa

Para realizar os registros e análises descritas nesse trabalho, durante aproximadamente seis meses nos lançamos nas sinuosidades margeadas pelas cadeias de serras da BR-210. Construída após a edificação da barragem, a BR-210 liga as sedes do município de Sobradinho e Sento Sé, que distam cerca de 200 km.

A referida BR tem início em Sobradinho, descrevendo uma trajetória que seguirá tangenciando as bordas do imenso lago. Percorreremos cerca de 40 km deste percurso, uma vez que mudamos nossa direção em um dos vários pontos que nos conduzem as bordas do lago, do lado direito. Priorizamos a entrada da comunidade de Brejo de Fora. Para chegar à comunidade penetramos na caatinga por uma estrada vicinal repleta de ondulações, pavimentada com pedras de seixo rolado.

No fim do percurso nos deparamos com o centro da comunidade. Espaço caracterizado, essencialmente, pelos equipamentos de uso coletivo: chafariz, igreja, escola e quadra de esportes (recém construída). A disposição das casas nos remete a uma espécie de retângulo composto pelas moradias das 180 famílias que habitam a comunidade. A escolha de Brejo de Fora para analisar as transformações provocadas pela construção da barragem na esfera produtiva da vida das famílias mantém relação com dois aspectos⁴:

Primeiro, algumas comunidades mais distantes das margens do rio, já existiam antes da construção da represa. Entretanto, o “Brejo” foi construído, exclusivamente, para abrigar as famílias deslocadas pelo barramento. Desse modo, avaliamos que seria possível examinar com mais clareza as transformações, que impactaram a vida desses grupos após a barragem, pesquisando nessa comunidade.

Figura 02 - Comunidade de Brejo de Fora



FONTE: Guilherme Ernesto de A. Neto (2018).

⁴ Nas proximidades das bordas do Lago de Sobradinho existem 23 comunidades. Na margem direita do lago estão localizadas as seguintes: Projeto Tataui, São Gonçalo, Algodões, Piçarrão, Brejo de Dentro, Piri, Bazuá, Quixaba, Riacho dos Pais, Andorinha, Tapera, a cidade de Sento Sê, Retiro, Tombador, Pascoal, Ponta D' água, Volta da Serra, Cajuí, Retiro II, Serra do umbuzeiro, Serra da Cruz. Já na margem esquerda do lago estão dispostas as comunidades: Mosquito, Santana do Sobrado, a cidade de Casa Nova, Braúna, Pau a Pique, Bem Bom, e por fim a cidade de Pilão Arcado.

Segundo, em virtude da facilidade de acesso às famílias de Brejo de Fora. Pois, já havíamos realizados algumas atividades de pesquisa na mesma, ainda durante o curso de graduação. Isto possibilitou a construção de relações de confiança imprescindíveis para a realização da pesquisa de mestrado, especialmente nas áreas de produção, situadas nas bordas do lago. Espaços pouco acessíveis a estranhos.

Durante quinze dias acompanhamos o cotidiano dessa comunidade. Buscamos construir uma caracterização das rotinas dos moradores. Observamos que nas primeiras horas da manhã durante seis dias por semana, prevalece o ruído ensurdecedor das motocicletas, postas para aquecer nas calçadas. Há anos, esses veículos são largamente utilizados pelas famílias para se deslocarem no sentido dos lotes produtivos nas bordas do lago. Lotes que distam aproximadamente 13 km da comunidade.

Após a partida das famílias o dia transcorre em silêncio, capaz de tornar nossa percepção insensível a passagem do tempo. A quietude é quebrada apenas pelos sons dos chocalhos amarrados as ovelhas, que esporadicamente cruzam a comunidade. O rompimento definitivo do silêncio ocorre apenas no fim do dia, quando as motocicletas retornam sinalizando o término da jornada de trabalho

Durante a maior parte dos dias da semana os grupos domésticos se ocupam, exclusivamente, dos cultivos de cebola nas bordas da represa, visto que a produtividade dos mesmos depende da pontualidade dos procedimentos, que, devem ser rigorosamente cumpridos no decorrer do ciclo de produção deste vegetal: formação das sementeiras, transplante das mudas, irrigação das áreas, pulverização dos agrotóxicos e colheita.

No período em que fizemos as observações visitamos os lotes de dez famílias. Porém, o acompanhamento das dinâmicas produtivas foi realizado nos lotes, pertencentes a cinco famílias distintas. Em geral, pequenos grupos domésticos, constituídos por no máximo quatro indivíduos. Grupos que contrastam com as numerosas famílias que viviam às margens do Rio São Francisco, antes do advento da represa. Tal processo de acompanhamento nos possibilitou identificar as transformações ensejadas pela construção da barragem, no modelo de produção agrícola dos grupos domésticos em questão.

Regularmente as famílias cultivam nos lotes que foram legados pela CHESF às gerações passadas. Mas, com o recuo do nível do reservatório em decorrência dos períodos de seca a água chega a ficar a 8 km de distância dos lotes, especialmente dos localizados nas partes mais altas das margens da represa. Isto exige a aquisição tanto de canos, quanto de fios para ampliação da rede elétrica, que energizam os motores utilizados para a irrigação.

Desse modo, para não suspenderem a produção durante os períodos de estiagem, algumas famílias costumam arrendar pequenas parcelas de terra as famílias que possuem lotes nas áreas de “baixio”. Áreas de produção das quais mesmo no transcurso dos meses de seca, a água permanece a uma distância mais favorável à captação. Dessa maneira, no decorrer deste período crítico, um mesmo lote da área de “baixio” pode ser cultivado por mais de três famílias. Essa estratégia facilitou a coleta dos dados, que serão analisados no último capítulo deste estudo.

Estrutura da dissertação

O presente estudo está composto por três capítulos articulados entre si. No primeiro capítulo refletimos sobre o modo de vida das famílias beradeiras nas antigas localidades submersas pelas águas da Barragem de Sobradinho. Refletimos tanto sobre suas principais estratégias de geração de renda durante o antigo calendário agrícola local, como também sobre as distintas formas de vínculo que essas tinham com as terras onde viviam. Por fim, descrevemos o conjunto de transformações nas bases agrícolas do Submédio São Francisco, enfatizando como essas mudanças impactaram diversos segmentos sociais na Microrregião. Dentre os quais: as famílias beradeiras abordadas neste trabalho.

No segundo capítulo tentamos passar no entorno dos postulados teóricos que relacionaram a relutância das famílias a saírem das margens do rio apenas ao suposto apego das mesmas a um modo de vida específico. Pensamos a resistência das mesmas, sobretudo enquanto resposta a um conjunto de equívocos cometidos pelas agências governamentais na condução deste complexo processo. Além disso, descrevemos como tais equívocos impactaram a vida das famílias nas novas comunidades, construídas próximas as bordas da

represa. Logo, destacamos aspectos referentes à: falta de moradia, desabastecimento hídrico, supressão das estratégias de geração de renda.

No terceiro capítulo, analisamos as transformações induzidas pela modernização agrícola do Submédio São Francisco, a partir da construção da barragem, no modelo de produção das famílias estudadas. Desse modo, a princípio refletimos que tais mudanças deram-se a partir da conquista de lotes produtivos nas margens da represa. Contudo, para cultivá-los elas tiveram que adquirir mediante empréstimos bancários sistemas de irrigação. Esses elevaram significativamente os custos de produção, cobertos apenas pelos produtos com alto valor de mercado. Neste contexto a especialização produtiva nos plantios de cebola foram para estas famílias um imperativo. Assim, nos coube examinar tanto as alterações no modelo de produção agrícola destes grupos, quanto as implicações destas mudanças.

CAPÍTULO I

DA VIDA DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO NAS ANTIGAS LOCALIDADES AS MARGENS DO “VELHO CHICO” AS TRANSFORMAÇÕES DAS BASES AGRÍCOLAS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

1.1. Breves considerações sobre o capítulo

Neste capítulo abordamos o modo de vida das famílias beradeiras que viviam nas antigas localidades dispostas as margens do Velho Chico, submersas pelas águas da Barragem de Sobradinho. Destacamos como elas foram impactadas pelas dinâmicas de modernização agrícola, que ocorreram na microrregião, após a formação do imenso lago artificial. A princípio descrevemos o conjunto de estratégias de geração de renda mobilizadas por essas famílias antes do advento da barragem.

Para compreendê-las consideramos o modo como elas organizavam suas ações no interregno do antigo calendário agrícola local. Dividido de acordo com as atividades realizadas em cada período. Em sua totalidade, o calendário descrevia um ciclo produtivo sintetizado na expressão “de seca a verde”. Assim, iniciamos nossa reflexão a partir do que segundo elas era a principal atividade realizada no transcurso do ano: o plantio das terras de vazante praticada nas margens e ilhas do “Velho Chico” (COSTA, 2013: 109).

Produzidos durante os meses de seca, os alimentos cultivados nessas terras abasteciam as feiras livres dos municípios da Microrregião. Além disso, descrevemos os vínculos dessas famílias com as terras nas quais viviam. A princípio destacamos como a falência da pecuária extensiva na segunda metade do século dezenove modificou a estrutura fundiária local, possibilitando a aquisição de pequenas parcelas de terras, pelas famílias menos “abastadas”. Elas, tanto eram percebidas, quanto se percebiam como donas das terras onde viviam.

Por último, analisamos a participação do Estado no processo de modernização das bases agrícolas do Submédio São Francisco, essencialmente, a partir da atuação de duas agências governamentais na década de setenta: A primeira, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), responsável pela expansão da agricultura irrigada.

A segunda, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), responsável pela construção da Barragem de Sobradinho (obra que subsidiou a atuação da CODEVASF na Microrregião).

Em seu notável trabalho, Costa (2013) mencionou que a percepção da passagem do tempo para as famílias beradeiras⁵ mantinha relações estreitas com as estratégias de geração de renda mobilizadas por elas durante o ano. Desse modo, não havia para esses grupos domésticos as descontinuidades temporais intuídas pelas mudanças ambientais típicas da sucessão nas estações do ano. Assim, as atividades produtivas de cada período marcavam a passagem do tempo. Logo, para descrevê-las partimos das atividades realizadas no transcurso dos meses de seca.

Por volta do mês de março, as águas do Rio São Francisco começavam a baixar progressivamente. Resultava deste processo o surgimento das terras úmidas adubadas pelos sedimentos orgânicos deixados pela enchente. Este momento era ansiosamente esperado pelas famílias, pois dos cultivos realizadas nestas áreas obtinham-se as melhores colheitas. As falas dos entrevistados revelaram alguns aspectos referentes a esse momento do ciclo produtivo.

Eles plantavam na vazante⁶, era mês de março, plantavam naqueles terrenos que estavam molhados, onde o rio andou. Cobria de feijão, abóbora, feijão de corda. Dava tanta coisa, mas tanta coisa que, dava pra todo mundo comer, passarinho comia, o povo dava, era muita fartura (M. G. A. B. Produtora de cebola aposentada, 73 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 19/01/2017).

Quando o rio baixava *nó chamava lameiro*⁷, porque a terra era muito fértil, a terra era uma terra mole, agente *infinca* o furador na terra, ali plantava. Não precisava chegar terra como hoje em dia não, só com a água que ficava ali durante o período que o rio cobria dava para colher, sem adubo, sem nenhum agrotóxico: mandioca, batata, abóbora, milho, feijão, melancia (J.C. Primeiro secretário da Comissão Borda do Lago de Sobradinho, 61 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 28/01/2017).

A produção lá era diferente de hoje pelo seguinte, porque hoje se não for com o adubo, o veneno, não produz, não sai nada. Naquele tempo, por um lado era muito mais fácil, se tivesse terra molhada, plantasse e deixasse limpo, ali produzia a batata, a mandioca, a abóbora. Podia deixar lá e viajar, bastava deixar limpo, a planta ia pra frente (J. B. Pequeno produtor rural de cebola, 61 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 23/04/2017).

⁵Convém ressaltar que o termo famílias beradeiras resulta da combinação de dos conceitos: A) o conceito de família, compreendido no presente contexto enquanto o grupo de indivíduos que viviam “na mesma casa e possuíam uma economia doméstica comum”. B) o conceito de “beradero”, mobilizado para categorizar aqueles que viviam nas margens do rio e tiravam dele seu sustento (COSTO, 2013: 119; ESTRELA, 2004: 31).

⁶Áreas submersas temporariamente pelo Rio São Francisco, cultivada pelas famílias beradeiras, após o rio voltar para seu leito.

⁷Termo usado para designar as primeiras terras descobertas pelo Rio São Francisco no período em que suas águas voltavam para o nível. Os lameiros eram as faixas de terras mais úmidas das vazantes.

Consideramos a possibilidade dos relatos terem superestimado a produção dos lameiros. Porém, a partir das falas analisamos alguns aspectos referentes às técnicas utilizadas nos cultivos de vazante. Percebemos que neste tipo de produção, os movimentos naturais de enchentes e vazantes do Rio São Francisco eram atributos imprescindíveis. Não por acaso, a racionalidade que orientava a composição dos plantios estava diretamente relacionados à temporalidade dos citados movimentos.

Desse modo, as terras mais “altas” primeiras a ficarem descobertas pelas águas recebiam a plantação dos pequenos canaviais. Neste caso, considerava-se, principalmente, a longevidade do ciclo desta cultura. Logo, cultivava-se cana de açúcar nas últimas faixas de terras a serem alagadas. Pela mesma razão, na faixa de terra seguinte plantava-se mandioca. Já as primeiras áreas a ficarem submersas eram preenchidas pelos cultivos de ciclo vegetativo mais curto: batata, abóbora, melancia, milho e feijão (ANDRADE, 1984).

Por volta do mês de junho, após a colheita das culturas de ciclo curto as famílias partiam para a pesca nas lagoas. Nesse período, o nível destes grandes reservatórios naturais começava a baixar. Destarte, nas águas turvadas pela lama revolvida pelos rebanhos, toneladas de peixes se debatiam. Para capturá-los, grupos domésticos oriundos de localidades diversas montavam acampamentos provisórios denominados “rancharias”, às margens destas grandes depressões alagadas. Nesses permaneciam por meses (COSTA, 2013: 132).

Para esta modalidade de pesca constituíam-se os “corpos de rede”. Grupos compostos por homens liderados por um “chefe de família” especializado no ofício, chamado de “maianos”. A pescaria tinha início com os primeiros “lances de rede”. Seguidos com entusiasmo pelos expectadores, que os acompanhavam. Esses costumavam receber dos pescadores os primeiros peixes colhidos (ESTRELA, 2004).

Nós pescava na lagoa do Boqueirão, o rio enchia, o peixe entrava, quando era na seca juntava meio mundo de gente. A pesca era feita com rede de arrasto, botava aquela redona, era homi de um lado e de outro. Tinha fartura, todo tipo de peixe: surubim, curimbatá, traíra, piau, beba. Era barriga cheia, quem chegasse levava peixe, era multidão de gente (A. N. C. Diarista, 58 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 11/01/2017).

Lá, era na Lagoa Grande, nós gostava de pescar de anzol, ia eu e outra mulher ali da rua cinco, pescava muito de anzol, mas tinha gente que pescava de barco com rede. Quando a lagoa secava dava pra pegar peixe com a mão. Pedrinho pescava muito nessa lagoa, se quiser pode perguntar a ele também (B. S. F. Pescadora aposentada, 59 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 25/04/2017).

Quando o rio enchia botava muito peixe nas lagoa, na seca fazia os arrasto com rede de caroa, meu pai tinha rede, jogava a jangada na lagoa pra pesca, era cada peixão. Dava gosto de vê, ajuntava muita gente nas bera de lagoa naquela época (M. O. Pequena produtora rural de cebola aposentada, 63 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 28/07/2017).

No tocante as estratégias de geração de renda, adotadas pelas famílias, observa-se que a divisão sexual do trabalho aparece de forma mais clara em atividades bem específicas. Nas pescarias, por exemplo, enquanto os homens lançavam as redes, “colhiam o peixe”; as mulheres se ocupavam das atividades necessárias para manutenção das rancharias: limpar o ambiente, cozinhar, cuidar das crianças menores. Elas conciliavam estas atividades com o processo de “salga” do pescado (COSTA, 2013).

Salgado, o produto dos “lances de rede” era empilhado em “rumas” nas beiras das lagoas. Expostos para a apreciação de compradores vindos de diversos Estados do Nordeste. Logo, podemos inferir que a pesca, principalmente, a realizada nas lagoas fazia parte do repertório de estratégias de geração de renda mobilizadas pelas famílias durante boa parte do período de seca, pois elas permaneciam nas rancharias por volta de três meses. Retornavam as localidades apenas no final do mês de agosto. Neste período elas precisavam iniciar o processo de corte dos canaviais.

1.1.1 Trabalho e estratégias produtivas realizadas no verde

O verde tinha início com as primeiras chuvas, geralmente, sincronizadas as alterações no nível das águas do Rio São Francisco. Processo que acontecia por volta do mês de novembro. Como já mencionado, o corte da cana de açúcar abria as atividades realizadas pelas famílias neste período. Neste trabalho, os homens incendiavam os pequenos canaviais, bem como cortavam a cana, já as mulheres e crianças deslocavam os feixes para os paquetes na beira do rio.

De acordo com Andrade (1982: 41) o corte da cana ensejava a instalação de uma miríade de pequenos engenhos na microrregião. Contudo, parte considerável da produção dos grupos domésticos estudados era processada no engenho de Adolfo Viana. Político influente na microrregião, membro da elite agrária que dominava o município de Casa Nova. Para tanto, eles pagavam $\frac{1}{2}$ dos derivados produzidos: rapadura, melaço, mel e cachaça.

Olhe, a cana de açúcar era plantada nas terras mais alta, ela morre em lugar com muita água, *nós plantava* nas terras mais alta. Quando era no tempo de cortar tinha que tocar fogo primeiro, porque ninguém aguentava a coceira do pelo dela. Depois jogava nos barco pra levar pro engenho, produzir mel, rapadura (Entrevista com N. N. C. Diarista, 60 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 11/01/2017).

Eu lembro, o engenho era aquele mundo todo, aquela rodona puxada pelos bois, no tempo da moagem era dia e noite o povo trabalhando: produzia muita rapadura, mel. Nêgo tomava tanto caldo de cana que abusava. Mas isso tudo acabou, se você quiser comer tem que

comprar se não... (M. O. Pequena produtora rural de cebola aposentada, 63 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 28/07/2017).

Agente levava a cana de barco pro engenho de Dr. Adolfo Viana, *chegava* lá jogava aquela cana no carroção pra levar *pros boi moer*. Ali produzia a rapadura, o mel, o que fosse era dividido com o dono do engenho. Se produzisse *dez rapadura* era cinco sua e cinco dele. Mas o engenho pegou fogo porque o dono botou pra *trabaiá* dia de Corpus Christi (A. N. C. Diarista, 58 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 11/01/2017).

Durante o mês de novembro, logo após o corte da cana de açúcar o rio começava a encher. A ocorrência desse processo era intensamente comentada pelas famílias beradeiras. Pois, em torno deste fenômeno elas tomavam algumas decisões transcendentais a cada grupo doméstico. Relacionadas tanto ao momento mais propício para a realização da colheita, quanto sobre o período mais conveniente para a plantação dos novos cultivos. De modo geral, as parentelas esperavam a enchente inundar as plantações para iniciarem a “arranca” da mandioca. Pois as águas tornavam a terra menos densa. Facilitando a colheita dos Tubérculos. Por este aspecto, o rio era compreendido enquanto co-autor deste processo.

Para Costa (2013) o avanço rápido da enchente exigia a cooperação dos grupos domésticos. Neste momento tinha início uma espécie de “articulação entre as famílias beradeiras ligadas por laços de sangue (parentelas) ou afinidade, que tinham interesses e objetivos comuns, lideradas por um chefe⁸”. Logo, no período de produção da farinha de mandioca chamado de “desmancha” tanto o embate com as águas do rio, quanto à intensidade do trabalho nas casas de farinha demandavam a cooperação das numerosas parentelas diuturnamente. Essas, geralmente possuíam um ancestral comum, denominado “tronco velho”, que as unificavam como o “povo de...”. (COSTA, 2013: 120).

Em dezembro nosso povo começava a colher, porque o rio enchia, as mandiocas começavam a inundar, *nós tinha* que arrancar. Agente arrancava mandioca com água na cintura, pelo pescoço. Era uma grande festa (J.C. Primeiro secretário da Comissão Borda do Lago de Sobradinho, 61 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 28/01/2017).

Quando o rio vinha agente tinha que arrancar no mergulho se não *as água comia*, era brabo rapaz. Esse ai quase morreu afogado, era assim, se não tirasse o rio levava, tinha que arrancar, levar ligeiro pra casa de farinha, puxa roda ai durante muitos meses. Nesse tempo

⁸No entanto, a noção de grupo doméstico é insuficiente para dar conta da organização social dos camponeses ribeirinhos: a família por si só era incapaz de assegurar sua reprodução sem a cooperação de outras famílias. Nessa região do Médio São Francisco, o agrupamento familiar é fundamental: a articulação de várias famílias ligadas por laços de sangue ou afinidade, que têm interesses e objetivos comuns, lideradas por um chefe. Como também é chamado de “família” para diferenciá-lo do grupo doméstico, emprego a notação “Família” (com f maiúscula). Há sempre um chefe que centraliza e simboliza o agrupamento familiar, cujo nome é utilizado para identificá-lo, geralmente precedido por termos mais genéricos como “povo” “gente” ou “pessoal” (COSTA, 2013: 120).

farinha virava terra aí, ninguém dava conta de comer (A. N. C. Diarista, 58 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 11/01/2017).

Rancava mandioca, carregava *pras* casas de farinha, *tinha os cocho*, o forno, agente *rapava* a mandioca, cevava o bolinete, pegava a massa pra levar *pros alguidá*, tirava a tapioca depois levava *pros forno*. Nesse tempo era um tempo sofredor, a vista de hoje, trabalhava feito doido, tinha que puxar roda no braço (J. F. A. Pequena produtora rural de cebola, aposentada, 94 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 28/07/2017).

Nos relatos dos entrevistados emergem com profusão dois aspectos referentes a este processo: O primeiro, diz respeito à atualização dos laços de solidariedade entre grupos domésticos, que viviam dispersos nas margens do rio propiciado pelo trabalho coletivo. O segundo, diz respeito à rusticidade dos equipamentos utilizados no processo produtivo. Dependentes de grandes dispêndios de energia humana.

Figura 0 3 - Parentela de famílias atingidas pela Barragem



FONTE: Arquivos da CPT/Juazeiro (2017)

A intensidade do trabalho realizado pelas parentelas no processo de produção da farinha demandava a divisão sexual do trabalho. Os homens colhiam, bem como transportavam a produção para as casas de farinha. Nestes locais, as mulheres se reuniam para descascar os tubérculos. Em seguida, elas enchiam os balaies (recipientes utilizados para depositar as raízes em uma espécie de moinho movido por pares de homens).

O resultado do processamento era uma massa grossa levada para os cochos. Descritos enquanto grandes recipientes de madeira. Neles extraia-se a tapioca. Feito isso, a massa passava por um processo de compactação na prensa (equipamento empregado para retirar o excesso de líquido). Por último, as mulheres peneiravam a massa. Realizados estes

procedimentos ela era levada para fornos aquecidos a lenha. Nos quais se realizava a torra (processo executado pelos homens).

Após a “desmancha” da mandioca as famílias se dividiam para cumprirem atividades diversas. As mulheres se ocupavam, exclusivamente, das práticas domésticas, os chefes de família cuidavam dos plantios de sequeiro. Enquanto os filhos mais velhos adentravam a caatinga na busca pelos rebanhos de ovinos.

No verde era tempo de sair atrás *das criação, nossas ovelha andava por todo essas terra* aí da *barrage. Nas chuva tinha* que arrebanha pra trazer, *muitas já vinha parida*, outras *agente tinha* que cuidar das bicheiras, no verde dava muita mosca. *As criação andava* até ali perto da Lagoa Grande, onde ficava o velho Jorgino (J. B. Pequeno produtor rural de cebola, 61 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 23/04/2017).

Agente criava solta no mato mesmo, mais ovelha, todo mundo criava ovelha na beira do rio. Ninguém comprava um quilo de carne. Matava pra *cume*, vendia pra comprar alguma coisinha pra dentro de casa, na hora de uma necessidade (P. L F. Pescador aposentado, 67 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 23/09/2017).

Segundo Siqueira (1992: 128), o cuidado com as criações justificava-se por sua importância na economia doméstica das famílias beradeiras. Além do consumo da carne dos animais eles serviam como uma espécie de “fundo de reserva”, pois em momentos excepcionais era possível vender alguns animais. Geralmente, isso acontecia para quitar despesas com tratamentos médicos e cerimônias matrimoniais dos filhos.

Já as roças de sequeiro (segundo os entrevistados), eram cultivadas nos tempos em que chovia muito no Submédio São Francisco. Como já mencionamos quase todos dispunham de livre acesso as áreas de sequeiro. Nas quais, dependendo do ano, podia-se colher feijão de corda, milho e mandioca. Conforme, relatam os entrevistados:

Rapaz, antigamente quando chovia muito dava, mas agora não tem ganho nenhum. Antes dava tudo: feijão, milho, até mandioca de chuva dava, porque chovia bastante. Depois foi arruinando, antigamente também tinha ano que não dava nada, mas hoje parece que as secas são mais prolongadas (G. G. S. Pequeno produtor rural de cebola, 62 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 23/09/2017).

Quando chovia muito agente aproveitava *as terra* de sequeiro também pra plantar batata feijão, milho. Agora, quando não chovia era prejuízo grande, não dava pra tirar nada, agente perdia tudo, por isso que eu to te dizendo...Dependia do ano (P. L F. Pescador aposentado, 67 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 23/09/2017).

Durante o descrito calendário agrícola, cada grupo doméstico se esforçava para conciliar estas diversas atividades produtivas. A partir das mesmas elas visavam alcançar, parcialmente, tanto a autonomia alimentar, quanto financeira. Porém, a concretização destes

objetivos dependia, principalmente, dos índices de descarga de água do Rio São Francisco durante o período da cheia (COSTA, 2013).

No que diz respeito à produtividade da agricultura praticada por estes grupos domésticos houve algumas divergências. Para Andrade (1984: 44), tratava-se de uma “agricultura de subsistência” praticada a partir da utilização de “técnicas rudimentares”. Desse modo, a baixíssima produtividade inviabilizava a possibilidade de intercâmbio comercial (ANDRADE, 1984: 44).

Na mesma perspectiva, Gonçalves (1997: 169) ressaltou que a produtividade da agricultura de vazante era “muito pequena”. Pois lhe faltava à utilização de certos princípios: seleção de sementes, controle de pragas, bem como utilização de instrumentos de produção modernos, visto que estes se restringiam a utilização de “enxadas, facões e machados”. Contudo, os relatos dos entrevistados contradizem estas assertivas:

Não comercializava! Agente vivia disso, naquela época nossa família tinha uma roça muito boa, terra arenosa. Ela era própria pra produzir mandioca, batata doce. Juazeiro e Petrolina consumiam muita batata. Cansei de encher barcos de batata pra ir vender na feira livre da Avenida Souza Filho em Petrolina (G. S. A. Pequeno produtor rural cebola, 75 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 23/09/2017).

Produzia bastante, agente levava pra vender na feira de Casa Nova: a tapioca, farinha, porco, galinha. *Vendia* pra fazer a feira do mês, pra *comprar* o querosene, o café, o açúcar, *coisa* que agente não produzia né? Então *tinha* que comprar (J. B. S. A. Pequeno produtor rural de cebola, 67 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 23/08/2017).

Nós enchia os barco com mercadoria no Boqueirão aí *descia* pra Juazeiro. Era barco de pano, quando não tinha vento agente pegava uma vara pra empurra a embarcação, aquilo às vezes feria o peito, tinha que colocar tocinha quente pra sarar. Era uma viagem de oito dias, não *tinha* moto não, era atrasado (J.C. Primeiro secretário da Comissão Borda do Lago de Sobradinho, 61 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 28/01/2017).

No tocante a produtividade da agricultura de vazante, ponderamos que não basta analisar apenas seus níveis de produtividade. Já que devemos considerar também a incipiência do mercado consumidor do Submédio São Francisco nos primeiros decênios do século XX. Neste aspecto, observamos que essa produção não estava limitada apenas pela baixa “tecnificação” do processo produtivo. Mas, restrita a demanda de um mercado consumidor incipiente, distinto dos níveis de consumo atuais.

Figura 04 - Embarcação utilizada pelos beraderos para transportar mercadorias



FONTE: IPEA (2017)

Como mencionamos a produtividade apontada pelos entrevistados mantinha relação direta com as enchentes do Rio São Francisco: nos anos de enchentes altas, tinha-se uma faixa maior de terras úmidas, fertilizadas pelo o húmus deixado pelas águas, as lagoas ficavam repletas de peixes, a caatinga verde tornava-se uma pujante fonte de forragem para os rebanhos. Logo, os anos chuvosos impactavam positivamente as atividades produtivas praticadas por estes grupos domésticos (COSTA, 2013).

Porém, nos anos menos chuvosos as áreas cobertas pelas águas do rio eram drasticamente reduzidas. Nesses anos, convivia-se com a escassez de alimentos. Assim, nos períodos de seca, a farinha estocada tornava-se a principal fonte nutricional das famílias agricultoras. Desidratada, esse alimento poderia ser consumido por meses. Misturava-se a mesma com peixe, rapadura, dentre outros alimentos comuns na região. (GONÇALVES, 1997).

Quadro 01 - Anos de cheia associados a boas colheitas (1900-1963).

1906	7, 00 m (nível máximo atingido pelo rio); sem dados da vazão do rio.
1919	9, 80 m (nível máximo atingido pelo rio); sem dados da vazão do rio.
1926	9, 67 m (nível máximo atingido pelo rio); sem dados da vazão do rio.
1929	(vazão de 7. 381 m ³ /seg.); sem dados relativos ao nível do rio.
1931	(Vazão de 7. 331 m ³ /seg.); sem dados relativos ao nível do rio.
1943	7, 10 m (nível máximo); vazão de 9. 463 m ³ /seg. (2 meses).
1945	(Vazão de 8. 760 m ³ /seg. (3 meses).
1946	7, 68 m (nível máximo); vazão de 10. 073 m ³ /seg. (2 meses).
1947	(Vazão de 7. 280 m ³ /seg. (1 mês).
1949	8, 82 m (nível máximo); vazão de 13. 040 m ³ /seg. (4 meses).

1957	(Vazão de 7. 959 m ³ /seg. (2 meses).
1963	(Vazão de 7. 017 m ³ /seg. (1 mês).

FONTE: Costa (2013)

O mencionado conjunto de estratégias de geração de renda mobilizadas por esses grupos domésticos foram suprimidas pela construção da Barragem de Sobradinho. Pois o empreendimento extinguiu tanto as terras de aluvião⁹, quanto os movimentos naturais de enchentes e vazantes do Rio São Francisco. Desse modo, ocorreram mudanças significativas no modelo de produção dos grupos domésticos estudados. Os quais serão devidamente apresentados nos capítulos finais desse trabalho. Antes disso, teceremos algumas reflexões acerca das possibilidades de acesso a terra das quais essas famílias dispunham.

1.2. Tipos de família e a relação com a terra

Recorrentemente afirmou-se o predomínio dos coronéis no Submédio São Francisco antes da construção da Barragem de Sobradinho. Lideranças compreendidas enquanto potentados locais, capazes de exercer sobre diversas subcategorias sociais o poder de várias instituições. No tocante, a microrregião estudada eles deliberavam acerca de todas as esferas da vida nos municípios atingidos pelas águas da represa, monopolizando seus principias recursos naturais. Caracterizando o Submédio São Francisco como uma microrregião de “acesso fechado” (FAVARETO, KLEEB, GALVANESE, SEIFER, MORALEZ, 2015: 06).

Porém, Leal (1997) destacou dois elementos do coronelismo que nuançam esta compreensão: o primeiro diz respeito à datação histórica deste fenômeno. O coronelismo existiu dentro de um marco cronológico bem estabelecido. Ele fora resultado de uma conjuntura sócio-histórica específica. Destarte, seu surgimento relaciona-se com a proclamação da Primeira República. Esta engendrou um modelo de governança relativamente descentralizado, ancorado na ampliação do sufrágio universal.

Nesse novo modelo os governadores emergiram como atores políticos imprescindíveis. Estes, para garantir a base de voto de seu grupo passaram a construir alianças com os coronéis. Responsáveis pelo ordenamento dos “currais eleitores”. Contudo, tal modelo de governança foi extinto pela revolução de trinta. A principal premissa dessa revolução consistiu no aparelhamento estatal para romper com o caráter personalista das relações de

⁹Termo análogo a lameiro

poder, comuns nos municípios do interior. Desse modo, no período de construção da Barragem de Sobradinho, o coronelismo havia sido extinto há décadas¹⁰.

O segundo aspecto diz respeito à posse da terra enquanto elemento imprescindível para o exercício do mando. Assim, por meio da base fundiária era possível subjugar a população pobre dos rincões sertanejos. Porém, esta premissa não pode ser transportada diretamente para a realidade do Submédio São Francisco. Pois, na época da construção da mencionada barragem, parte considerável dos vultosos latifúndios haviam sido dissolvidos. Existiam modos diversos de acesso a terra.

Desse modo, nesse período havia apenas resquícios do coronelismo enquanto modo de dominação. Resquícios que foram observados, principalmente, entre as famílias moradoras das fazendas, que restaram do processo de dissolução dos grandes latifúndios. As quais eram subservientes aos fazendeiros, devendo-lhes obrigações pontuais. Considerando os descritos aspectos, nas páginas subsequentes descreveremos alguns aspectos referentes às distintas formas de vínculo das famílias beradeiras com as terras onde viviam.

1.2.1. As famílias beradeiras proprietárias

Moura (1979: 06) ressaltou que nos diversos “pontos” do Vale do Rio São Francisco existiam famílias produzindo livremente. Essas, não precisavam legar parte de seus ganhos para terceiros. Pois tanto se reconheciam, quanto eram reconhecidas pelos demais proprietários como donas das terras onde viviam. Partindo dessa premissa, apresentaremos alguns argumentos, capazes de evidenciar esse fato.

No final do século dezenove, a criação de gado extensiva nos estados nordestinos começou a apresentar sinais de decadência. O declínio desse modelo produtivo mantém relações com dois aspectos fundamentais: primeiro deve-se mencionar a improdutividade dos rebanhos formados pelo gado Vacum, com baixa qualidade genética. Pois nos sertões os

¹⁰De acordo com Carvalho (1996) a decadência acarretava o enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. Manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930 (CARVALHO, 1996: 02).

rebanhos se reproduziam sem nenhuma interferência humana. De maneira que, o cuidado com os animais estavam restritos a conduzi-los, nos meses de seca, para pontos com “pasto e água” abundantes (ANDRADE, 1982: 38).

No mais, pode-se mencionar a perda de competitividade da carne musculosa dos rebanhos. Visto que eles perambulavam pelas caatingas atrás das escassas ramas. Frente à qualidade da carne bovina produzida por animais selecionados, criados nas estâncias do Sul. Logo, a impossibilidade de competir no mercado interno com a carne dos Pampas, provocou a derrocada da pecuária extensiva no Nordeste.

No Submédio São Francisco, esse processo causou a redução significativa dos rebanhos. Não por acaso, as grandes propriedades de condomínio passaram por parcelamentos sucessivos. Desencadeando na microrregião a emergência de uma espécie de “reforma agrária”. A partir da qual muitos grupos domésticos compraram pequenas parcelas de terra nas margens do Rio São Francisco¹¹ (GONÇALVES, 1997: 106).

Dentre os achados deste estudo estão algumas declarações de compra de pequenos lotes produtivos nas antigas fazendas da microrregião. Logo, apresentaremos a declaração de venda de um “roçado” com área equivalente a 1.1170 m². Este pertenceu à antiga Fazenda Áreas, imóvel rural localizado no território do município antigo de Casa Nova. Destarte, há indícios, portanto, do surgimento de um movimentado mercado de terras na Microrregião. Este perdurou até meados do século vinte.

Nós, Abílio de Brito, Maria Luiza de Brito e compradores, por este instrumento particular de compra e venda escrita pelo tabelião e por nós assinado nesse povoado, aos vinte dias do mês de dezembro de mil novecentos e quarenta e seis, ajustamos e contratamos o seguinte. Nos Abílio Gil de Brito e Maria Luzia de Brito, na qualidade que somos senhores e possuidores de uma parte de roça com vinte e seis braças de comprimento por vinte de largura situada no lugar de Joás de Fazenda Áreas, segundo livro deste município de Casa Nova cuja parte houver por herança de vosso pai e sogro Fulgêncio Gil de Brito, pela importância de sessenta e seis mil e seis reis, declaramos haver vendido a aludida parte da roça ao senhor Manoel Pacífico do Nascimento, livre e desembargada de qualquer compromisso, pela quantia de trezentos cruzeiros a qual recebemos do mesmo comprador.

Evidências como estas se relacionam com os relatos da grande maioria dos entrevistados. Muitos ainda lutam para receber as indenizações referentes às terras nas quais

¹¹ As sesmarias eram grandes extensões territoriais que no Submédio São Francisco deram origem a conjuntos de fazendas distribuídas ao longo do curso do Rio São Francisco. A fazenda das Pedras, por exemplo, possui uma área que pode ser descrita enquanto um imenso retângulo de 12 km de extensão, ou testada na beira do rio, por 7 km de base, que se estendia das margens do rio até as terras altas da caatinga, dimensões limitadas por outras fazendas com áreas variadas. Esses imóveis foram categorizados enquanto “fazendas de condomínio” (Dinâmicas de participação de pequenos produtores em projetos de desenvolvimento rural. CEDAP/CENTRO/SALVADOR/BRASIL, 1985).

viviam nas antigas localidades, submersas pelas águas do barramento. Pois apenas os imóveis daqueles que tinham títulos concedidos pela CHESF, bem como conseguissem comprovar parentesco com os antigos fazendeiros, receberam quantias pelas terras. Essas correspondiam a 13% dos vinte seis mil imóveis rurais tomadas pelas águas. Vejamos as falas de alguns entrevistados acerca deste processo:

Era assim, as terras de ilha que *nós cultivava* pertenciam a Marinha, *nós trabalhava* lá, mas sabia que era da Marinha. Agora, as terras da margem do rio eram da gente, na margem do rio já tinha a documentação toda certinha (J. A. Pequeno produtor rural de cebola aposentado, 93 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 28/07/2017).

Sim, a propriedade era do meu pai, foi herdada de meus avós quando eles faleceram, nossa roça tinha mais ou menos *umas* dez hectares, que ficaram *pros* herdeiros. Agora, só ficou agente mesmo trabalhando nessa terra, os outros irmãos de meu pai foram pra São Paulo, lá *formaro* família ficaram lá mesmo (J. B. S. A. Pequeno produtor rural de cebola, 67 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 23/08/2017).

As terras pertenciam a nossa família, muita gente da região tinha terra com documento dado pelo INCRA. Ali trabalhava a família toda, todo mundo junto. Agora a Chesf veio só deu terra para meu pai, agente para não *ficar largado* construímos umas casinhas na terra dele (A. N. C. Diarista, 58 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 11/10/2017).

1.2.2. As famílias beradeiras moradoras

Na década de 1970, muitas famílias agricultoras moravam nas terras das fazendas remanescentes do mencionado processo de parcelamento de terras no Submédio São Francisco. De modo geral, estas “unidades de produção, cuja principal atividade era a agropecuária extensiva”, pertenciam às famílias tradicionais dos municípios atingidos pelas águas da Barragem de Sobradinho. Porém, com o declínio da criação do gado Vacum algumas fazendas foram entregues aos moradores (TEXEIRA, 2016:783).

A minha família morava na Fazenda das Pedras, município de Sento Sé. Ela pertencia a um médico de Petrolina Dr. Custódio. Era uma fazenda grande, morava muita gente lá. Eu nasci nessa fazenda, passei minha infância todinha lá, me casei. Mas não cheguei a conhecer o dono. Na verdade, a gente saiu de lá por causa da barragem, se não fosse ainda estaria por lá (M. L. S. Pequena produtora rural de cebola aposentada, 60 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 20/05/2018).

Para Gonçalves (1997) muitos filhos das elites agrárias da microrregião partiram para dar continuidade a seus estudos nos grandes centros urbanos do Nordeste. De volta ao Submédio São Francisco, muitos se tornaram profissionais liberais nas maiores cidades da Microrregião: Petrolina e Juazeiro. Logo, eles acabaram perdendo o vínculo com a “rusticidade” da vida no campo.

De acordo com os entrevistados o mencionado processo ocorrerá com o herdeiro da Fazenda das Pedras. Este imóvel rural localizava-se na margem direita do Rio São Francisco. Parte das famílias estudadas ocupava as terras desta fazenda, próximas as margens do rio. Nas quais plantavam, pescavam, criavam ovinos. Durante o processo de construção da Barragem de Sobradinho o herdeiro da mesma fora indenizado pela CHESF.

Nas fazendas cuja pecuária permaneceu ativa, as famílias moradoras cumpriam diversas funções: realizavam reparos nos currais, abriam aguadas, extraíam a cera de carnaúba. Por realizarem essas atividades elas podiam tanto cultivar as terras de vazante destas fazendas, pagando metade da produção para o fazendeiro; como construir uma casa rústica de taipa coberta com palha. Pela relação de subserviência que mantinham com os donos das terras estes grupos domésticos eram considerados cativos pelas famílias, que dispunham de seus roçados (COSTA, 2013; SIQUEIRA, 1992; ESTRELA, 2004).

Olhe! Bom não era, porque a terra não era deles, mas tinha suas vantagens. No tempo do verde mesmo, quem morava nessas fazendas passava bem. Leite perdia muito, ninguém dava conta. Eu mesmo tinha minha terrinha, mas cansei de chegar naquelas fazendas da região. Muito queijo, muita carne. Agora, na hora que o dono chamava o cara tinha que ta a disposição (A. N. C. Diarista, 58 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 11/10/2017).

Manter grupos domésticos morando nos seus domínios era uma prática comum dos fazendeiros do Submédio São Francisco. Não apenas pelos serviços relacionados à manutenção das fazendas. Devem-se considerar os alimentos produzidos por elas. Embora fosse considerada pratica secundária, a agricultura de vazante subsidiava a pecuária extensiva nesta microrregião. Pois, como mencionamos, apenas nestas áreas era possível produzir alimentos durante os longos períodos de estiagem. Tal estratégia por parte dos fazendeiros pode ser compreendida enquanto um dos resquícios do coronelismo que subsistiram.

Figura 05 - Casa típica dos moradores de fazenda



FONTE: Moura (1979)

1.2.3. As famílias beradeiras foreiras de ilhas

De acordo com Costa (2013: 16) as terras das ilhas eram bastante cobiçadas pelas famílias. Elas eram anualmente renovadas pelo “remonte” (sedimentos orgânicos deixados pelas águas do Rio São Francisco no período da cheia). Por isso, obtinham-se as melhores colheitas nestas áreas.

Porém, elas eram concedidas apenas para algumas famílias consideradas privilegiadas. Legalmente, as ilhas estavam sobre a égide da Marinha do Brasil. Contudo, a administração destas porções de terra cercadas pelas águas do rio cabia a prefeitura dos municípios. Geralmente tuteladas pelas famílias componentes da elite agrária desta microrregião. Estas concediam parcelas de terra nas ilhas, apenas para os grupos domésticos comprometidos com seus anseios políticos. O que configura mais um resquício de prática coronelista (ESTRELA, 2004).

Siqueira (1992: 131) pontuou que, por meio das terras de ilha muitas famílias agricultoras foram subordinadas. Para tanto, a família dominante de cada município montava equipes de funcionários chamados fiscais de ilha. A principal atribuição deles era distribuir talões para os grupos domésticos contemplados com uma parcela de terra. Esses documentos tinham duas funções: primeira, assegurar a posse contra grupos invasores. Segunda, pagar à taxa de concessão de uso a prefeitura do município. Contudo, a fala de um dos entrevistados

revelou uma maneira distinta de acesso a estas cobiçadas áreas de produção. Evidenciando modos mais amplos de acesso a terra.

Tinha as ilhas da prefeitura, mas também tinha as ilhas daqueles poderosos, daquele pessoal rico, tinha ilha grande. *Eles usava* pra criar, arrendar. Eu plantava numa ilha que era de um moço que tinha uma fazenda muito grande. Nessa fazenda meu sogro era encarregado. Então, eu não pagava nada para plantar lá (J. A. Pequeno produtor de cebola aposentado, 93 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em 28/07/2017).

Nas terras da caatinga as famílias praticavam com liberdade uma série de atividades extrativistas: corte de madeira para construção das moradias; corte das fibras de caroá para a confecção das redes de pesca; extração de mel silvestre, etc. Além disso, dos carnaubais nascidos fora das fazendas, obtinha-se a palha utilizada para cobrir casas e tecer esteiras. Contudo, para além destas atividades devem-se mencionar as “roças de sequeiro”:

Nas terras de sequeiro não tinha questão não, era limpar ai um pedaço de terra. Depois era esperar a chuva vim para fazer o plantio. Antigamente minha roça de sequeiro ficava lá no Brejo de Dentro, depois eu cerquei uma área aqui mais perto (J. A. Pequeno produtor rural de cebola aposentado, 93 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 28/07/2017).

Olhe! Hoje já têm *os marco*, mas antes qualquer pessoa do lugar que quisesse fazer uma roça de sequeiro fazia, não tinha variante não. Agora, hoje em dia eles estão cercando até *os pé* de Serra ai pra ninguém entrar (J. B. S. A. Pequeno produtor rural de cebola, 67 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 23/08/2017).

Assim, pelas descritas possibilidades de acesso a terra anteriores a construção da Barragem de Sobradinho, argumentou-se que, “para o pequeno produtor, não havia dificuldade de acesso a terra, haja vista a abundância. Agregam-se, arrendando ou simplesmente apossando-se, o lavrador tinha garantido um pedaço de terra para o cultivo de sua subsistência” (MELLO, 1989: 55).

A construção da Barragem de Sobradinho extinguiu esse conjunto de modos de acesso a terra. Após a mesma, as áreas próximas as bordas da represa passaram a ser extremamente valorizadas. Como consequência imediata desse processo podem-se mencionar as inúmeras disputas por terra, protagonizadas tanto pelos fazendeiros locais (ávidos pela ampliação de seus domínios); como pelos produtores rurais (vindos de várias regiões do país). Nesse período a “grilagem” tornou-se uma atividade corriqueira no Submédio São Francisco.

Assim, desapropriadas de suas áreas de cultivo, as famílias que resolveram permanecer na Microrregião foram transferidas das margens do rio para as comunidades nas terras áridas da caatinga. Comunidades que ainda estavam em pleno processo de construção. A transferência para esses novos espaços significou o desmantelamento de todas as suas

antigas estratégias de geração de renda. Desse modo, tiveram que conviver por anos com condições precárias de existência.

Porém, antes de abordarmos especificamente a experiência desses grupos domésticos, examinaremos o papel da represa no processo de modernização agrícola da Microrregião. Assim, nos próximos tópicos analisaremos como a represa, pensada apenas para viabilizar a produção de energia elétrica no complexo de usinas de Paulo Afonso, potencializou a atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco(CODEFASF). Permitindo que essa agência governamental implantasse diversos perímetros públicos irrigados, próximos às cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA.

Com a construção dessas áreas chegaram a essas cidades atores sociais oriundos das diversas regiões do país. Eles modificaram a tessitura das relações sociais das mesmas, impactada pela alteridade. Mudanças, que como veremos reconfiguraram a estrutura social local. Conferindo significativas vantagens, sobretudo para os produtores da fruticultura irrigada, principal atividade econômica do Submédio São Francisco nas últimas três décadas.

1.3. Um recorte da modernização no Submédio São Francisco

Mencionamos anteriormente que: o processo de modernização do Submédio São Francisco mantém relações estreitas com as transformações das bases agrícolas desta Microrregião, sobretudo durante a década de setenta. Mudanças que suplantaram tanto a agricultura de sequeiro, praticada durante o período das chuvas nos pequenos roçados abertos na caatinga, como a agricultura de vazante, praticada nas margens e ilhas do Rio São Francisco.

Considerados “tradicionalistas”, esses modelos agrícolas foram substituídos pela “agricultura moderna”, ancorada nos princípios de racionalidade científica disseminados pela revolução verde: mecanização agrícola, seleção de sementes; bem como utilização de fertilizantes químicos para potencializar a fertilidade dos solos e agrotóxicos para controlar a incidências de pragas. Porém, a compreensão das citadas mudanças requer a análise mais ampla das disputas pela terra ocorridas no país, sobretudo no final dos anos cinquenta.

Nesse período histórico, segmentos sociais diversos (partidos políticos, movimentos sociais, tecnocratas etc.), apontavam a concentração fundiária enquanto responsável pela debilidade da produção agrícola brasileira. De modo geral, esses segmentos sociais

consideravam a grande propriedade, como a principal causa do subdesenvolvimento socioeconômico do país, a ser resolvido pela reforma agrária (BRUNO, 1995).

Porém, Delgado (2005) pontuou que um grupo de economistas conservadores liderados pelo futuro ministro da economia Antonio Delfim Neto, contrapôs veementemente esse postulado. De acordo com ele, a reforma agrária seria desnecessária, pois a agricultura cumpria suas funções no processo de desenvolvimento econômico do país, quais sejam:

i) liberar mão-de-obra para a indústria; ii) gerar oferta adequada de alimentos; iii) suprir matérias – primas para indústria; iv) elevar as exportações agrícolas; ev) transferir renda real para o setor urbano. Assim, somente se reconheceria problema ali onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidos (DELGADO, 2005: 56).

Em 1964, com a tomada do poder pelos militares, a proposta de modernização técnica da agricultura, com fins a sanar as deficiências pontuais do setor se delimita progressivamente. Desse modo, a reforma agrária enquanto imperativo para a superação da baixa produtividade causada pela subutilização das terras brasileiras deu lugar a um discurso que pautou a modernização da grande propriedade, como estratégia capaz de sanar a baixa produtividade e miséria da população do campo.

Este processo de modernização técnica da agricultura e de integração com a indústria é caracterizado por um lado, pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação etc.) De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matéria – primas e vários ramos industriais (oleaginosas, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil. (DELGADO, 2005: 58)

De acordo com Wanderley (1996), a modernização da agricultura passou a ser compreendida como um “valor em si” ancorado em uma concepção de progresso abstrata, cindida da realidade brasileira. Abstração que desconsiderou a necessidade de mudanças na estrutura fundiária, marcada pela prevalência tanto dos latifúndios, como dos minifúndios. Logo, as mudanças propostas pelo modelo de modernização conservaram o maior problema estrutural do país. Não por acaso, o termo “modernização conservadora¹²” foi mobilizado para denominá-la. Refletindo sobre a questão a autora pontuou que:

¹²O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários (PIRES; RAMOS, 2009: 412).

Na verdade, o desenvolvimento da agricultura brasileira resultou da aplicação de um modelo modernizante de tipo produtivista sobre uma estrutura anterior, tecnicamente atrasada, predatória dos recursos naturais e sociais excludente. A agricultura que emerge dessa junção não elimina completamente a marca desse passado, ao qual acrescenta as contradições específicas do modelo produtivista adotado. Assim, ela reproduz, simultaneamente, relações que resultam de seu caráter atrasado e do modelo de modernização adotado; ao mesmo tempo em que já se vê obrigada a enfrentar os riscos de poluição e de degradação ambiental em consequência do uso de agrotóxicos, tem ainda de enfrentar problemas decorrentes da baixa produtividade da maioria de suas culturas e da existência de grande proporção de terras que permanecem improdutivas (WANDERLEY, 1996: 26).

De acordo com a “pensadora”, a continuidade de regime de posses de terras veiculada a proposta de modernização concretizada possibilitou a transferência de recursos públicos via empréstimos para aquisição das máquinas, sementes selecionadas, assistência técnica especializada e etc. Vantagens disponibilizadas por agências governamentais como: o Banco do Brasil. Contudo, apenas os grandes latifundiários foram privilegiados com esses recursos. De tal modo que eles permaneceram concentrando a renda da terra, ao passo que a sociedade arcou com os dividendos do processo.

Silva (1981) destacou que a conservação das grandes propriedades reflete a debilidade da penetração do capital no campo brasileiro, mostrando o caráter paradoxal do processo. Esperava-se que a mudança na base técnica da agricultura, promovida pelo conjunto de tecnologias já mencionadas potencializa-se a produtividade das áreas de cultivo. Em tese, seria possível produzir mais, em uma área de cultivo menor. Aspecto que tornaria a grande propriedade desnecessária. Porém, isso não ocorreu.

Em nosso país a relativa debilidade das transformações capitalistas no campo pode ser também avaliada pela importância que ainda hoje assumem relações de produção como a parceria e o arrendamento, além da pequena propriedade baseada no trabalho familiar (SILVA, 1981: 35).

A discussão com os autores mencionados nos traz uma noção vaga do processo de modernização conservadora, carente de maior profundidade. Mas, os elementos gerais apreendidos nos permitiram problematizar esse processo a partir das especificidades do Submédio São Francisco. Desse modo, nas próximas páginas trataremos da participação de duas agências governamentais no processo de modernização agrícola desta microrregião: a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, bem como, a Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco.

Veremos que a primeira, promoveu o processo de modernização através da expansão das áreas irrigadas da microrregião. Para tanto, construiu uma série de perímetros públicos irrigados destinados tanto a colonos, como para empresas de médio porte. Já a segunda,

potencializou a atuação da primeira, construindo a Barragem de Sobradinho. Como veremos, a barragem tornou-se um equipamento público fundamental para a transformação da agricultura da microrregião.

1.3.1. CODEVASF e CHESF: a modernização agrícola do SMSF

Damiani (2003: 52) sublinhou as mudanças ocorridas nas políticas públicas brasileiras voltadas para a agricultura irrigada no final dos anos sessenta. Nesse período, o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA). A finalidade do grupo era fomentar as diretrizes da política de irrigação nacional. Desse modo, a apresentação de um relatório detalhado acerca das possibilidades para a agricultura irrigada no país foi à primeira medida do grupo. Na sequência, o mesmo confeccionou o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), (BRASIL, 2008: 09).

Além do fomento das diretrizes relativas à irrigação, o grupo passou a supervisionar a ação das agências governamentais responsáveis pela implantação dos projetos voltadas para a expansão da agricultura irrigada. Essas deveriam cumprir um conjunto de diretrizes. Dentre as quais, convém destacar as seguintes:

Os investimentos federais em irrigação deveriam ser de grande escala e concentrar-se em um número restrito de localidades, ao invés de serem de pequena escala e distribuídos sobre grande número de localidades. Primeiro: esses investimentos tirariam vantagens de escala características dos canais e bombas necessários para conduzir a água para locais distantes da fonte principal. Segundo: com verbas federais limitadas, a estratégia melhor seria selecionar algumas localidades apenas e concentrar aí os investimentos em infraestrutura de irrigação, ao invés de distribuir os esforços sobre grandes números de localidades. Terceiro: grandes investimentos feitos em um local bem selecionado teriam repercussão nas áreas adjacentes, ao contrário de investimentos pequenos de impacto limitado (DAMIANI: 2003: 53)

Em todo caso, a execução destas novas linhas exigiu a criação de uma agência governamental de caráter “intervencionista”, voltada exclusivamente para a execução de projetos relacionados com a agricultura irrigada de grande escala, em pontos específicos do Vale do São Francisco. Desse imperativo, surgiu a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Vejamos algumas de suas atribuições:

Art 4º – A CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integral de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários e secundários, e também obras de saneamento

básico, eletrificação e transporte, conforme Plano Diretor em articulação com os órgãos federais competentes (BRASIL, 1974).

Para Silva (2009) a proposta de “intervenção” da companhia no Submédio São Francisco teve como meta principal a construção de um robusto complexo agroindustrial (CAI). Em torno do qual se articulava: a produção de frutas, a produção dos agroquímicos e maquinário agrícola. A primeira medida empreendida por ela foi à seleção de terras para a instalação dos perímetros públicos irrigados.

Porém, os longos períodos de seca incidiam sobre o volume das águas do Rio São Francisco. Em alguns pontos, o rio era reduzido a um mero riacho. Desse modo, o processo de captação nas estações de bombeamento passava por drásticas reduções. Aspecto que limitava a atuação da CODEVASF, impossibilitando a expansão das áreas irrigadas na microrregião. Como veremos, essa limitação será superada pelo redirecionamento da política energética brasileira nos anos de 1970.

1.3.2. A construção da Barragem de Sobradinho

Na década de 1950, a política energética brasileira alinhou-se a medidas desenvolvimentistas com vistas à industrialização. Nesse período, a produção da hidroeletricidade, principal fonte energética nacional, passou por um acentuado processo de reestruturação. Isso porque, desde as últimas décadas do século XIX o desenvolvimento do setor deu-se mediante a conformação de interesses, que envolviam as vertentes privada e pública, contudo:

O período compreendido entre 1940 e 1948 foi extremamente complexo no que diz respeito às diferenças entre vertente privada e a vertente institucional. A Segunda Guerra Mundial e a interrupção nas importações de equipamentos elétricos impôs novos parâmetros ao conflito entre as duas vertentes, tendo na época, o consumo de energia elétrica crescido 179% e a capacidade instalada apenas 18% (MIELNIK; NEVES, 1989: 22).

O descompasso entre consumo e produção não agradou a vertente privada. Essa passou a desconfiar da rentabilidade econômica do setor, restringindo substancialmente seus investimentos no mesmo, tornando-o deficitário. Assim, a estagnação da produção de energia elétrica poderia comprometer o desenvolvimento industrial do país. Para sanar esse problema, mudanças significativas ocorreram no setor.

De acordo com Bortoleto (2001), a principal característica da política criada pelo Estado para solucionar esse problema relaciona-se com a criação das superintendências, órgãos regionais constituídos por um vasto corpo técnico, capaz de planejar e executar complexos cronogramas de ações, com vistas à expansão das indústrias de base nas regiões periféricas, dentre as quais estava o Nordeste. Então abastecido por pequenas unidades termoelétricas. Logo:

Por meio desses investimentos, surgiram às políticas setoriais e os planos de investimentos, como os grandes projetos que comportavam empreendimentos de grande porte e que foram elaborados como meio para a implementação da infraestrutura necessária para a industrialização e, ainda, como uma forma de levar o “desenvolvimento” às regiões em que foram instalados. Ao discutir a implantação dos grandes projetos, volta-se às usinas hidrelétricas que se configuram como parte desses projetos e que foram difundidas no Brasil como a melhor e mais viável forma de se produzir energia elétrica (BORTOLETO, 2001: 53).

Porém, na década de 1970 as medidas desenvolvimentistas centradas nas superintendências, caracterizadas pelas propostas de “intervenção” de amplitude regional mostraram sinais de esgotamento. Logo, o planejamento da atuação do Estado deslocou-se das regiões para os pólos de desenvolvimento, via construção dos grandes projetos de infraestrutura (GIP's).

De acordo com Rosa (1988), esses projetos marcaram uma nova fase das políticas de desenvolvimento no Brasil. Grandes obras, já eram executadas no país. Mas, esses novos projetos envolviam cifras “bilionárias”, além da complexidade técnica no processo de elaboração dos projetos. Caberia destacar ainda, os transtornos socioambientais causados por esses grandes projetos.

Nesse contexto surgiu a proposta de construção do que seria o maior projeto de infraestrutura do Nordeste: a Barragem de Sobradinho. De acordo com o discurso oficial, a função da barragem seria regular as descargas de água na vazão do Rio São Francisco, pois essa variava consideravelmente durante os meses do ano. De 13 mil metros cúbicos no período chuvoso, para 900 metros cúbicos no período de seca. Decréscimo que poderia inviabilizar a produção energética do complexo de usinas localizadas a jusante.

Não constava no discurso da tecnocracia estatal a implantação de uma nova usina hidrelétrica, apenas a construção de uma represa. Porém, segundo esses técnicos o alto custo com o petróleo comprometeu a construção de novas usinas termoelétricas. Com isso, o governo teve que repensar sua política energética. Portanto, no início dos anos de 1970, com a finalidade de

adquirir autonomia no setor, decidiu-se construir a Usina Hidrelétrica de Sobradinho. Vejamos alguns aspectos relativos às decisões acerca deste empreendimento:

Desde o primeiro momento, os efeitos que a construção da barragem poderia produzir na região sempre foram considerados uma questão subordinada à questão principal que era a questão energética, quer quando ainda se tratava apenas de assegurar a vazão do rio para alimentar a Usina de Paulo Afonso, quer quando já se tratava da geração de energia em Sobradinho. A prioridade dada à produção de energia havia sido estabelecida intramuros, no nível do Poder Executivo, sem qualquer consulta nem à sociedade nacional, nem à sociedade local, em nome de supostos interesses do país, também definidos de forma autoritária. Tratava-se de uma prioridade inquestionável que, ao ser estabelecida, excluía tanto qualquer consideração a respeito dos interesses da população local, quanto outras prioridades nacionais, como aquelas definidas pela Constituição de 46 e pelo Congresso Nacional em décadas passadas (SIGAUD, 1989: 96).

De uma mera correção do volume de descarga do rio, o empreendimento passou a ser considerado um Grande Projeto de Infraestrutura. Destarte, mudou-se a finalidade para a qual ela seria construída. Logo, a barragem deveria regular a vazão das águas do rio; promover o abastecimento dos projetos de irrigação; facilitar a navegação das grandes embarcações por meio da eclusa, produzir energia e etc.

Figura 06 – Imagem da Barragem de Sobradinho



FONTE: Guilherme Ernesto de A. Neto (2018).

A construção do barramento levou tanto água, quanto energia abundante para a microrregião. Elementos que potencializaram a atuação da CODEVASF. Não por acaso, dos oito perímetros públicos irrigados construídos no Submédio São Francisco, cinco entraram em atividade, após a construção da Barragem de Sobradinho. Esse aspecto demonstra a importância da represa no projeto de modernização agrícola da microrregião.

Quadro 02 - Cronologia da construção dos Perímetros Públicos Irrigados no SMSF

Projetos de Irrigação	Localização	Ano de Implantação	Início de Operação	Área Implantada
Bebedouro I	Petrolina/PE	1968	1968	1.060 há
Bebedouro II	Petrolina/PE	1972/73	1977	576 há
Mandacaru	Juazeiro/BA	1971/72	1971	376 há
Maniçoba	Juazeiro/BA	1975/81	1980	4.197 há
Curaçá	Juazeiro/BA	1975/79	1982	4.165 há
Tourão	Juazeiro/BA	1977/79	1979	10.548 há
Nilo Coelho I	Petrolina/PE	1979/84	1984	13.146 há
Nilo Coelho II	Petrolina/PE	1994/96	1996	13.146 há

FONTE: (SILVA, 2001).

De acordo com Damiani (2003), as mencionadas vantagens estruturais relacionam-se com um conjunto de critérios aplicados pela CODEVASF especificamente no Submédio São Francisco. Critérios determinantes para a expansão da agricultura irrigada no alto sertão nordestino. Dentre os quais dois devem ser destacados¹³: o primeiro diz respeito à seleção dos irrigantes para ocupação dos perímetros públicos irrigados. Esses deveriam possuir experiência com produção de frutas a partir do manejo de sistemas de irrigação. Além disso, ela promoveu a diversificação dos irrigantes nesses espaços de produção. Assim, os pequenos produtores dividiam os perímetros, com as médias empresas. Desse modo, foi possível tanto diversificar a produção, quanto promover a troca de conhecimentos técnicos.

¹³ O estudo põe em relevo a transformação econômica de Petrolina-Juazeiro, uma área medindo 53.000 km² (o tamanho da Holanda e Bélgica juntas) e abrigando 510.000 habitantes, localizada nos estados da Bahia e Pernambuco e parte integrante do Vale do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro. Os projetos da área de Petrolina-Juazeiro são subseqüente comparados com os de duas outras regiões de agricultura irrigada, localizadas no Vale do Rio São Francisco: o Baixo São Francisco (nos estados de Sergipe e Alagoas) e o Norte de Minas (DAMIANI, 2003:43).

Figura 07 - Perímetro Público Irrigado Senador Nilo Coelho – Petrolina



FONTE: CODEVASF (2018)

O segundo diz respeito, a gestão dos financiamentos públicos. Pois, para acessar os recursos, as empresas e colonos deveriam cumprir metas de produtividade. Não cumpri-las implicava na perda dos lotes produtivos. Logo, esse processo de “seleção natural”, incorreu na permanência dos irrigantes mais competentes para produzir e gerir os lotes. Medida que expurgou empresas e colonos “incompetentes”.

Para Cavalcanti (1997), o resultado mais visível da política de expansão da agricultura irrigada foi à diversificação da população no Submédio São Francisco. Assim, a região “encravada na aridez do sertão” passou a receber pessoas dos mais variados locais do mundo. Logo, o caráter cosmopolita da mesma revela-se em uma profusão de sotaques, cores e comportamentos, marcadores de distinção.

Os dois municípios, Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), passaram a ser áreas de atração de migrantes vindos de várias partes do Nordeste e também de outras regiões do país como Sul e Sudeste, por exemplo. Chegaram como colonos, trabalhadores assalariados ou empresários na esperança de encontrar na produção frutícola a prosperidade que buscavam. Trouxeram consigo traços da sua cultura, do seu modo de trabalho e viver o dia a dia. Como resultado, a região é formada por representantes da população brasileira de distintas características étnicas: são nordestinos, paulistas, italianos, japoneses, entre outros, que se encontram no cotidiano das principais cidades da região. Alguns deles ainda se deslocam, oportunamente, a outros centros do mundo para acompanhar as novidades em sua área de atuação, ou receberem com frequência visitantes e especialistas de outros países que chegam ao Nordeste para conhecê-lo, nele trabalhar ou estabelecer negócios (CAVALCANTI, 1997: 75).

A partir dos anos de 1990 os produtores de frutas estreitaram suas relações com as redes transnacionais compradoras de alimentos frescos. Assim, foram conquistados os

espaços para exportação das frutas produzidas na região, sobretudo manga e uva. Nesse período, uma miríade de trabalhadores chegou ao Submédio São Francisco em busca de trabalho e progresso (SOUTO JR; SILVA; LIMA, 2012).

Pode-se observar com maior clareza a emergência desses atores, quando examinamos o acelerado crescimento populacional, principalmente, nas maiores cidades da microrregião. Para visualizar esse processo de expansão populacional, agrupamos no quadro abaixo os números que demonstram a evolução dos índices populacionais dos municípios constituintes da microrregião.

Quadro 03 - Evolução da população do SMSF (1980-2013)

Municípios: Baianos/pernambucanos	Nº de habitantes Ano: 1980	Nº de habitantes Ano: 2013
Casa Nova/BA	39.007 habitantes	64.940 habitantes
Sobradinho/BA	-	23.000 habitantes
Curaçá/BA	-	32.168 habitantes
Juazeiro/BA	60.000 habitantes	197.965 habitantes
Orocó/PE	5.000 habitantes	13.180 habitantes
Santa M. da Boa Vista/PE	5.000 habitantes	39.435 habitantes
Lagoa Grande/PE	-	22.760 habitantes
Petrolina/PE	74.671 habitantes	293.962 habitantes

FONTE: ANDRADE, 1982; IBGE (2013).

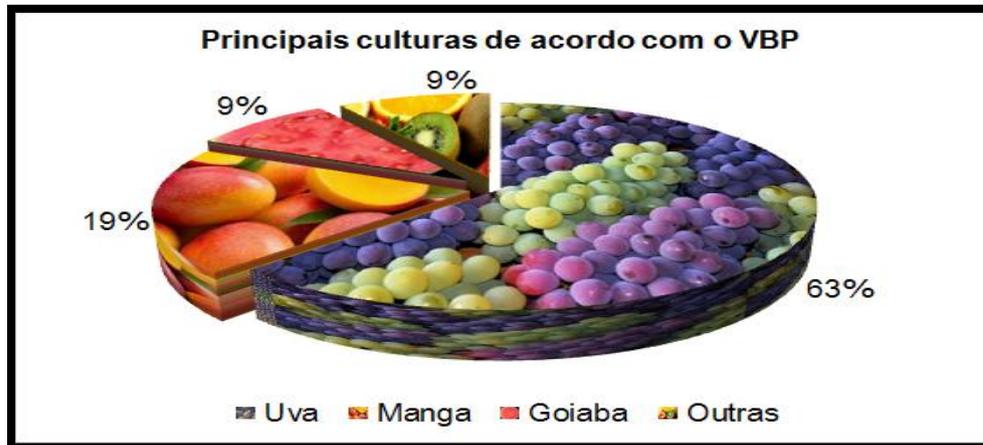
Damiani (2003) mencionou que esses atores transformaram as bases da agricultura no Submédio São Francisco por meio dos processos de inovação técnica que dominavam. Pois, os conhecimentos deles não se restringiram aos seus lotes. As práticas de plantio do melão, por exemplo, foram transmitidas para os agricultores nativos pelos paulistas, descendentes de japoneses. Esses aspectos, somados ao modelo de gestão empresarial, com ênfase na produtividade, praticada pela CODEVASF nos perímetros públicos irrigados, transformaram as bases produtivas da Microrregião (DAMIANI, 2003).

Na atualidade a área irrigada no Submédio São Francisco corresponde a aproximadamente 120 mil hectares. Nas quais é cultivada uma considerável variedade de alimentos: coco, maracujá, acerola, mamão, goiaba, banana, cana de açúcar, melancia, abóbora, cebola e etc. Contudo, merecem destaque os plantios de manga e uva.

Desde 2004, a produção de uva cresceu 42%, saltando das 184,8 mil toneladas para as 262,8 mil toneladas. Durante esse período, a produção de manga cresceu 69%. Das 344,4 mil

toneladas saltou para 584,3 mil toneladas. Correspondente a 90% das exportações de uva e 80% das exportações de manga do país (SILVA, 2016).

Figura 08 - Principais culturas produzidas no Perímetro Público Senador Nilo Coelho



FONTE: CODEVAS (2017)

Para alguns pesquisadores as mudanças induzidas pela ação das mencionadas agências governamentais modificaram as relações de poder no Submédio São Francisco. De acordo com eles, antes os principais recursos naturais: terra e água, indispensáveis à reprodução social dos sertanejos, estavam concentrados nas mãos das elites locais, que os exploravam tanto economicamente, quanto politicamente. Contudo, a atuação do Estado promoveu:

O enfraquecimento do poder político e econômico das elites tradicionais, antes ancorado na estrutura fundiária e nas relações de mando dos coronéis, aqueles que ficaram ou mantiveram vínculos com as cidades de origem se viram obrigados a metamorfosear o seu comportamento, constringendo-se à entrada de novos agentes nas elites locais. A velha elite passou a aceitar a pulverização de interesses econômicos e políticos tendo agora por portadores novos grupos que compõe a rede de sociabilidade local (comerciantes; pequenos agricultores com alguma inserção em mercados; prestadores de serviço). Na atualidade a elite tradicional se mantém ainda sustentada por seu capital simbólico, mas não pode mais exercer sozinha o poder local, tendo que se estabelecer em coalizão com estes novos agentes que passam a compor o grupo da elite política local (FAVARETO; KLEEB; GALVANESE; SEIFER, MORALES, 2015: 32).

Entretanto, as descritas mudanças responsáveis pela racionalização da agricultura local a partir da irrigação impactaram de modos distintos vários segmentos sociais. Assim, nos próximos parágrafos descrevemos alguns desdobramentos desse processo, para além dos limites da produção frutícola dos perímetros públicos irrigados, amplamente difundidos pelas diversas mídias: televisão, jornais, revistas, blogs, dissertações, teses etc.

Na perspectiva de Bloch (1996), o conjunto de transformações ocorridas nas dinâmicas produtivas da Microrregião pode ser compreendido como uma espécie de revolução agrícola. Porém, como toda revolução ela se caracterizou pelo desequilíbrio promovido por rupturas, que beneficiaram poucos em detrimento de muitos. Em um processo próprio das dinâmicas de desenvolvimento, construídas no âmbito das economias capitalistas.

De modo geral, o avanço da agricultura irrigada pode ser interpretado como uma espécie de revolução agrícola regional que, modificando o valor da terra, a estrutura de classes, as dotações de capitais e tecnologia e as relações de mercado, foi mais do que suficiente para alterar os modos de vida e de produção que antes predominavam na região. Como toda revolução, a agricultura irrigada trouxe mais benefícios para uns do que para outros (BLOCH, 1996: 42).

Podemos visualizar essas contradições analisando os desdobramentos da ação tanto da CODEVASF, quanto da CHESF. A primeira, no processo de implantação dos perímetros públicos irrigados retirou das áreas de caatinga aproximadamente vinte mil grupos domésticos. Indivíduos que viviam da criação de caprinos. Assim:

Quando a política de expansão agrícola do Governo Federal fez-se realidade, foram eles transformados em suas primeiras vítimas, pois foi sobre suas terras que os projetos do governo, sob a direção da CODEVASF, instalaram-se. Sem pedir licença e aproveitando o despreparo ou a ingenuidade desses criadores, empresas contratadas pelo governo penetraram suas terras, realizando levantamentos topográficos e pedológicos e em seguida abrindo variantes por todos os lados para que efetuassem as medições. Até aí os moradores das terras não passavam de pessoas simples, simpáticos e hospitaleiros. Por ação da CODEVASF, foram desapropriados da forma mais brutal, com argumentos enganosos que prometiam prosperidade, progresso, etc., e quando isso não bastava, formas de pressão as mais diferentes possíveis eram empregadas. Mas isso ainda não era tudo. De acordo com a CODEVASF aquela gente não tinha a propriedade da terra e por isso esta não podia ser objeto de indenização, mas tão – somente as benfeitorias, que eram nada mais que uma casa rústica, uma cacimba, um tanque, um curral, um cercado para palma e um pequeno roçado construído com varas ou galhos. Em face dessa realidade, dá bem para concluirmos os valores pagos pelas indenizações (GOLÇALVES, 1997: 154)

A mesma lógica mobilizada pela CODEVASF para desocupar as áreas de caatinga selecionadas para construção dos perímetros irrigados foi reproduzida pela CHESF, no processo de desocupação das margens do Rio São Francisco, que seriam atingidos pela Barragem de Sobradinho. A cerca desse processo argumentou-se que:

A consequência básica dessa situação foi que a maioria das terras não foram indenizadas, uma vez que tratava-se de terras públicas. Mas essa lei, elaborada pela classe dominante, se opunha ao direito local, respeitado por todos, segundo o qual é dono quem ocupa a terra e trabalha. Existia, portanto, duas concepções do direito em conflito: o direito dominante, desconhecido localmente, e o direito local, que não tinha vigência oficial. Na hora da intervenção, vingou, evidentemente, o direito dominante, pelo maior escândalo da população atingida. Apenas os poucos proprietários com título reconhecido tiveram “direito à indenização” pelo valor da terra nua (DUQUÉ, 1984: 31).

Desse modo, as abruptas transformações processadas no Submédio São Francisco, a partir da atuação das mencionadas agências governamentais não trouxeram apenas o

progresso. Durante anos, essas mudanças criaram um quadro de instabilidade para diversos seguimentos sociais.

Assim, para os “caatingueiros” retirados de suas posses durante a implantação dos perímetros públicos irrigados restaram as diárias nos lotes das empresas fruticultoras, disputadas acirradamente com os trabalhadores forasteiros. Nessas áreas de cultivo, os diaristas tinham que lidar com condições precárias de trabalho.

Até a década de 1990 o trabalho assalariado no Submédio São Francisco se dava de forma precária. Desamparados pelas leis que regem o trabalho no país, os assalariados estavam expostos às péssimas condições de transporte, a falta de água potável no ambiente de trabalho, ao constante risco de envenenamento, provocado pela falta dos equipamentos de proteção individual na aplicação do agrotóxico, além de não contarem com um teto salarial definido e outros direitos (ANDRADE NETO, 2014: 45).

Além disso, as famílias dos oito mil operários responsáveis pela construção da Barragem de Sobradinho permaneceram nas vilas provisórias do gigantesco acampamento construído pela CHESF. Porém, o termino do empreendimento culminou com a partida da grande maioria das empresas. Assim, o número de desempregados cresceu assustadoramente. Como consequência desse processo a fome e violência tornaram-se comuns, sobretudo na Vila São Joaquim. Acampamento que abrigava os operários menos qualificados. Nesse período, as frentes de emergência criadas pelo Governo Federal eram as únicas possibilidades de renda para essas famílias. Algumas matérias de Jornais da época abordaram esta questão:

Força de trabalho: 8.700 homens, mas já foram desmobilizados 50% dos trabalhadores. O que vem gerando um acentuado problema social. Os trabalhadores recrutados, na verdade aprenderam ali todo o “knowhow” de tarefas especializadas e a perspectiva de emprego de mão-de-obra e a mais baixa possível. A maioria dos trabalhadores recrutados para Sobradinho veio do Nordeste, principalmente de Pernambuco. Constituiu-se, assim, uma interrogação, o futuro desses quase dez mil nordestinos que deixaram suas atividades rurais para aprender concretagem e outros trabalhos especializados na barragem. Sobradinho começa prodigiosamente, mas termina com a cidade livre, onde não mais o asfalto da Chesf beneficia e onde se concentra toda a população mais ou menos marginalizada, vivendo da feira livre e de trabalhos caracteristicamente rurais e com baixo nível de vida (JORNAL A TARDE, 1978).

No que concerne a população rural dos municípios que foram atingidos pela Barragem de Sobradinho, mesmo após mais de quatro décadas os transtornos provocados pela obra estão longe de ser resolvidos. Não bastasse isso, um amplo conjunto de evidências revela o caráter inócuo do processo de modernização agrícola para esta população. Grande parte das famílias atingidas mora atualmente em comunidades sem acesso à água, energia elétrica e serviços básicos de saúde. A cerca desses, os pesquisadores concluíram que:

As condições de acesso à energia elétrica e ao abastecimento de água associados à situação das pequenas vias, maioria sem pavimentação, que nos conduzem às comunidades dão

impressão que esses povoados estão imersos no esquecimento, compondo apenas mais um elemento da paisagem bruta e áspera da caatinga (BRASIL, 2017: 05).

Apesar da percepção extremamente depreciativa quanto à caatinga, vegetação repleta de potencialidades, o trecho transcrito acima revela o estranhamento dos pesquisadores no que tange a situação precária das comunidades. Estranhamento com o caráter unilateral do projeto de modernização que trouxe progresso apenas para o pólo sediado nas maiores cidades da microrregião. Projeto que negou, sobretudo, aqueles que foram mais afetados por sua implantação. Nesse contexto, os mais jovens enfrentam a falta de perspectiva, pois:

Os indicadores de trabalho mostram que a taxa de desemprego entre jovens de 16 a 25 anos é superior as demais faixas avaliadas, chegando a 40% do total da população incluída nessa faixa etária. Para o mesmo grupo, também foi observado maiores percentuais de pessoas vivendo em condições de pobreza ou pobreza extrema o que nos conduz à idéia de que a população jovem encontra-se empobrecida (BRASIL, 2017: 06).

Os piores indicadores são constatados entre as famílias dos municípios mais distantes do pólo fruticultor. Essas moram em comunidades de difícil acesso, localizadas nos picos de serras. Locais desafiadores para os “picapes com tração quatro por quatro”, utilizadas pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Sem contar que, algumas ocasiões, a equipe teve que sair às pressas desses locais por conta da deflagração de conflitos armados entre os moradores. Abaixo reproduzimos o quadro com alguns indicadores dos municípios com comunidades compostas pelas famílias atingidas pela Barragem.

Quadro 04 – Indicadores sociais das cidades com famílias atingidas

Municípios/indicadores	IDHM	Posição no ranking 2010-Brasil	Esperança de vida ao nascer	Taxa de mortalidade infantil (%)	% de extremamente pobres
Barra	0,557	50980	69,99	27,4	41,55
Casa Nova	0,570	4841°	69,16	30	20,67
Itaguaçu da Bahia	0,562	5002°	69,42	29,2	22,4
Pilão Arcado	0,506	5510°	69,19	29,9	40,9
Remanso	0,579	4654°	70,41	26,2	25,6
Sento Sé	0,585	4515°	71,68	22,5	25,61
Sobradinho	0,631	3469°	69,89	27,7	26,08
Xique-Xique	0,585	4515°	69,48	29	26,08
Brasil	0,727	-	73,94	16,7	6,62

Fonte: PNUD; IPEA (2010).

Esses indicadores mantêm relações com duas dimensões do projeto de modernização estatal: A), o mesmo não considerou as vicissitudes das famílias que seriam atingidas, pois

não houve o planejamento de um projeto na microrregião para abrigá-las. B), o processo de transferência das famílias das margens do Rio deu-se de forma desordenada, pois não se considerou as condições dos espaços nos quais elas seriam relocadas. Assim, no próximo capítulo, abordaremos os meandros do processo de transferência, destacando seus desdobramentos para as famílias da comunidade de Brejo de Fora.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DAS FAMÍLIAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

2.1. Breves considerações sobre o capítulo

Nesse capítulo, abordamos dois aspectos relativos às famílias atingidas pela Barragem de Sobradinho, transferidas para as comunidades construídas próximas as bordas do lago: o primeiro diz respeito à resistência das famílias a deixarem as margens do rio. Para refletir sobre esse ponto, tentaremos passar no entorno tanto dos discursos proferidos pelos tecnocratas da CHESF, como da perspectiva de alguns autores sobre o processo, pois ambos explicam essa resistência enfatizando, principalmente, o apego demasiado dessas famílias as terras de aluvião das margens do Rio.

No segundo trataremos dos impactos imediatos do processo de transferência na vida desses grupos doméstico. Nesse ponto, destacamos as dificuldades dos mesmos com relação à moradia, ao desabastecimento hídrico e etc. Destacando, sobretudo os empecilhos enfrentados no processo de retomada das atividades produtivas. Pois, um dos principais impactos desse processo fora a supressão de todas as estratégias de geração de renda práticas nas margens do Rio São Francisco.

Nós esperávamos que cerca de cinco mil famílias se deslocassem para as agrovilas, aproximadamente mil ficassem nas bordas do lago. Infelizmente por um atavismo, por uma ligação muito grande que o homem nordestino tem a sua região, o projeto não teve o sucesso esperado ¹⁴.

Essa narrativa consiste no fragmento de uma entrevista concedida pelo diretor de obras da CHESF, João Paulo Maranhão Aguiar, ao Sr. Peter Van Gunten, documentarista suíço. No trecho transcrito, o entrevistado atribuiu o fracasso da tentativa de transferência das famílias

¹⁴<https://www.youtube.com/watch?v=xi89ak6Uwks>

das margens do Rio São Francisco para o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, a suposta ligação atávica das famílias com as margens do mencionado curso de água.

Curiosamente, muitos pesquisadores criticaram a atuação da CHESF, responsáveis pela condução deste processo, mobilizaram o mesmo argumento, ressaltando, essencialmente, a relação de dependência das famílias com as margens do rio¹⁵. Provavelmente, essa incongruência discursiva esteja intimamente relacionada às duas dimensões do conceito de camponês (Categoria analítica exógena, empregada por eles para classificar as famílias habitantes das antigas localidades, submersas pelas águas da Barragem de Sobradinho).

Desse modo, a princípio esses pesquisadores atribuíram à resistência das famílias à transferência das margens do rio ao apego exacerbado das mesmas às áreas ocupadas. Isto porque, o camponês concebe sua terra enquanto uma espécie de pequena parcela do paraíso perdido legada por Deus. Essa seria capaz de lhe conferir proteção, pois distante da mesma imperaria “a lei das coisas”. Assim, pode-se dizer que o processo de transferência das famílias foi dificultado, sobretudo pelo vínculo delas com as férteis terras de aluvião (WOORTMANN, 2014: 12).

Na segunda dimensão, conceberam a resistência das famílias enquanto negação do modelo de produção capitalista. De acordo com o postulado que sustenta esse argumento, a produção camponesa visa fundamentalmente à satisfação das necessidades básicas do grupo doméstico. Ou seja, é uma espécie de “circuito relativamente fechado” voltado para o equilíbrio entre produção e consumo. Assim, presumiu-se que as famílias tinham receio e desconfiança dos impactos que a transferência causaria no modelo de produção tradicional praticado por elas. Por isso, resistiram com tenacidade à mesma (ABRAMOVAY, 2007: 19).

Não queremos promover uma discussão exaustiva acerca do alcance epistemológico do conceito de camponês. Porém, suspendemos provisoriamente algumas proposições estruturantes desta categoria analítica. O objetivo será refletir sobre o processo de transferência das famílias a partir de uma perspectiva diversa. Assim, não pretendemos relacionar a resistência das famílias à transferência apenas à ligação delas com as terras das margens do rio. Nas quais praticavam modelos tradicionais de produção. Mas, enquanto

¹⁵Estou me referindo a uma série de autores que realizaram pesquisas importantes referentes aos impactos sociais da Barragem de Sobradinho. Esses foram imprescindíveis no processo de construção deste estudo: Duqué (1980); Duqué (1984); Sigaude (1988); Siqueira (1992); Costa (2013).

reposta imediata a gama de “equivocos” cometidos pela CHESF, agência estatal responsável pela condução do referido processo.

Dentre esses, destacamos a ignorância dos grupos domésticos acerca do processo de construção da barragem. Pois, a CHESF não comunicou às famílias os detalhes que envolveriam a construção da barragem, tudo que lhes chegava era por meio de rumores. Logo, abriu-se o precedente para especulações diversas, suscitando dúvidas quanto aos reais interesses por trás do empreendimento. Destarte, antes mesmo do início das obras, já havia um clima de disputas entre as famílias e os representantes da CHESF, o que de certo modo dificultou as negociações relativas à transferência.

Em seguida, ponderamos que não tendo uma visão real acerca das transformações, que poderiam ocorrer a partir da construção da represa as famílias não consideraram a possibilidade de serem forçadas a migrar para regiões distantes. Para elas, a transferência para as terras, que ficavam nas bordas do lago estava assegurada. Não obstante, a frustração ante a esta expectativa causou-lhes revolta, bem como, ensejou boicotes a solução proposta pelas agências governamentais: o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho¹⁶.

Por último, analisamos aspectos concernentes ao processo de indenização das famílias menos abastadas. Constatamos, que não obstante terem recebido valores irrisórios por suas benfeitorias, as famílias tiveram que construir as novas comunidades, enfrentando dificuldades relativas à supressão de suas estratégias de geração de renda, bem como lidando com os conflitos deflagrados pelas terras das bordas do lago.

2.1.1. Os ditos e não ditos sobre a construção da barragem

Se fosse hoje pra fazer um negócio daqueles tinha que fazer muitas reuniões, conversar muito com o povo, hoje graças a Deus estamos na democracia. Mas naquele tempo meu amigo era ditadura, o nome já diz tudo, ela ditava tudo... (J.C. Primeiro Secretário da Comissão Borda do Lago de Sobradinho, 61 anos, Sobradinho, Entrevista realizada em 28/01/2017).

A citação acima resulta das reflexões de um dos informantes entrevistado nesse estudo. Em certa medida, as palavras sintetizam a falta de diálogo entre os atores

¹⁶ O termo (Especial) diz respeito à falta de critérios de seleção quanto às famílias. A rigor, todas que habitavam a área atingida podiam, mediante assinatura de um termo expressando interesse se credenciar a receber gratuitamente do governo um lote produtivo de vinte hectares, bem como uma casa em uma agrovila Distanto no máximo três quilômetros do lote, pela qual pagariam com carência de vinte anos.

institucionais responsáveis pela edificação da barragem e as famílias agricultoras, que foram atingidas pela mesma.

Porém, Siqueira (1992) ponderou que, para estes atores não fazia sentido criar espaços de interlocução. Em primeiro lugar porque o local escolhido para edificação da obra apresentava baixos índices demográficos. Em segundo lugar, porque estava situado em uma das regiões “mais pobres do país”. Logo, a miséria dos habitantes das margens do rio os tornava “cidadãos de segunda categoria”. Dessa forma, consultá-los sobre as decisões relativas à construção da barragem tornou-se desnecessário (SIQUEIRA, 1992: 55).

Após a escolha da localização da barragem a atitude tomada foi legitimar a edificação da represa a partir da veiculação de um discurso midiático fundamentado nas supostas vantagens que o empreendimento traria. Assim, os jornais de circulação nacional divulgaram a “majestosa obra patriótica, a qual, por certo, tanto iria reduzir a fome da população, quanto à migração desordenada para os grandes centros urbanos da região Sudeste. Os discursos informavam que, “por si” a barragem já traria incontáveis benefícios à população atingida¹⁷ (BOMFIM, 1999:03).

Enquanto isso, as famílias tomavam conhecimento das deliberações acerca da construção da represa através dos rumores alardeados nas margens do Rio. Isto abriu espaço para diversas especulações. Inicialmente, “correu solta” a notícia de que haviam descoberto jazidas de metais preciosos nas terras que seriam submersas pelas águas da barragem. Em seguida, conjecturou-se que o governo pretendia desocupá-las para construir nas mesmas os grandes projetos irrigados, os quais seriam destinados aos “gringos”. Assim, para as famílias, a princípio a construção da represa não passava de uma mera desculpa, cujo objetivo seria removê-las de suas terras¹⁸.

As primeiras informações sobre a construção da represa chegaram até os agricultores, casualmente, por meio dos técnicos responsáveis pelo levantamento topográfico da área que seria atingida. Os diálogos entre os agricultores/ribeirinhos e os técnicos, expressavam claramente: lógicas e mundos sociais distintos. No fragmento de entrevista que segue evidenciam-se as controvérsias envolviam essas lógicas:

¹⁷ “Sobradinho, “a cada dia realidade no São Francisco”. Jornal A Tarde, 29 de setembro de 1976.

“Sobradinho é o fim da seca para 70 mil”. Jornal Folha de São Paulo, 01 de junho de 1975.

¹⁸ “Sobradinho, a água que o Sertão não queria”. Jornal o Estado de São Paulo, 11 de abril de 1975.

O primeiro dia que falaram nessa barragem, *nós estava* na ilha, em uma roça que a gente tinha na ilha. Eu estava até deitado, com as pernas pra cima, penduradas nos galhos de pau. Ai chegou um pessoal preparando, fazendo as medições, fazendo as coisas. E lá falaram que a Barragem de Sobradinho ia cobrir a torre da igreja de Casa Nova. Eu estava deitado, quando ele falou isso, eu levantei e falei: isso é conversa rapaz! *As águas nunca chegou ali* (G.S.A. Pequeno Produtor Rural de cebola, 75 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 23/01/2017)

Costa (2013) dedicou parte considerável de sua dissertação a refletir sobre as controvérsias semânticas expressas pelas falas destes sujeitos. Segundo a autora, o discurso dos técnicos contrariou dois aspectos fundamentais referentes à cosmovisão das famílias: primeiramente dizia respeito a suas previsões quanto aos limites que a enchente alcançaria, pois não havia no imaginário delas lembranças de inundações que tivessem avançado tanto. Em seguida relaciona-se com sua suposta irreversibilidade, pois segundo os técnicos o rio não voltaria a seu leito natural.

Não obstante, as informações que sanariam definitivamente as dúvidas quanto à veracidade da construção da barragem chegaram para as famílias cinco anos após o início das obras, em 18 de julho de 1975, via carta. Em resposta a uma solicitação de esclarecimento encaminhada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Juazeiro, Casa Nova e Remanso. Cidades cujas populações seriam atingidas pela formação do reservatório¹⁹.

Em todo caso, os rumores motivados pela falta de informações foram apenas o prenúncio de um percurso marcado por inúmeros equívocos. Esses foram recorrentes durante todas as etapas que envolveram o processo de transferência das famílias das margens do Rio São Francisco no decorrer da construção da Barragem de Sobradinho. Processo que levou sete anos, considerando o levantamento topográfico enquanto marco inicial, bem com a ligação da primeira turbina enquanto etapa conclusiva da obra.

2.1.2. Sonhos, indefinições e resistência

Por volta de 1973, após a conclusão do levantamento topográfico, processo que delimitou a área que seria atingida pela formação do reservatório, a CHESF solicitou da Empresa Paulista de Consultoria (HDROSERVICE), a realização de um minucioso levantamento da população que seria atingida pela construção da barragem. O levantamento

¹⁹ Tal carta fora encontrada nos arquivos da Biblioteca Municipal de Sobradinho-BA. A transcrição da mesma consta nos anexos deste estudo.

deveria responder duas questões fundamentais: primeiro qual era a situação socioeconômica das famílias que habitavam na área. Segundo, para onde as mesmas desejavam ser deslocadas.

Os dados apresentados pelo relatório final da pesquisa deram conta de uma população miserável, composta por famílias que não pretendiam migrar para outras regiões. Considerando esse desejo, a CHESF acionou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse por meio do Decreto N° 73. 072 tornou prioritárias para fins de “reforma agrária” as terras que margeariam o futuro barramento. Assim, de certa forma, a CHESF havia sinalizado para as famílias, que elas permaneceriam na microrregião (ESTRELA, 2004).

Porém, as primeiras medidas com fins a estabelecer de fato o destino das famílias foram tomadas tardiamente. Quando faltava aproximadamente dois anos para o represamento parcial das águas, a CHESF solicitou da Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural da Bahia (ANCAR) a verificação das potencialidades produtivas da área delimitadas pelo INCRA, bem como a construção de um projeto, para transferência das famílias.

Para tanto, foram formadas duas equipes com atribuições específicas: a primeira, denominada equipe social, cuja função era preparar o enorme contingente populacional para a transferência (curiosamente as ações da mesma se restringiram a população do município de Casa Nova). A segunda, denominada equipe de planificação fora encarregada de percorrer as terras próximas as bordas do lago, colhendo amostras para o exame de seus níveis de fertilidade. A partir da análise do material obtido, constatou-se a infertilidade de grande parte destas terras. O que em tese, inviabilizaria a transferência das famílias para essa área. Diante disso, a “opção borda do lago” tornou-se inviável (COSTA, 2013: 176).

A esta altura, ressurgem as dúvidas quanto ao destino das famílias, tais incertezas aliadas à iminência da inundação justificavam o clima de pânico por parte da população. Açodadas pelo medo, algumas migraram por conta própria para as cidades mais próximas, sobretudo Juazeiro no estado da Bahia e Petrolina em Pernambuco. Estes municípios, por sua vez, não dispunham de infraestrutura para receber esse contingente populacional. Nessas cidades, algumas famílias passaram a viver de pequenos bicos e da mendicância. Em meio a este contexto, a Igreja Católica assumiu a função de mediadora do processo de transferência (ANDRADE, 1984).

Dentre as ações promovidas pela Igreja podem-se destacar: as inúmeras reuniões, nas quais, os destinos das famílias foram abordados. Esses encontros, encabeçados pelo recém empossado Bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues, além dos párocos das cidades que seriam atingidas, reuniram seus prefeitos, líderes sindicais e membros da diretoria da CHESF. A construção de um memorial das populações que seriam atingidas pela barragem fora uma das medidas tomadas nesses encontros, conforme foi noticiado²⁰.

Esse memorial fora apresentado pelo prefeito de Casa Nova o Sr. Clodoaldo da Silva à Assembleia Legislativa de Salvador, assim como encaminhado para o então Presidente da República. Contudo, a medida não logrou êxito, visto que o Governo Federal não se manifestou sobre a questão. Desse modo, a frustração das famílias frente à impossibilidade da transferência para as bordas do lago somada à falta de perspectiva quanto a seus destinos motivou à resistência das famílias a soluções propostas pelas agências governamentais²¹.

2.1.3. Boicote ao PEC-Serra do Ramalho

Tinha um discurso aqui na região, nos anos 1980, no meio popular, que podemos chamar “discurso da organização” disseminado pela Igreja, pela CPT, pelo movimento sindical, que era o seguinte: se nós fôssemos organizados, a CHESF não tinha feito o que fez, a gente teria resistido, não tinha sofrido tanto...Este discurso da organização não é o discurso dos camponeses das comunidades ribeirinhas, é um discurso exógeno, vêm de fora. Porque quando você vai aprofundar como a história de fato se deu, como eu fiz num trabalho de mestrado no final dos de 1980, você descobre quanto à cultura tradicional ribeirinha, a ligação atávica com o rio, reputada como atraso pelos desenvolvimentistas promotores da barragem, funciona, no auge da Ditadura, como fator de resistência popular, que em muitos aspectos foi eficiente como reação que modifica a imposição autoritária das drásticas mudanças trazidas pela obra (Siqueira, 2017: 13).

Não estamos pensando a relutância das famílias, enquanto reação imediata a uma intervenção que ameaçava a organização social e econômica destas, estruturada a partir de relações que implicavam em continuar vivendo às margens do rio. Entretanto, o relato da experiência menciona a necessidade de pensar o processo considerando, sobretudo, as reações desses grupos domésticos. Eles se negaram a aceitar a transferência para qualquer lugar como meio de enfrentamento e recusa às arbitrariedades cometidas pela CHESF.

²⁰ “A Barragem de Sobradinho em debate”. Uma reunião de grande proveito. Jornal RIVALE, 14 de junho de 1975.

²¹ “Deputado pede pela gente de Sobradinho”. Jornal da Bahia, 18 de junho de 1975.

Dentre estas arbitrariedades inicialmente destacaremos a decisão tomada pela CHESF articulada com o INCRA de deslocar parte considerável das famílias para o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PECSR). O projeto fora proposto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), financiado pelo Banco Mundial. A pretensão era transferir para este projeto aproximadamente cinco mil famílias. O projeto fica a 700 km de distância das margens do rio, no município baiano de Bom Jesus da Lapa. Na época havia a estimativa que mil famílias seriam assentadas nas bordas do lago, sendo que as demais migrariam para regiões diversas por conta própria.

Desse modo, em meados de 1975, a possibilidade de transferência das famílias para o insurgente projeto de colonização passou a nortear as atividades da equipe social. Contudo, a “missão” da equipe foi consideravelmente dificultada. A forma como a CHESF vinha conduzindo o processo já havia disseminado a desconfiança entre as famílias. Reticentes quanto às soluções propostas pelas mencionadas agências governamentais. Neste momento a permanência das famílias já representava uma ameaça ao cumprimento do cronograma de execução da obra. Em face disso, a equipe social passou a receber pressões no sentido de que deveria convencer as famílias a se deslocarem para o projeto de colonização.

Pressionada, a equipe social procurou mobilizar as famílias a partir da “distribuição de panfletos, carros de sons, visitas e abordagens diretas nas localidades. Tentava-se reunir o maior número de famílias possíveis nas capelas, escolas e casas de farinha”. Espaços nos quais eram montados retroprojetores para apresentar fotos, depoimentos, vídeos documentários e etc. Em fim, um conjunto de estratégias didáticas com vistas a convencer o público alvo da viabilidade do projeto. Em um dos documentários propagandearam que as famílias teriam direito a lotes agrícolas de 20 hectares, concedidos sem custos. (ESTRELA, 2004: 114).

Além disso, para o início imediato dos plantios os lotes seriam entregues com dois hectares desmatados, bem como se disponibilizaria assistência técnica. As despesas básicas das famílias também não seriam empecilhos à migração para o projeto. Durante os primeiros seis meses elas receberiam o valor de um salário mínimo. Soma-se a essas vantagens oferecidas, o suposto potencial produtivo das terras do projeto, destacado por uma das informantes:

Eles faziam as reuniões e mostravam a gente aquelas espigas de milho; Olha o tamanho! Teve gente que foi para as agrovilas pela aquela lábia. Eles botavam gente para conversar com o povo, todo mundo era analfabeto, pouca gente entendia de alguma coisa. E aqueles

que viam uma espiga de milho daquele tamanho diziam: eu vou pra lá, duas espigas vai dá quase um saco de milho. Eles forame se arrependeram, não tiveram como voltar (M. G. A. B. Pequena produtora rural de cebola aposentada, 73 anos, Sobradinho, entrevista realizada em 19/01/2017)

Entretanto, apesar dos esforços empreendidos pela equipe, apenas mil famílias foram cadastradas faltando apenas um ano para o represamento parcial das águas do rio. Com isto, as equipes foram obrigadas a criar estratégias de convencimento extremamente persuasivas. Dentre as quais: a distribuição de panfletos exortando a fé das mesmas. Para tanto, relacionavam o projeto de colonização à Gruta do Bom Jesus, santuário católico, ponto de peregrinação dos romeiros. Os panfletos continham o seguinte texto: “Lá está o Bom Jesus, milagres lhe esperando, confie nele e nos homens que agora estão governando. E observe este ditado, tudo que fica parado depressa vai se acabando” (ESTRELA, 2004: 126).

No início de 1986 o fracasso da equipe social, cujo objetivo foi convencer as famílias a migrarem para o projeto de colonização mostrava-se cada vez mais evidente. Isto parece ter recrudescido o tratamento delas para com as famílias. Dessa forma, a violência contida nos discursos ásperos deu o tom de muitas negociações. Tanto que, foram realizadas inúmeras denúncias referentes a casos de abusos sofridos. Vejamos trechos dos relatos de alguns entrevistados:

Naquele tempo era tempo do militarismo, a gente não tinha vez, a gente não falava grosso, hoje todo mundo fala, ninguém aceita né? Naquele tempo chegaram ao ponto de dizer: se não sair as águas passam por cima, a gente só chorava, se mal dizia (G. S. A. Pequeno produtor rural de cebola, 75 anos, Sobradinho, entrevista realizada em 23/01/2017).

Rapaz, eles chegavam lá e diziam: tal dia a água vai chegar, vai andar por cima da terra, o que ainda tiver aqui vai ficar debaixo da água. Você tem que se retirar ligeiro. Tinha gente, com tanto medo que nem as coisas de casa levaram. Nos tempos de seca, quando o represa abaixa da pra vê o que ficou, o que não deu tempo levar. Aquilo parecia mais uma guerra (A. N. C. Diarista, 58 anos, entrevista realizada em 11/01/2017).

Todavia, o conjunto de estratégias empreendidas pela equipe social não atenderam as expectativas das agências governamentais. Das cinco mil famílias previstas para ocupar o projeto pouco mais de mil aderiram à proposta de recomeçar suas vidas nas distantes terras do Bom Jesus. Assim, a recusa por parte das famílias, sem que houvesse o confronto direto com o Estado tencionou a CHESF, levando-a a reconsiderar a opção do deslocamento das famílias. Assim, a recusa delas a Serra do Ramalho é uma das hipóteses para compreender o surgimento das diversas comunidades que foram constituídas próximas às margens da represa. Elas tornaram-se a opção escolhida por aproximadamente “7.590” famílias. No quadro abaixo elencamos as comunidades formadas por elas no município de Sento Sé.

Quadro 05 - Comunidades formadas pelas famílias transferidas do município de Sento Sé

Nome	População	Número de famílias
Aldeia	980	196
Bazuá	570	114
Brejo de fora	650	130
Cajuí	810	162
Itapera	950	186
Limoeiro	400	75
Pascoal	442	76
Piçarrão	1.025	205
Piri	1.025	205
Quixaba	1.250	250
Retiro de baixo	320	64
Retiro de cima	540	108
Tombadores	460	84
Volta da serra	725	145
Total	10.127	2.000

Fonte: PAI (1984)

2.1.4. O controverso processo de indenização

Os critérios utilizados pela CHESF no processo de indenização das famílias foram controversos. Assim como revelador do caráter seletivo adotado por esta companhia. No pagamento das indenizações, as terras das famílias mais abastadas, munidas com títulos concedidos pelo “estado da Bahia ou portadoras de documentos comprobatórios de cadeia sucessória”, foram as primeira a serem indenizadas²². Iniciar as indenizações por elas foi uma ação estratégica da CHESF. Elas receberam valores justos para não se oporem a construção da barragem. De modo que as somas recebidas permitiram que algumas famílias diversificassem seus negócios, abrindo lojas de material para construção nas sedes das cidades, que estavam sendo construídas (SILVA, 2014:62).

Além disso, vale ressaltar que indivíduos membros das famílias que foram indenizadas se tornaram funcionários efetivos da CHESF. Para referenciar essa assertiva pode-se mencionar o caso do Deputado Estadual “Jairo Sento Sé” (parlamentar membro da família que dominava o município de Sento Sé, tanto pela extensão das terras que possuíam, como pela influência política no município). Não por acaso, os prefeitos desse município, antes da

²² Informação contida na carta resposta da CHESF aos STRs das cidades atingidas de 18/07/1975.

construção da Barragem de Sobradinho eram todos membros dessa família (BRAGA, 2014: 313).

No que concerne a Jairo Sento Sé, as famílias agricultoras esperavam que sua liderança política no município pudesse contribuir no processo de condução da transferência, sobretudo no que diz respeito às indenizações que estavam sendo estipuladas por suas benfeitorias. Contudo, suas expectativas foram frustradas, pela contratação do parlamentar enquanto advogado pela CHESF. De fato, ele atuou no processo de negociação das indenizações, mas favorecendo sua contratante. Por isso, muitos o consideram um traidor da causa ribeirinha.

Rapaz *nós ficou* sabendo dessa barragem pelo Jairo Sento Sé, que era um deputado da família mais rica aqui da nossa região. Esse camarada foi falso com nós, porque era ribeirinho também, mais foi advogado da CHESF, foi contra nós. A grande maioria do povo não sabia nada, era analfabeto, ele era quem podia dá uma palavra por nós Jorgino (J. B. Pequeno produtor rural de cebola, 61 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 23/04/2017).

A gente tinha um deputado, que era aqui da região, mas ele foi contra o povo, não ficou do lado da pobreza, se bandeou pro lado da CHESF. Era muito problema, o povo tudo desesperado naquelas comunidades, mas ele não fez nada. Preferiu ficar do lado do dinheiro (A. N. C. Diarista, 58 anos, entrevista realizada em 11/01/2017).

Rapaz, aqui tinha um deputado, ele morreu um tempo desses, o Jairo Sento Sé. Mas ele não fez nada, tava ganhando muito dinheiro também, né? Esse camarada virou advogado da CHESF. Mas depois o castigo veio, porque ele não conseguiu mais se reeleger, o povo todo ficou esperto com ele. (J. B. A. Pequeno produtor rural de cebola, 57 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 25/05/2018).

No que diz respeito às famílias menos abastadas, como mencionado anteriormente, a falência da agropecuária extensiva possibilitou que algumas delas comprassem pequenas parcelas de terra. Deste processo surgiu um conjunto de minifúndios às margens do rio, cuja documentação era apenas declarações de compra e venda lavradas nos cartórios locais. Documentos que não cumpriram os critérios estabelecidos pela CHESF. Logo, apenas 13% de um universo 26 mil imóveis cadastrado foram indenizados. Os demais foram considerados terras devolutas. (DUQUÉ, 1980; ANDRADE, 1982).

A negociação com as famílias que não possuíam titularidade, ou escritura consistia apenas no ressarcimento das chamadas benfeitorias: casas de taipa, cercas de vara trançada, pomares e cultivos. Contudo, os valores pagos, segundo as famílias eram irrisórios. Vejamos os trechos de algumas entrevistas:

Quando foi para indenizar eles ofereceram 3.500 cruzeiros a minha mãe, ela disse: eu vou morrer afogada com os meus filhos, mas não pego essa mixaria, eles falaram: então a senhora vai ficar para morrer debaixo da água! Com 20 dias eles voltaram, indenizaram por 7.000 cruzeiros (J.C. Primeiro Secretário da Comissão Borda do Lago de Sobradinho, 61 anos, Sobradinho, entrevista realizada em 28/01/2017)

Meu marido fez uma indenização de 30 mil cruzeiros, depois ele chegou e falou assim: eu vivo daqui, ele tinha um pomar de manga, toda semana ele levava um barco cheio manga para a feira de Casa Nova. E vinha e trazia tudo, ai ele disse assim: eu faço 3 mil cruzeiros por semana, eu vou indenizar minha propriedade por 30 mil? Ai ele chegou lá e disse: eu não vou mais assinar essa indenização não! Foi com o advogado, a CHESF deu a testa que não desmanchava a indenização dele. O advogado entrou com processo, pediu 50 mil cruzeiros de indenização, ganhou a causa tirou a parte dele, mas sobrou mais que os 30 mil (M. G. A. B. Pequena produtora rural de cebola, aposentada, 73 anos, Sobradinho, entrevista realizada em 19/01/2017).

Sigaud (1988) constatou em seu estudo variações de preço nos valores das indenizados. Tudo faz crer que estas flutuações estejam relacionadas à objeção de algumas famílias aos valores estipulados pela CHESF, por suas benfeitorias. Em algumas localidades, as famílias foram constrangidas por funcionários desta agência a aceitar os valores arbitrariamente estabelecidos. Diante disto resistiram, denunciando os abusos a direção da estatal. Esta, a despeito de não ter revisto os valores pagos, manifestou-se publicamente contra os abusos²³. Assim, pode-se vislumbrar nessas evidentes atitudes de enfrentamento de algumas famílias frente à CHESF.

Em todo caso, a maioria aceitou sem questionar os valores estipulados por suas benfeitorias. Acostumadas com a parca quantidade de dinheiro que recebiam pelos produtos comercializados nas pequenas feiras livres deslumbraram-se com o valor oferecido pela CHESF. Essas se deram conta do valor irrisório das indenizações apenas nas novas comunidades, quando suprimidas suas estratégias de geração de renda, tiveram que utilizá-la para sobreviver.

Não por acaso, após o período de transferência, o número de ações movidas pelas famílias contra a CHESF cresceu bastante. Nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro-BA podem-se encontrar inúmeras pastas contendo cópias tanto de ações individuais,

²³Nota da Chesf sobre os abusos cometidos por um de seus funcionários durante o processo de indenização: o ex-servidor Gabriel tentou prejudicar a CHESF ao realizar levantamentos cadastrais de forma não correta, pressionando de certa forma a população de Marcos a aceitar o preço ofertado, alegando urgência na desocupação da área. No tocante aos pagamentos feitos não vemos porque se fazer reavaliações. A população de Marcos está recebendo o apoio necessário à transferência e fixação no lugar que escolheu (Zabelê). A CHESF está colaborando na construção de nova moradia, confecção de cercas, desmatamento no lote, etc., o que evidencia os interesses da CHESF em sanar o problema e fazer pelos desapropriados mais do que que a rigor, estaria obrigada a fazer.

quanto de ações coletivas, cujos resultados ainda são aguardados pelas famílias, passadas mais de quatro décadas da construção da barragem²⁴.

2.2. As condições de moradia nas novas comunidades

Para abrigar as sessenta mil pessoas deslocadas, o governo está fazendo mais do que remover para as cidades pré-construídas. Cada morador está tendo a oportunidade de levantar sua própria casa, para participar como cidadãos do esforço comunitário que cabe a toda comunidade. A infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida antes nem se quer suspeitada pelos ex-moradores dos antigos vilarejos. A voz do progresso ecoa no sertão despertando os barranqueiros do São Francisco para novas tarefas e responsabilidades²⁵

Em março de 1976, o Rio São Francisco foi parcialmente bloqueado na altura do salto de Sobradinho. As águas começaram a subir rapidamente dando início a formação do lago. Muitas famílias tiveram que ser transferidas rapidamente para os espaços destinados às novas comunidades. Nesses novos espaços tiveram que lidar com uma série de transtornos: falta de moradia, desabastecimento hídrico, bem como supressão de suas antigas estratégias de geração de renda. Desse modo, nas páginas subseqüentes analisamos os impactos do processo de transferência na vida das mesmas. Para isso, iniciaremos considerando os problemas relacionados à falta de moradia.

A epígrafe acima retrata a dissimulação expressa nos discursos capazes de tornar uma obrigação do Estado oportunidade de contribuição cidadã. Além disso, na mesma foram enfatizados os novos padrões civilizatórios, que as famílias das cidades submersas

²⁴Quanto aos processos movidos contra a CHESF podem ser encontradas diversas cópias dos mesmos nos arquivos da CPT-Juazeiro, segui trecho de um, movido coletivamente: Extraída dos autos da ação de reparação de dano por ato ilícito, tombados neste cartório sob nº 333/81, dirigida ao juízo de Direito da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco. O Doutor Ivanilton Santos da Silva, Juiz de Direito da Comarca de Casa Nova, na forma da Lei, etc. Faz saber o Exm. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, ou a quem o conhecimento desta haja de pertencer, que, por este Juízo e Cartório do Escrivão que esta subscreve, tramita uma Ação DE REPARAÇÃO DE DANO POR ATO ILICITO proposta por ADOLFO DA SILVA e mais 1062 pessoas, totalizando 1063 ajuizantes, contra a COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF-, solicita a v. Exa, que seja determinada a Citação da referida Companhia tudo de conformidade com a petição anexa. Que após exarar o seu respeitável “CUMPRA-SE”, determine a diligencia-supra. E assim determinando que cumpra, estará prestando relevante serviço as partes e especial mercê a este Juízo, e outro tanto fará quando decretado for. Dado e passado nesta cidade de Casa Nova, aos 23 do mês de abril do ano de mil novcentos e oitenta e um.

²⁵<https://www.youtube.com/watch?v=NEom6WAYg6k>

encontrariam nas novas sedes municipais. Essas famílias como destacado em matérias dos jornais da época, pelo então diretor geral da CHESF Dr. Eunápio Pelier, deixariam “velhos barracões” inóspitos, por casas novas com valor aproximado de 25 mil cruzeiros. Este fato, mais uma vez revela o caráter seletivo da CHESF no trato com as famílias. Pois, enquanto as cidadinas tiveram direito a casas novas, as habitantes das localidades dispostas às margens do rio não tiveram direito ao mesmo benefício. Essas, antes de disporem das moradias definitivas passaram muitos atropelos.

Observamos que a formação do lago foi um imperativo para a rápida transferência das famílias. Para tanto, definiu-se apressadamente o local das novas comunidades, cujas áreas foram limpas por tratores. Por fim, coube a cada “CHESF” de família escolher os lotes, nos quais seriam construídas as novas residências. Cumpridos esses procedimentos, as famílias tinham que voltar às localidades, demolir suas casas retirando delas os materiais reutilizáveis. Após isso ficavam aguardando a chegada dos caminhões, locados pela CHESF para fazer a transferência das famílias. Por sua vez, estas quando chegavam às áreas destinadas a construção das comunidades encontravam apenas os lotes demarcados. Não por acaso, muitas foram obrigadas a tomar por abrigo as árvores: umbuzeiros e faveleiros. Vejamos os relatos de alguns informantes:

A gente morava debaixo de um pé de pau, uns moravam debaixo *dos pé* de umbuzeiro, uns debaixo *dos pé* de favela. Pra dormir o Bosco pegava as tabuas que veio de lá, as portas pra gente encostar na parede, fazer um barraquinho deste *tamanha*, armar uma rede para o meu menino mais velho dormir. *Nós deitava* no chão, na lama, chovendo (M. O. S. Pequena produtora rural de cebola aposentada, 64 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 26/05/2018).

Na realidade não tinha nada! O pessoal ficou arranchado debaixo de umas lonas. Depois que chegaram aqui começaram a fazer as casas. Não tinha nada, só o lugar limpo mesmo. Era assim, embaixo de lona. Nem o chafariz tinha ainda (J. B. A. Pequeno produtor rural de cebola, 57 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 25/05/2018).

Os problemas habitacionais foram recorrentes em todas as comunidades construídas próximas às bordas do lago. Segundo matérias de jornais, sobretudo do ano de 1977, com o avanço abrupto das águas, inúmeras famílias foram vistas a “passos lentos”, sem destino, pelas estradas da microrregião. Essas formavam grupos de “andarilhos errantes”, lembrando as cenas descritas por Graciliano Ramos, no Clássico literário *Vidas Secas*. Há evidências de famílias oriundas das comunidades pertencentes ao município de Casa Nova, que também tiveram que buscar abrigo nos umbuzeiros. Segundo os jornais da época, os valores recebidos pelas famílias, como indenização pelas benfeitorias não foi suficiente para a construção das novas moradias. Levando-as a buscar abrigos improvisados.

Figura 09 - Família abrigada debaixo de árvores



FONTE: Moura (1979)

Segundo Moura (1979) as águas chegaram seis meses antes do previsto no município de Pilão Arcado. Assim, as famílias das localidades destes municípios foram as primeiras a deixar as margens do rio. Para abrigá-las, foram construídos grandes galpões de madeira cobertos por Eternit. Desse modo, em cômodos destituídos de ventilação, famílias numerosas esperaram por anos a construção das moradias definitivas.

Figura 10 - Barracões construídos para receber as famílias em Pilão Arcado



FONTE: Moura (1979)

Em todo caso, após quatro décadas, os problemas relativos à moradia das famílias não foram completamente resolvidos. Nas comunidades construídas muitas casas, ainda são de “taipa”, cujas paredes de vara trançada preenchidas por barro constituem ambientes propícios a proliferação do barbeiro (*Triatoma infestans*), inseto hospedeiro do protozoário *Trypanosoma cruzi*, causador da doença de chagas.

Figuras 11 - Casa de taipa na comunidade de Brejo de Fora



FONTE: Guilherme Ernesto de A. Neto (2018)

2.2.1. O desabastecimento hídrico

Tinha que pegar lata de água na cabeça lá do São Luiz, numa distância de mais de três quilômetros. Às vezes umas, duas, três vezes por dia, porque era longe, tinha que chegar,

que descansar. Esse sofrimento durou mais de um ano. Isso depois do chafariz, porque teve tempo que a água não vinha de Sobradinho. A gente tinha que ir para as beiras dos riachos cavar cacimba. Quando o pipa chegava formava aquela fila de gente pra pegar um pouco de água (M. R. B. A. Pequena produtora rural de cebola, 52 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 25/05/2018).

Curiosamente, após a transferência, as famílias que moravam a poucos metros das margens do rio conviveram por décadas com o desabastecimento hídrico nas novas comunidades. Não por acaso a luta cotidiana por algumas latas de água fez parte da narrativa das mulheres entrevistadas neste estudo. Durante um ano, período que compreendeu a construção das casas, as famílias foram abastecidas por carros pipa, locados pela CHESF. Esses enchiam os tambores dispostos em alguns pontos de referência da comunidade. Tal processo de distribuição foi modificado após a construção do chafariz comunitário, no qual os carros passaram a depositar água irregularmente.

Imaginava-se que o abastecimento através de carros pipa seria uma medida emergencial e, que seria suspensa após a construção de um açude. Contudo, o reservatório construído para a comunidade foi escavado dentro de uma grande depressão, entrecortada por riachos temporários. Esses, durante os períodos chuvosos carreavam para o reservatório dejetos humanos, animais e lixo da comunidade. Em todo caso, mesmo contaminada, a água do açude foi utilizada durante um tempo, pois as famílias não tinham outra opção. Vejamos o relato de umas das nossas entrevistadas:

Eles desativaram o abastecimento de águas porque fizeram aquele açude, você pode vê que a corrente joga muita água pra cá, acumula água. Mas a água era podre, escura...*nós fervia pra bebê*, a água era péssima, não valia nada. A gente durante muito tempo teve que cavar cacimba pra beber (M. O. S. Pequena produtora rural de cebola aposentada, 64 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 26/05/2018).

Inapropriada para o consumo humano a água do açude acumulada durante os períodos chuvosos passou a servir apenas para os animais. Durante a década de 1980 foram perfurados dois poços artesianos, cuja água salobra canalizada para o chafariz abasteceu durante algum tempo a comunidade. Tal medida resolveu apenas parcialmente o desabastecimento hídrico das famílias, a drástica redução na vazão dos poços nos longos períodos de seca, comprometia o abastecimento delas. Assim, de acordo com a entrevistada o desespero fora explorado politicamente:

Rapaz o sofrimento aqui foi muito grande! A água foi durante muito tempo “mola dos políticos”, *eles via* nosso sofrimento. Muita gente tinha que trocar o voto por “um pipa de água” para não morrer de sede. Hoje comparado aquele tempo *nós tamo* na glória (M. O. S. Pequena produtora rural de cebola aposentada, 64 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 26/05/2018).

Não obstante as medidas tomadas, os problemas referentes ao abastecimento de água na comunidade foram resolvidos após quatro décadas. Em 2006 sua associação de moradores elaborou um projeto prevendo a captação direta das bordas do lago. Este fora encaminhado a CODEVASF em 2008. Aprovado, sua execução levou aproximadamente seis anos. O sistema dispõe de uma moto bomba utilizada para abastecer um reservatório com capacidade para cinco mil litros. Por gravidade, a água passa por mais quatro pequenas caixas antes de chegar ao reservatório principal na comunidade, de onde operam-se a distribuição via encanamento para as casas.

Figura 12 – Antigo Chafariz da Comunidade de Brejo de Fora



FONTE: Guilherme Ernesto de A. Neto (2018)

A escassez de água não fora restrita apenas a comunidade de Brejo de Fora, no São Gonçalo da Serra, comunidade distante aproximadamente seis quilômetros das bordas do lago o abastecimento das famílias ainda se dar por meio de carros pipa. O mesmo problema foi mencionado nas comunidades formadas por famílias transferidas das margens do Rio no município de Remanso (SILVA, 2010).

De modo geral, estudos mais amplos apontaram que esses problemas impactaram todas as comunidades compostas por famílias atingidas pela Barragem de Sobradinho. Passadas mais de quatro décadas muitas ainda lidam com problemas relativos à falta de água. Contudo, o mais contraditório para as equipes que realizaram esse estudo está relacionado à

ausência de energia elétrica, principalmente no município de Pilão Arcado. Assim, esses pesquisadores se depararam com:

Uma realidade de acesso precário a serviços públicos ou uma situação que afete as condições dignas de vida das famílias, mesmo após mais de 40 anos da construção da barragem e da remoção das populações, parece, a qualquer observador, uma inesperada contradição. Para nossa surpresa, as primeiras contradições surgem ao serem identificadas em nossa população-alvo 82 comunidades sem qualquer forma de acesso à energia elétrica e ainda outras que acessam precariamente esse serviço. Ao todo, estima-se que ambos os grupos representem mais de 4 mil domicílios em um universo de pouco mais de 50 mil. A forma de acesso à água nas comunidades pesquisadas é uma informação que também chama atenção. Nas estimativas, mais de 20% dos domicílios não é abastecido pela rede geral de distribuição e mais da metade desses tem seu abastecimento baseado em fontes como o armazenamento da água da chuva em cisternas, o abastecimento por meio de carros-pipa ou diretamente oriundo de corpos d'água, sem tratamento. A principal implicação para as famílias é que não há garantia de que seu abastecimento de água seja regular, podendo sofrer interferência das condições climáticas do local ou mesmo da conjuntura política que se vivencia (BRASIL, 2017: 02).

No quadro abaixo está sistematizado tanto o número de domicílios por municípios sem energia elétrica, como o número de domicílios com acesso a água encanada. “Salta-nos aos olhos” a quantidade de domicílios privados de energia elétrica em Pilão Arcado, mais de 30%. Sobretudo porque esse município está localizado nas margens do Lago de Sobradinho. Além disso, a quantidade de domicílio com água encanada também foi considerada baixa, menos da metade, pouco mais de 44%. Esses índices podem estar relacionados à distância desse município do pólo de desenvolvimento da microrregião. Para onde convergem os principais recursos públicos: Petrolina-PE e Juazeiro-BA.

Quadro 06 – População atingida sem energia elétrica com água encanada por município

Município/Indicador	% de pessoas em domicílio sem energia elétrica	% da população em domicílios com água encanada
Barra	13, 57	72, 34
Casa Nova	13, 58	61, 77
Itaguaçu da Bahia	13, 05	85, 09
Pilão Arcado	30, 85	44, 41
Remanso	14, 91	65, 62
Sento Sé	6, 08	83, 77
Sobradinho	1, 37	92, 41
Xique-Xique	4, 86	84, 97
Brasil	1, 42	92, 72

Fonte: PNUD; IPEA (2010)

2.2.2. As estratégias produtivas.

O caráter insólito que caracterizou o processo de transferência, impactou determinantemente as três estratégias de geração de renda, mobilizadas pelas famílias nas margens do rio: agricultura de vazante, pesca nas lagoas e criação de ovinos. Assim, nas

próximas páginas examinaremos as mudanças que incidiram sobre a produção e geração de renda das mesmas. Iniciaremos tratando dos animais perdidos nas águas, bem como das dificuldades enfrentadas pelos criadores para restabelecer seus rebanhos nas novas comunidades.

Como mencionamos, urgência da retirada impôs às famílias a necessidade de concentrar seus esforços na construção das moradias nas distantes comunidades. Desse modo, algumas famílias criadoras não conseguiram recolher os animais dispersos nas margens do rio. Estas evidências aparecem nas entrevistas de dois antigos criadores.

Para *mim ter* saído da beira do rio não foi bom não, lá eu já tinha meu começo de rebanho, tinha minhas coisas. Eu tive que vir com minha mulher mais meus filhos pra construir o barracoaqui e deixar eles abrigado. Quando voltei pra beira do rio atrás das *minhas criação* a água já tinha levado, perdi tudo! Não sobrou nada (J. A. Pequeno produtor rural de cebola aposentado, 93 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 28/07/2017).

Não deu tempo tirar porque a água subiu de vez, a enchente quando veio carregou tudo, eu mesmo perdi muitas cabras. Quando eu fui morar no Brejo de Dentro tive que comprar tudo de novo. E não só foi eu não, quem tinha criação na beira do rio naquela época perdeu (S. J. F. Pequeno produtor rural de cebola aposentado, 95 anos, Sobradinho, entrevista realizada em: 24/03/2017).

De acordo com Costa (2013), as famílias das várias localidades dispostas às margens do rio perderam seus rebanhos. A subida repentina das águas subverteu os cálculos estipulados para a formação do lago. Desse modo, tanto os técnicos, quanto as famílias foram pegas de surpresa pela voracidade da água. A enchente que “veio de baixo” arrastou tudo que tinha pela frente, inclusive rebanhos inteiros de cabras e ovelhas.

Não obstante as perdas, as comunidades em construção não dispunham dos cercados. Estruturas indispensáveis para a formação dos novos rebanhos. Porém, mesmo após a construção destes equipamentos, o número de animais fora drasticamente reduzido, pois as terras “altas da caatinga” não dispõem do mesmo potencial forrageiro das antigas margens do Rio São Francisco. Assim, a mobilização desta estratégia de geração de renda ficou consideravelmente limitada.

A pesca também se tornou uma atividade inviável para as famílias transferidas, por dois motivos fundamentais: primeiro, elas ficaram distantes das margens da represa, o que dificultava o manejo das redes. Segundo, deve-se considerar que a formação do imenso reservatório suprimiu as lagoas piscosas, restou apenas à imensidão do grande lago. Contudo, suas ondas podem chegar a cinco metros de altura, o que esfacelaria os pequenos barcos utilizados na pesca artesanal.

Com a represa, a pesca tornou-se uma atividade lucrativa para pescadores vindos do litoral soteropolitano. Pois, o barramento aglutinou uma vasta quantidade de peixes. Esses se tornaram presas fáceis para os 20 mil pescadores munidos com os equipamentos apropriados. Não por acaso, a intensa disputa pelo pescado mobilizou ações da Polícia Florestal do Estado da Bahia, preocupada com o que considerou uma séria ameaça a reprodução das espécies²⁶.

No que concerne aos plantios, eles foram inviabilizados pela supressão das terras de aluvião cultivadas pelas famílias. Em face disso, a CHESF delimitou lotes de 7,5 hectares na caatinga, próximos as novas comunidades. No entanto, as colheitas nessas terras eram incertas, sobretudo pela inconstância das chuvas no semiárido nordestino. Esperava-se que a formação da represa alterasse a temperatura da microrregião, tornando-a mais úmida. Em tese, esta alteração intensificaria a incidência de chuvas. Mas, na prática isto não ocorreu.

Nós tentamos sobreviver dessas rocinhas de sequeiro. Nos anos bons de chuva dava pra tirar o feijão, o milho, a mandioca, a melancia. Mas teve ano que não choveu, as plantas morreram de sede né? Ai era aquele sofrimento, tinha que inventar alguma coisa pra não morrer de fome. Porque na terra de sequeiro o ano que chove dá, mas o ano que não chove, não dá pra tirar nada, você fica em tempo de morrer de fome. Irrigação ninguém tinha, então meu camarada foi um sofrimento terrível (J. B. S. A. Pequeno produtor rural de cebola, 67 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em 26/05/2018).

Para Sandroni (1980: 37) as mudanças ocorridas no sistema de cultivo destas famílias tiveram os mesmos efeitos de uma grande catástrofe natural. Esta teria diminuído significativamente o potencial produtivo dos solos. Desse modo, o fracasso das colheitas forçou muitos grupos domésticos a trabalhar para outros proprietários. Porém, os que não conseguiram vender sua força de trabalho para os fazendeiros locais, engrossaram as filas das famigeradas frentes de emergência em épocas de estiagem²⁷.

Neste período, início da década de 1980, as terras próximas as bordas do lago passaram a ser vorazmente contendidas. Para se ter idéia, os 35 km de margens que separa o município de Sobradinho da comunidade de Brejo de Fora foram disputados por inúmeros grileiros. Dentre esses, grupos de japoneses vindos de Salvador expulsos a bala pelos fazendeiros locais. Porém, diferentes dos japoneses, os meios utilizados pelo italiano J. P. V. para aquisição das cobiçadas terras foram bem mais eficazes. Para tanto, “o gringo” contratou os serviços de um nativo, S. F. M., responsável pela compra de terras tanto nas bordas do lago, como de vinte seis lotes nas áreas de caatinga, pertencentes a moradores da comunidade de São Gonçalo da Serra.

²⁶“20 Mil Pescam E Destroem os Peixes do Sobradinho”. Jornal Tribuna da Bahia, 20 de setembro de 1983.

²⁷“Dom José teme mais miséria em Sobradinho”. Jornal da Bahia, Salvador, 27 de junho de 1984.

Figura 13 - Foto: S. F. M.



FONTE: Arquivos CPT/Juazeiro-BA (2017)

Essas terras deram origem à empresa de capital misto Frutas Alfa Agrícola, cuja principal atividade foi à criação de camarões de água doce: *Macrobrachium Rosebergil*, espécie originária da Malásia, bem adaptada as condições climáticas do SMSF. Pretendia-se construir um pólo de criação destes crustáceos na microrregião com fins a exportá-los para os mercados europeu, japonês e Norte americano.

Contudo, o ápice da disputa pelas terras das bordas do Lago de Sobradinho deu-se com o assassinato do agricultor Antônio Guilhermino. O crime ocorreu na Comunidade de Ponta da Água distrito de Sento Sé, em 24 de outubro de 1985. A vítima foi surpreendida por um grupo composto por cinco homens fortemente armados, portando tanto rifles, como revólveres de grosso calibre, transportados por uma caminhonete.

Nesse caso, o líder do bando era o grileiro N. B. Conhecido nas comunidades pelas as ameaças que fazia a pequenos agricultores. A brutalidade do crime chocou as famílias, silenciando-as. O nome da vítima tornou-se bandeira de luta local, anos após o ocorrido fora dado a um dos assentamentos da microrregião. Apesar das mais de quatro décadas passadas, a questão fundiária nas terras próximas a represa não fora resolvida. Pesquisa recente aponta conflitos por terra em diversas comunidades rurais. De acordo com esse estudo, o problema não se resolve porque muitas terras doadas pelas CHESF, não foram devidamente tituladas. Logo, abriu-se precedente para contestações (BRASIL, 2017: 16).

No que diz respeito às famílias da Comunidade de Brejo de Fora, imersas em um contexto de disputa pelas terras elas sobreviviam da pequena produção dos lotes de sequeiro, dos poucos animais que restaram, bem como do dinheiro referente às indenizações pagas

pelas benfeitorias feitas nas terras, que ocupavam nas margens do rio. Como veremos, essa realidade será modificada pela articulação desses grupos, com os agentes pastorais da terra veiculados a Diocese de Juazeiro-BA²⁸.

²⁸Em pesquisa realizada em 82 comunidades próximas as Bordas do Lago, com fins a mensurar a dívida social do Estado com as famílias atingidas pela Barragem de Sobradinho, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada identificou no caso Sobradinho, 16 direitos humanos comumente violados no mundo pelas grandes barragens. Foram eles: 1. Direito a informação e a participação; 2. Direito a liberdade de reunião, associação e expressão; 3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4. Direito a moradia adequada; 5. Direito à educação; 6. Direito a um ambiente saudável e a saúde; 8. Direito à plena reparação das perdas; 9. Direito à justa negação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 10. Direito de ir e vir; 11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; 15. Direito à reparação por perdas passadas; 16. Direito a proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitário (IPEA, 2017: 05).

CAPÍTULO III

NAS BORDAS DO LAGO: DE “BERADEROS” A PEQUENOS PRODUTORES RURAIS²⁹

3.1. Apresentação do capítulo

Rapaz não podemos dizer que somos beradeiros né? Hoje agente mora no pé de uma serra. Também não posso dizer que sou grande, por que aqui agente produz pouco comparado com *os forte* da região. Então posso dizer que *somos pequeno produtor* rural. Mas um dia agente chega lá né?(J. B. A. Pequeno produtor rural de cebola, 67 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 25/05/2018).

No presente capítulo objetivamos analisar as transformações induzidas pela construção da barragem de Sobradinho, sobre as estratégias produtivas desenvolvidas pelas famílias atingidas, relocadas nas comunidades próximas as margens da barragem. Definindo enquanto recorte empírico, as famílias da comunidade de Brejo de Fora. Para isso, descreveremos o cotidiano de trabalho das mesmas durante o ciclo produtivo da cebola nas bordas do lago. Essa descrição possibilitou compreender as relações estabelecidas entre as famílias e as dinâmicas de modernização que tem na construção da barragem a maior expressão.

As mudanças às quais nos referimos ocorreram mediante o acesso das famílias aos lotes produtivos localizados às margens da represa, processo este que envolveu o trabalho de mediação de agentes pastorais ligados à Diocese de Juazeiro. Desse modo, refletiremos sobre aspectos referentes à participação da Igreja na construção de medidas que tinham como finalidade amenizar os impactos da construção da barragem sobre a vida das famílias que viviam nas terras onde foi construída a represa. Dentre os aspectos enfatizados pela Igreja iremos priorizar a luta pela terra.

²⁹ Estrela (2004: 31) definiu por beradeiro todo indivíduo que, além de viver as margens do Rio São Francisco, tira dele diretamente o seu sustento e mantém com o mesmo uma relação afetiva.

3.1.1. Mediação e conflito nas comunidades: a atuação da Igreja Católica

Mas... Nomeado Bispo de Juazeiro, sem saber a situação da Diocese, chego aqui, então fico sabendo dessa tal Barragem de Sobradinho, e comecei a visitar aí as paróquias, era um clamor geral. A Diocese não estava preparada para essa luta, até na Diocese havia a idéia de que isso não era missão da Igreja. Mas, ouvi aquele clamor dos pobres, apelos dramáticos e só pude ficar ao lado deles, por opção cristã e por opção de Bispo. Então isso foi me envolvendo cada vez mais (...). Então eu penso que essa experiência me ajudou na opção pelos pobres. (...) Então a realidade ajuda a gente a se converter numa opção assim... (SILVA, 2002: 144).

Dom José Rodrigues foi consagrado Bispo da Diocese de Juazeiro em fevereiro de 1975. Neste ano, a falta de perspectiva das famílias quanto a seus respectivos destinos causava-lhes pânico, o que aparentemente sensibilizou o religioso, membro da Congregação do Santíssimo Redentor (ordem itinerante, cuja missão limitava-se a avivar a fé dos fiéis). Entretanto, não se pode relacionar o processo de mediação iniciado pela Igreja, apenas ao voluntarismo de seu líder local.

De acordo com Silva (2002), em 1968 a realização do Concílio Vaticano Segundo redefiniu as relações entre política e fé no contexto religioso católico, sobretudo da América Latina, continente marcado pelas desigualdades sociais. Assim, surge a Teologia da Libertação, que tinha enquanto proposta libertar os homens da miséria material. Dentre as principais práticas orientadas pelos princípios deste pensamento teológico pode-se destacar a construção do senso comunitário para superação das desigualdades através da organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), pelos agentes pastorais.

Assim, as ações promovidas por Dom José Rodrigues à frente da Diocese de Juazeiro estão relacionadas a um amplo quadro de mudanças, principalmente, do catolicismo latino americano. Mudanças que informaram a atuação do religioso nas questões relativas às famílias beradeiras atingidas pela Barragem de Sobradinho. As atuações dos agentes pastorais nas comunidades que se formaram nas proximidades das bordas do lago contribuíram determinantemente no processo de construção da luta dessas comunidades por melhores condições de vida.

Além disso, devemos considerara as intenções da Igreja no que concerne a organização política da população atingida, visto que “as partes” se engajam nas relações de mediação referenciadas por interesses. Considerando tal assertiva, pode-se afirmar que o exame acurado das interações entre mediador-mediados devem considerar, essencialmente, as

motivações dos agentes envolvidos. Essas nem sempre estão aparentes, podem se esconder a trás dos discursos de cunho ideológicos. Desse modo, precisam de objetivação (COWON ROS, 2008: 101).

Assim, considerando a necessidade de assegurar áreas que apresentassem as características necessárias para o desenvolvimento das atividades produtivas, considerando ainda que essas áreas se situavam nas bordas do lago as famílias se sentiram motivadas para enfrentar os órgãos responsáveis pela execução do projeto da Barragem de Sobradinho.

No que concerne às motivações da Igreja Católica deve-se considerar a desagregação causada pela construção da Barragem de Sobradinho. Em certa medida, tal fato ameaçava a reprodução do catolicismo entre a população atingida. Pois, as “práticas religiosas” se reproduzem, principalmente, nos núcleos familiares (SILVA, 2002: 50).

Considerando este aspecto, o trabalho de mediação foi iniciado por Dom José Rodrigues logo após sua consagração. As já mencionadas reuniões, que mobilizaram tanto os párocos das cidades atingidas, quanto líderes sindical, políticos e agentes públicos foram as primeiras medidas tomadas. O resultado mais tangível destas primeiras iniciativas fora a escrita de um memorial, apresentado na Assembleia Legislativa da Bahia, bem como encaminhado para o Poder Executivo Federal, Eletrobrás e CHESF. Porém, as dificuldades para aglutinar estes agentes ensejaram o surgimento de novas estratégias.

Logo, em 1976 as ações da Igreja se deslocaram das reuniões com as supracitadas lideranças para a construção de um processo de enfrentamento junto às famílias. Considerando a mudança de rumo assumida pela igreja tem-se a iniciativa da criação de um boletim mensal: Caminhar Junto. Além da difusão das informações relacionadas à construção da barragem, por meio da publicação pretendia-se iniciar um amplo processo de formação político das famílias atingidas.

As informações publicadas neste boletim eram semanalmente atualizadas no programa radiofônico Semeando a verdade, apresentado por Dom José Rodrigues na emissora rural da Diocese de Petrolina. Em um intervalo de tempo de vinte minutos o religioso discorria sobre “a condição calamitosa” das famílias transferidas, em decorrência da construção da barragem para as novas comunidades próximas as margens da mesma. (SILVA, 2002: 90).

Entretanto, a construção do diálogo direto com as famílias exigiu a superação de algumas limitações estruturais. Sobretudo no que diz respeito ao número de quadros

necessários para estabelecer contato permanente com elas. Muitas, ainda dispersas nos 700 km de margens do rio. Neste período a paróquia contava apenas com sete padres.

Porém, tentando superar essa limitação, agentes pastorais de diversas regiões do país começaram a chegar à microrregião a partir de 1976. Estes integraram equipes que passaram a atuar nos municípios atingidos pela barragem. Para Sento Sé fora designado um grupo formado por sete agentes. Esses a princípio deveriam assessorar todas as comunidades dispostas dentro dos limites territoriais deste imenso município, inclusive Brejo de Fora. Em todo caso, como a comunidade fica mais próxima do município de Sobradinho, coube aos agentes pastorais alocados ali assessorá-las³⁰.

Quadro 07 - Agentes pastorais locados em Sobradinho

Agente Pastoral	Local de Origem	Formação	Período de Atuação
Ir. Terezinha	Topejoara-RJ	Professora	1975-1980
Ir. Zeli	Tubarão	2º grau	1976-1982
Ir. Nilda	Biguaçu-SC	Professora	1977-1980
Pe. José Carlos	Limeira-SP	Filosofia/Teologia	1980-1985
Pe. Almeida	Portugal	Filosofia/Teologia	1976-1980

Fonte: Silva (2002)

No tocante ao trabalho dos agentes pastorais nas comunidades, em um dos trechos da entrevista que nos concedeu o ex-padre JC, um dos membros da Igreja que atuaram nas comunidades próximas de Sobradinho mencionou que a diversidade de questões com as quais a equipe tinha que lidar inviabilizou a elaboração de um trabalho de mediação sistemático junto às comunidades. Dessa forma, nos primeiros anos após a transferência das famílias, a atuação das equipes visava amenizar as questões mais urgentes de cada comunidade. Assim:

Não tinha método de trabalho definido, na medida em que os problemas surgiam nos direcionávamos os esforços pra resolvê-los. Dependendo da questão nós fazíamos na mesma comunidade reuniões semanais, quinzenais, mensais. Dependia muito das necessidades de cada comunidade. Na comunidade de Brejo de Fora o maior problema foi a questão da terra. Lá foram dadas para um empreiteiro chamado Chico Nery. Nas reuniões lá nos falávamos sobre a questão da terra, fora do prédio ficavam dois homens ouvindo tudo que nós falávamos. Colocava pra comunidade que a área de terra podia servir pras famílias, mas estava nas mãos do empresário. Lá de fora os capangas falavam: nós somos seguranças dele, mas continuávamos (J. C. Ex-pároco de Sobradinho, 65 anos, Sobradinho, entrevista realizada em 24/04/2018).

Em São Gonçalo da Serra, por exemplo, as famílias transferidas não tinham acesso a BR 210. Dessa maneira, o trabalho dos agentes pastorais nesta comunidade contemplou,

³⁰ Sento Sé possui a terceira maior área territorial do Estado da Bahia: 12. 871,039 km².

principalmente, tal demanda. Assim, durante meses, “as famílias do São Gonçalo” ocuparam o escritório central da CHESF em Sobradinho, reivindicando a construção de uma estrada vicinal para facilitar o deslocamento das mesmas para Sobradinho.

Na comunidade de Quixaba, as famílias tiveram que lidar com as pressões dos fazendeiros das imediações. Esses avançaram sobre seus lotes de sequeiro doados pela CHESF. Nesta comunidade os agentes pastorais tiveram que mediar os conflitos, dialogando com os grileiros, bem como assessorando juridicamente as famílias.

Diferente das demais comunidades, o Brejo de Fora se formou a partir de famílias oriundas de diversas localidades das margens do rio, muitas não se conheciam³¹. Logo, embora tivessem que lidar com os mesmos problemas, faltava-lhes entrosamento para articular e lutar pelos “interesses” que eram comuns. Ou seja, precisavam criar os meios que assegurariam as condições de sobrevivência e que dariam sentido de um projeto comunitário: associação de moradores, criadores, produtores etc. Aspectos que caracteriza uma comunidade formada (NEVES, 2008: 84).

Neste caso, a principal demanda das famílias à terra fora mobilizada pelos agentes pastorais, os quais interpretaram essa demanda como estruturante da percepção de comunidade. Vejamos o relato dos moradores:

O padre nos incentivou! Na missa mesmo ele orientava: olha vocês devem ir cobrar seus direitos. Vocês tinham terra lá, aqui tem que ter terra também. Podem cobrar, eles têm que dá um jeito, vocês não podem ficar sem terra. Nós fretava um caminhão, *saía daqui quarenta pessoas*. Chegava lá *procurava* pelo responsável, diziam: tá viajando, *nós dizia*: olha nós só saí daqui, depois que *nós vê ele*. Quando ele via que *nós não arredava* vinha conversar (J. B. A. Pequeno produtor rural de cebola, 67 anos, Brejo de Fora, entrevista realizada em: 25/05/2018).

Nós tomava o rumo da CHESF, eles recebiam a gente bem, mas falavam que o responsável lá tava viajando. *Nós perguntava*: vai chegar quando, eles diziam: na “semana que entra”. Pois nois *vavamo* ficar aqui, só *vamo* sair na “semana que entra”. Quando eles viam que a gente não saía, eles diziam: vou ligar pra ele vir atender vocês. Diziam que ligava, ele tava escondido no quarto. Mas vinha, se apresentava, respondia a gente muito bem (M. G. A. B. Pequena produtora rural de cebola aposentada, 73 anos, Sobradinho, entrevista realizada em 19/01/2017)

Organizados a partir do trabalho dos agentes pastorais as famílias esporadicamente ocupavam o escritório central da CHESF em Sobradinho. Durante este processo, a relutância da estatal em atender as demandas das famílias acirrou o conflito entre os representantes, funcionários da CHESF e os membros da Igreja. Não por acaso, no final da década de 1970

³¹ Localidades que formaram o Brejo de Fora: Morro, Fazenda das Pedras, Tamanduá, Jatobá, Fazenda Nova, Pedrinhas, Taperá, Serrote, Boqueirão, Alto do Melão, Saco da Arara, Encaibro.

tornou-se pública a contenda entre João Paulo Maranhão Aguiar e Dom José Rodrigues. O confronto entre eles alcançou seu ápice com a publicação de uma cartilha de formação política destinada às comunidades. Por conta deste material, o superintendente de obras da CHESF acusou o Bispo de ser comunista. Na cartilha a CHESF fora representada pela Besta Fera:

Figura 14 - Ilustração da Chesf como Besta Fera



FONTE: Moura (1979)

A evocação do monstro apocalíptico não foi gratuita, a metáfora tinha o propósito de delimitar dentre uma gama de instituições públicas qual era o inimigo a ser combatido. A estratégia parece ter cumprido seu objetivo, pois, tanto as manifestações reivindicando melhores condições de vida, quanto as que denunciavam os desmandos da CHESF aumentaram consideravelmente. Durante esse processo, a Igreja tornou-se uma referência para famílias de toda a microrregião, inclusive para grupos domésticos que viram seus cultivos dar lugar a estradas e linhas de transmissão em áreas relativamente distantes da barragem³².

Em todo caso, as denúncias e enfrentamentos ensejaram a distribuição de lotes produtivos de dez hectares para as famílias habitantes das comunidades próximas as bordas do lago de Sobradinho. Na comunidade de Brejo de Fora, as áreas de produção foram transferidas para os “chefes de família”. A doação destes lotes foi à última medida realizada pela CHESF, com fins a amenizar os impactos causados pela barragem na vida das famílias. Pois, em 1982 a agência assinou um convênio com o Governo do Estado da Bahia,

³²“Bispo de Juazeiro denuncia grilagem de terra”. Jornal a tarde, 8 de fevereiro de 1978.

“CHESF quer terras na raça. Possesores reagem”. Jornal da Bahia, Salvador, 17 de junho de 1979.

transferindo para o mesmo a responsabilidade pela população atingida. Após o acordo caber-lhe-ia, exclusivamente, “suas obrigações estatutárias de produção e transmissão de energia elétrica”³³.

Não encontramos registros precisos acerca da datação referente à distribuição dos lotes, sobretudo pela ausência de uma memória institucional referente aos impactos sociais da construção da barragem. Porém, os entrevistados relatam que por mais de cinco anos, as famílias sobreviveram nas comunidades para as quais foram transferidas da agricultura de sequeiro, associada a pequenos criatórios de ovelhas. Analisando alguns títulos de terra chegamos à conclusão que os lotes começaram a ser doados no princípio da década de 1980.

Números apresentados pelo relatório da população assentada nas comunidades próximas à barragem registraram o recebimento de 5.806 lotes produtivos nas bordas do lago. Como discutiremos nas próximas páginas a aquisição dessas áreas marcou para essas famílias a transição dos modos de produção “ditos tradicionais” para a agricultura moderna, ancorada na irrigação, na mecanização agrícola, na utilização dos agroquímicos amplamente empregados na monocultura da cebola.

3.1.2. A especialização produtiva: os plantios de cebola

Não, eles aqui não sabiam nem o que era cebola, só conhecia aquela vermelhinha, mas essa cebola amarela eles nem sabiam que existia. Mas o pessoal vinha plantando, eles ajudavam a mudar, foram aprendendo a plantar também. A cebola foi ficando muito famosa na região. Eles não plantavam cebola não, mas com o tempo foram aprendendo. De vê a gente plantando, ajudando na lida, assim, aprenderam a plantar também. Foi assim, mas o cultivo deles aqui não era cebola (G. G. S. Pequeno produtor rural de cebola, 64 anos, Sobradinho, entrevista realizada em 20/05/2018).

Na década de 1940, os cultivos de cebola foram introduzidos na Microrregião pelos programas de incentivo a agricultura irrigada. Esses foram implementados pela Secretária de Agricultura do Estado de Pernambuco nos municípios de: Santa Maria da Boa Vista, Belém do São Francisco e Cabrobó. As famílias agricultoras destes municípios receberam da secretaria estadual os sistemas de irrigação canos e motores, além da assistência técnica para iniciar os cultivos, agora com incremento da irrigação (GONÇALVES, 1997: 131).

³³ Trecho do convênio celebrado entre CHESF e Governo do Estado da Bahia de 10/09/1982. Documento encontrado na Biblioteca Municipal de Sobradinho-BA.

Todavia, a adesão dos agricultores familiares da região ao cultivo de cebola não estava relacionada apenas as ações do governo. Devem-se considerar também à adaptação dessa espécie exógena as condições climáticas da microrregião, a baixa demanda de recursos técnicos exigidos pelo cultivo, bem como a abundância de mão de obra disponível para o trabalho. Em conjunto, esses elementos influenciaram a expansão dos plantios nas margens do Rio São Francisco, particularmente do lado do estado de Pernambuco.

Na década de 1950, as áreas de cultivo dos agricultores pernambucanos estavam completamente tomadas pelos plantios de cebola. Assim, a busca por novas terras motivou os pequenos produtores pernambucanos a remar contra a correnteza do “velho Chico” na direção dos municípios baianos de Casa Nova e Sento Sé. Nesses, eles arrendavam pequenas parcelas de terra para formar novos plantios.

Porém, nas novas terras os “pernambucanos” não dispunham dos mesmos recursos técnicos, sobretudo dos sistemas de irrigação utilizados para irrigar os plantios. Esta limitação demandou a contratação permanente de mão de obra nas diversas localidades dispostas às margens do rio. Esse contingente de trabalhadores era formado por “homens, mulheres e crianças” responsáveis por todas as atividades que envolviam o ciclo produtivo: formação dos quadros, adubação, transplante das mudas para as áreas de cultivo, irrigação utilizando latas d’água, pulverização dos inseticidas, colheita, corte e embalagem dos bulbos (GONÇALVES, 1997: 130).

Figuras 15 – O trabalho das famílias atingidas nos antigos plantios de cebola.



FONTE: Arquivos CPT/Juazeiro-BA (2017).

Mesmo não sendo a cebola o principal cultivo das famílias agricultoras das margens baianas do SMSF, o trabalho permanente nos plantios dos produtores pernambucanos possibilitou aos agricultores do lado baiano a incorporação das técnicas necessárias à produção de uma cultura que se diferenciava completamente dos plantios realizados nas vazantes, os quais exigiam a interferência da força de trabalho humana durante todas as etapas do ciclo produtivo. A prática dessas atividades se refletiu em: aprendizados operacionalizados (especialmente pelos grupos que adquiriram lotes próximos as bordas do lago). Pois com o advento da barragem perdeu-se as terras de aluvião, molhadas pelos movimentos naturais de enchentes que molhavam as áreas de vazante.

O cultivo destas áreas demandou a aquisição dos equipamentos para introduzir os sistemas de irrigação. Compostos por equipamentos obtidos a partir do acesso a linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco do Nordeste. Contudo, a compra destes sistemas elevou drasticamente os custos de produção, cobertos apenas pela prática dos cultivos com alto valor de mercado. Logo, neste novo contexto, a transição para os plantios de cebola fora para as famílias estudadas um imperativo, induzido pelas transformações relacionadas à construção da barragem.

Desse modo, há quatro décadas estes grupos domésticos se apropriaram de parte das dinâmicas de modernização agrícola engendradas por agentes públicos e privados, voltadas para agricultura irrigada no processo de retomada de suas atividades produtivas. Considerando tais mudanças, examinaremos nas páginas que seguem, a repercussão destas transformações na forma como as famílias produzem na atualidade. Para tanto, refletiremos sobre o processo de produção da cebola nas bordas do lago.

3.1.3. A formação dos cultivos

Silva (1990) destacou o nível de previsibilidade que a transferência de tecnologia conferiu a agricultura. Deste modo, a mecanização agrícola, a aplicação dos fertilizantes químicos, associados, a pulverização dos pesticidas potencializaram os níveis de interferência humana sobre os ciclos biológicos, inerentes ao desenvolvimento dos organismos vegetais.

Contudo, existem limites intrínsecos a natureza continua destes ciclos que devem ser observadas. Dentre as quais se destaca a temporalidade das fases que lhes constituem. Estas demandam o cumprimento de atividades tanto específicas, quanto pontuais, cujo descumprimento pode comprometer a produtividade. Aspecto que em certa medida, explicam a disciplina para o trabalho das famílias “cebolicultoras” das bordas do lago de Sobradinho.

Iniciando a discussão, cabe ressaltar que as formações dos plantios de cebola dependem da produção de mudas saldáveis. Para isso, deve-se escolher um espaço arejado, que disponha de boa drenagem, bem como receba a incidência regular de raios solares. Observando estes detalhes, as famílias definem o lugar mais adequado para formação das sementeiras (pequenos canteiros de 1m², nos quais as mudas se desenvolvem por um período de aproximadamente quarenta dias).

Nestes canteiros as sementes são depositadas em “sulcos transversais” abertos com a utilização de uma pequena vara, chamada riscador. Recomenda-se a distância mínima de 10 cm entre os sulcos. Após a semeadura, os canteiros devem ser cobertos com folhas de carnaúba, formando uma cama morta, cujo objetivo será reter a umidade. Nas propriedades visitadas podem-se observar sementeiras com mudas de tamanhos diversos, plantadas com uma diferença de trinta dias, o que segundo as famílias permite formar cultivos sucessivos (COSTA, CUNHA, RESENDE, 2007: 18).

Passado este período as mudas devem ser imediatamente transplantadas para a área definitiva. Recomenda-se a realização da análise do pH da mesma três meses antes. Haja vista que a cebola não se desenvolve bem em “solos ácidos”, que apresentem pH acima de 6,5. Caso este índice seja extrapolado deve-se realizar a correção, adicionando quantidades prescritas de calcário. Este teste deve-se repetir a cada três anos.

Contudo, as famílias desconhecem esta recomendação, nos lotes visitados os níveis de acidez das áreas de cultivo nunca foram averiguados. As técnicas de manejo de solo estão restritas a aração, utilizada para descompactar o solo, bem com a gradagem utilizada para quebrar os torrões tornando o solo uniforme. Procedimentos essenciais para a produtividade dos cultivos, visto que o desenvolvimento dos bulbos depende da ausência de impedimentos. Para a realização destes processos contrata-se um trator, municiado com implementos específicos. Após a gradagem cabe aos homens da família moldar os quadros, usando enxadas.

Para o processo de transplante das mudas elas contratam a mão de obra feminina especializada da comunidade. Contudo, antes da chegada das “mudadeiras”, nas primeiras horas da manhã as “fichas” devem ser confeccionadas. Essas podem ser descritas enquanto pequenos retângulos feitos a tesoura com o plástico de garrafas pets. Os mesmos são postos nas extremidades dos quadros, para que as mulheres os recolham após o transplante.

Desse modo, no final da jornada de trabalho, o número de fichas recolhidas deverá ser equivalente a quantidade de quadros transplantados por cada “mudadeira”. Adota-se este sistema de controle pelos seguintes motivos: o mesmo possibilita contabilizar com exatidão o número de quadros transplantados por cada trabalhadora; estimula a mão de obra contratada, pois esta ganhara por produção. Logo, no fim da jornada de trabalho ganham mais as mulheres com o maior número de fichas recolhidas.

O processo de transplante de um hectare de cebola consome aproximadamente dois dias de trabalho intensos. As mulheres iniciam o processo retirando as mudas das sementeiras. Durante esta operação as plantinhas que não estiverem com uma média de vinte centímetros, bem como apresentarem alguma deformidade são eliminadas. Após essa etapa, as “mudadeiras” se direcionam para área, que já foi preparada para recebê-las. Nas quais as mudas ficarão por aproximadamente três meses, perfazendo o resto do ciclo produtivo.

As mulheres chegam à área de transplante por volta das oito horas da manhã. Neste período a incidência de raios solares já esta intensa. Para se protegerem dos mesmos, elas usam uma sobreposição de roupas. Tal estratégia potencializa o calor, pois intensifica a sensação térmica. Quase insuportável para os que acompanham o trabalho delas.

Figuras 16 - mulheres realizando o transplante das mudas



No entanto, as trabalhadoras não lidam apenas com as adversidades inerentes à temperatura. Consideramos outros fatores que intensificam o desgaste físico das mesmas no decorrer dessa atividade: elas trabalham em quadras alagadas, cuja lama dificulta a locomoção, também a fixação das mudas no solo requer a flexão repetitiva dos corpos, causando tanto dores na coluna, quanto nas articulações de pernas e braços. Assim, de acordo com elas, após o primeiro dia de trabalho utilizam analgésicos para aliviar os desconfortos.

Para as mulheres “mudadeiras”, a exclusividade da mão de obra feminina no processo de transplante da cebola manteria estreitas relações com suas supostas habilidades inatas: agilidade, flexibilidade, precisão, capricho. Curiosamente, tais justificativas são mobilizadas pelos homens e reificadas por elas. Tudo leva a crer que a reprodução destes “estereótipos sexistas” delega as mulheres atividades extremamente penosas, bem como socialmente degradante. Afinal, “ficar de quatro o dia inteiro não ficou pra homem de verdade” (SILVA: 2011: 34).

O trabalho das mulheres no descrito processo fora apontado enquanto uma importante fonte de renda complementar. As “mudadeiras” experientes podem transplantar aproximadamente 35 quadros por dia. Recebe por cada quadro cerca de dois reais, o que totaliza setenta reais por jornada de oito horas de trabalho. Em geral, as mulheres que fazem o trabalho de “mudadeiras”, trabalham para outros produtores, mas também plantam em seus respectivos lotes.

3.1.3. A utilização dos agroquímicos nos plantios de cebola

De acordo com Penna (2009), após a Segunda Guerra Mundial, houve um vultoso aumento da produção de alimentos no planeta. Constata-se que entre os anos sessenta do século XX e a primeira década do século XXI a população global cresceu 111%, ao passo que a produção de grãos aproximou-se de 154%. Isto, para não citar os índices produtivos de uma longa lista de gênero alimentícios que estão entre os mais consumidos no mundo.

Para Mazoyer & Roudart (2010), esses indicadores crescentes da produção de alimentos foram resultados da chamada “Revolução Verde”. Esta se caracterizou pelo incremento das tecnologias nas atividades agrícolas: mecanização, irrigação, drenagem,

seleção de sementes, bem como, do uso intenso de adubos químicos e pesticidas. Desta lista, destaca-se o último item, por ser o mais empregado de todos, sobretudo porque pode ser utilizado isoladamente.

Os números que fazem referência à utilização de agrotóxicos cresceram, principalmente, no Brasil. Desde 2008, o país lidera o ranking dos maiores consumidores de “defensivos agrícolas” do mundo. Estima-se, que a aplicação destes insumos extrapolem a média de 18 kg por hectare no país. A Bahia ocupa a oitava posição dentre os maiores consumidores nacionais, mas a média dos princípios ativos destes produtos por hectare no estado vem crescendo assustadoramente. Conforme quadro abaixo:

Quadro 08 - Consumo de agrotóxicos, Bahia, 2005 a 2012

Bahia	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
I.A kg	7.996.00 0	9.881.00 0	11.968.00 0	13.741.00 0	15.899.00 0	45.249.31 5	47.122.21 9	50.644.53 4
Consumo kg/há	1,65	2,04	2,49	2,83	3,33	9,33	9,61	11,52

Fonte: Vigilância de Saúde de Populações Exposta a Agrotóxicos no Estado da Bahia (2012)

O estado em 2012 consumiu 50 milhões/kg de princípios ativos que compõem estes produtos. Apesar dos números estarem associados à grande produção de soja do Oeste baiano, os municípios de Juazeiro e Sento Sé, ambos no Submédio São Francisco, aparecem enquanto áreas de risco, sobre as quais a Secretária de Saúde da Bahia deverá intensificar as fiscalizações.

Estas têm nuança considerável à percepção de uso dos defensivos no estado. Pois, no segundo município mencionado os agroquímicos são largamente mobilizados pelos pequenos produtores, que utilizam mão de obra familiar. Esses cultivam parte dos 18. 171³⁴ estabelecimentos rurais próximos as bordas do lago de Sobradinho. A produção destas propriedades pôs o município de Sento Sé entre os maiores produtores de cebola do estado, ocupando a quinta posição³⁵.

Quadro 09 - Os cinco maiores produtores de cebola da Bahia

	Município	Produção (t)	Área cultivada (ha)
1º	América Dourada	14. 135, 086	211, 607
2º	Casa Nova	14. 007, 170	551, 349

³⁴<https://www.embrapa.br>

³⁵ Em 2005, o município ocupava a primeira posição. Sua produção era de 39. 240 toneladas ao passo que a do segundo colocado, Casa Nova era de 13. 374 toneladas.

3º	João Dourado	13. 775, 326	265, 751
4º	Juazeiro	13. 723, 071	514, 002
5º	Sento Sé	2. 017, 980	146, 098

Fonte: IBGE (2017)

Apesar do dado positivo, evidenciado na tabela acima é interessante considerar os custos socioambientais da produção de cebola nas bordas do Lago de Sobradinho. Para tanto, nas próximas páginas descreveremos o modo como as famílias acompanhadas lidam com estes insumos no dia a dia do trabalho. Consideramos que esse dado possibilitará refletir sobre certas peculiaridades da utilização dos agroquímicos na produção familiar.

Conforme os próprios agricultores a primeira pulverização com agrotóxicos deve ser feita sobre as sementes compradas para a formação dos cultivos. Estas são plantadas e após doze dias se tornam mudas, que receberam doses semanais de uma espécie de coquetel composto por diversos defensivos durante mais de três meses. Considerando que o ciclo produtivo desta olerácea dura aproximadamente quatro meses, pode-se inferir que, os plantios recebem agrotóxicos durante 105 dias. Logo, o consumo desta produção pode oferecer riscos. Haja vista que, por serem cíclicos, os resíduos destes insumos, sobretudo quando excedido o prazo de suspensão previsto pelo fabricante, podem contaminar os bulbos.

Via de regra, os coquetéis são preparados pelos agricultores em locais próximos as áreas de cultivo. Para isso, durante as pulverizações os agricultores adicionam em um recipiente, com capacidade para 200 litros, chamado por eles de dorna, diferentes percentuais, tanto de agrotóxicos, quanto de fertilizantes químicos, os quais chamam de vitaminas. Segue a média dos agroquímicos utilizados nas pulverizações:

Quadros 10 - Agroquímicos aplicados semanalmente

Agrotóxicos	Praga	Quantidade	Nível de toxicidade
CEFANOL	Piolho	250 Kg	Periculosidade ambiental III - Perigoso para o Meio Ambiente
VERTIMEC	Minadoro	200 ml	Periculosidade ambiental II - Muito perigoso para o Meio Ambiente.
KARATE	Lagarta	360 ml	Periculosidade ambiental II - Muito perigoso para o Meio Ambiente.
Fertilizante	Função	Quantidade	Grau Toxicológico
FOLEAR-SET	Nutrição das folhas	500 ml	Não oferece riscos ao Meio Ambiente

Fonte: (Consulta a bula/rotulo dos agroquímicos)

A quantidade e o percentual de cada insumo desses são bem relativos, podendo variar segundo a incidência de cada praga. De acordo com os produtores, nos meses mais frios do ano, de maio a julho, são mais favoráveis aos ataques dos piolhos e lagartas. Fato que justifica o maior percentual de Cefanol na composição do coquetel. Porém, caso os defensivos aplicados não apresentem os resultados esperados no controle das pragas podem ser substituídos, geralmente por substâncias ou dosagens mais elevadas.

Figuras 17 - Preparação dos agrotóxicos para pulverização



FONTE: Guilherme Ernesto de A. Neto. Bosdas do Lago de Sobradinho(2017)

Há algumas maneiras mobilizadas pelos agricultores para realizar a aplicação dos compostos dentre elas estão: amais utilizada para pulverizar áreas maiores, caracteriza-se pela utilização de um pequeno motor cuja função consiste em bombear a mistura para uma mangueira de aproximadamente 130 metros. Na extremidade desta acopla-se um fino cano metálico dotado com três bicos pulverizadores. Assim, manuseando o descrito equipamento os produtores aplicam os agrotóxicos seguindo as fileiras das áreas cultivadas, sempre contando com a ajuda de outras pessoas, responsáveis por ajudá-lo a deslocar a mangueira sem causar danos à plantação. Outra maneira consiste na utilização do pulverizador costal, mais indicado para pulverizar áreas inferiores a um hectare.

Além dos fertilizantes adicionados aos agrotóxicos, sete dias após o transplante deve-se iniciar o processo de adubação. Nessa etapa, recomenda-se a aplicação de 50g/m² da mistura 6-24-12. Entretanto, estas operações repetidas a cada quinze dias são realizadas a

partir da análise dos produtores, acerca do potencial de fertilidade do solo. Desconsidera-se o fato dos excedentes de adubo, em longo prazo, solenizarem as áreas de cultivo.

Figura 18 - Aplicação dos agrotóxicos



FONTE: Guilherme Ernesto de A. Neto. Bordas do Lago de Sobradinho (2017)

Pelo que foi observado, todos esses processos são executados sem a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPIs). Não raro, flagram-se homens e mulheres trabalhando descalços com esses insumos. Sem contar que, com a ocorrência dos fortes ventos das bordas do lago, esses indivíduos tomam verdadeiros banhos dos coquetéis no momento em que estão realizando a aplicação, o que justifica as freqüentes intoxicações dos agricultores, os quais, em geral, não fazem nenhum tipo de registro no sistema de saúde, recorrendo na maioria das vezes a procedimentos domésticos, por exemplo: ingestão de leite³⁶.

Pesquisa realizada por uma equipe multidisciplinar, em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo-RJ, aponta três fatores importantes sobre a vulnerabilidade de agricultores familiares no trabalho com agroquímicos, passíveis de generalizações. O primeiro diz respeito às dificuldades no processo de comunicação. Nesse ponto, os pesquisadores atribuíram às ingerências relacionadas com a utilização dos agrotóxicos na agricultura familiar a falta de acesso a informação inacessíveis para grupos domésticos isolados no campo.

³⁶A subnotificação dos casos de intoxicação por agrotóxicos dos agricultores das famílias estudadas corroboram com a estimativa de que para cada caso “de intoxicação notificado, tenha cinquenta outros não notificados” (BOCHNER, *apud* BOMBARDI, 2016: 14).

O segundo diz respeito, a ausência da percepção de risco quanto à utilização excessiva desses produtos nas plantações. Nesse quesito, eles relataram que os agricultores familiares desconhecem os perigos aos quais estão expostos. Por último, eles destacaram os condicionantes socioeconômicos, enquanto variável que potencializa os riscos, sobretudo porque esses agricultores não possuem os recursos necessários para a contratação da assistência técnica especializado, capaz de orientá-los no processo de manipulação desses insumos (MOREIRA, PERES, MEYER, SARCINEHI, ELLER, ARAÚJO, SOARES, MOURA, JACOB, LIMA, OLIVEIRA-SILVA, BATISTA, FARIA, KUBOTA, ALVES, CURI, 2002).

No caso estudado, a falta de acesso a informações mantém relação com a dificuldade de interpretar a linguagem técnica das bulas. Esse aspecto atrapalha consideravelmente a compreensão dos agricultores acerca do grau de periculosidade das substâncias constituintes dos compostos, livremente manipulados. Com relação à percepção de risco, ponderamos que os agricultores são parcialmente conscientes dos mesmos. Porém, os possíveis danos provocados em longo prazo são praticamente ignorados, mediante a necessidade de produzir para quitar os débitos com os estabelecimentos, que comercializam os agroquímicos.

No que concerne aos condicionantes socioeconômicos, observamos que eles incidem determinantemente no modo como os agricultores lidam com esses insumos. Mesmo produzindo em um dos pólos agrícolas mais dinâmicos do Nordeste, obtendo expressivos resultados produtivos, eles não dispõem de assistência técnica. Essa seria fundamental tanto para aumentar a produtividade, como para garantir a utilização adequada dos agroquímicos empregados nos plantios.

Em todo caso, não queremos aqui condenar os agricultores pelo uso dos agroquímicos. Mas chamar a atenção para o fato de que não existe uma fiscalização mais rigorosa, capaz de regular a utilização desses insumos. É preciso considerar que a aplicação indiscriminada dos mesmos pode contaminar tanto o meio ambiente, como os alimentos produzidos. Expondo agricultores e consumidores aos efeitos carcinogênicos, mutagênicos, teratogênicos, neuroendócrinos etc., causados pela absorção das substâncias que os compõem (NETO, LACAZ, PIGNATI: 2014: 02).

3.1.5. O processo de irrigação dos cultivos

As conseqüências do esvaziamento progressivo do lago artificial de Sobradinho podem trazer sérios problemas para as populações ribeirinhas que vivem na borda da barragem. Por isso, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Luiz Nova, viaja no início da próxima semana para a reunião a fim de conversar com a comunidade da área sobre a situação. Ontem ele entrou em contato com o superintendente da CHESF, Arlindo Camilo Cunha, e ficou surpreso com o fato de as turbinas de Sobradinho estão despejando dois milhões e trezentos mil metros cúbicos de água por segundo e captando apenas a metade desse volume. Para o deputado, é desnecessário soltar tanta água uma vez que há grande excedente de energia no país, superior inclusive as necessidades da população (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, 1984).

O fragmento da matéria escrita há mais de trinta anos abordou um dos desafios permanentes dos pequenos produtores de cebola nas bordas do lago de Sobradinho. Esses, desde a construção da mesma disputam água tanto com as turbinas geradoras de energia da CHESF, quanto com as lavouras dos perímetros públicos irrigados, a jusante da represa. Tal disputa intensifica-se nos períodos de secas prolongadas. Nesses, a água pode ficar a uma distância de 8 km das margens da represa. Desse modo, as famílias lidam com o risco de perder sua produção, principalmente porque trabalham com uma cultura extremamente sensível ao déficit hídrico.

Desde as sementeiras os cultivos de cebola dependem de irrigações frequentes para se desenvolverem. Nesta fase, recomenda-se realizar aplicações leves e regulares de água. Os canteiros devem permanecer com a média de 80% de umidade para o desenvolvimento de mudas saudáveis. As famílias estudadas conseguem manter este nível de umidade molhando os 50 canteiros, referentes a 3 kg de sementes com regadores.

Após o transplante a demanda por água aumenta consideravelmente, sobretudo porque a maioria dos pequenos produtores emprega a irrigação por infiltração. Neste modelo, a água é bombeada para uma espécie de tanque escavado manualmente. Deste, corre por um longo sulco transversal, cuja função será destruí-la para vários sulcos horizontais, conectados as fileiras de quadros. A irrigação nestes moldes mostra-se pouco racional frente aos sistemas mais sofisticados: gotejamento, aspersão etc., completamente inacessível às famílias estudadas, em virtude dos custos de manutenção.

Passados 45 dias do transplante tem início o período de formação dos bulbos tunicados, parte comercial da planta. Nesta fase os cultivos tornam-se sensivelmente dependentes da água. A irrigação das áreas deve ser realizada a cada três dias, com volumes que assegurem umidade de 70% em 40 cm de profundidade. Após este estágio a dependência hídrica reduz aproximadamente 60%. Pois com 90 dias os bulbos entram na fase de

maturação. Nessa etapa, a irrigação deve ser realizada uma vez por semana, pois o excesso de água pode provocar a ocorrência de doenças.

Em todo caso, a queda da produtividade por déficit hídrico costuma ocorrer durante o período de “bulbificação”. Para tentar amenizar os prejuízos causados, os pequenos produtores criaram uma comissão formada tanto por eles, quanto por lideranças políticas dos municípios situados no entorno da represa. O principal objetivo desta tem sido estabelecer uma cota de regulação dos níveis de água do reservatório.

Pois, um metro a menos no nível da barragem incorre no recuo de mil metros da água nas bordas do lago. Isto demanda de pequenos produtores investimentos relativamente altos em canos, fios e moto-bomba. Desse modo, indispondo dos recursos para compra destes equipamentos, muitos interrompem os plantios.

Os pequenos produtores que não suspendem seus cultivos durante o período de seca acompanham a descida da água. Esses estabelecem seus plantios dentro da bacia do lago. Assim, quando o lago restabelece seus níveis alaga terras contaminadas pelos resíduos dos agroquímicos largamente utilizados, carreando-os para as populações das cidades a jusante. Fato que há anos os jornais denunciam. Contudo, tal questão está longe de ser resolvida, pois estabelecer cotas que satisfaçam todos os interesses envolvidos tem sido uma tarefa demasiadamente complexa.

3.1.4. O processo de colheita

Os pequenos produtores consideram o processo de colheita a etapa mais trabalhosa da cebolicultura. Para o conjunto das atividades realizadas nesta fase os agricultores contratam mão de obra local. Geralmente, montam duas equipes, cujo número de indivíduos depende da quantidade de cebola a ser colhida. Para colher a produção de um hectare as famílias costumam contratar mão de obra adicional de aproximadamente dez indivíduos. Esses são divididos em duas equipes, estratificadas por sexo.

A equipe masculina, a princípio, encarrega-se do “arranque da cebola”. Para isso, avança sobre a área cultivada recolhendo as plantas pelas folhas, amontoando-as nas cabeceiras dos quadros. Para realizar esse trabalho recebem diárias, previamente acertadas

com a família contratante. Durante o período de observação o valor da mesma custava oitenta reais. Contudo, o mesmo pode ser acrescido se a jornada exceder às oito horas previstas de trabalho.

A equipe feminina realiza o trabalho de corte da cebola. Para isso, sentam-se próximas as “rumas” munidas com pequenas facas afiadas. Durante o processo pode-se observar uma vez mais o desgaste das atividades cumpridas pelas mulheres. Elas permanecem sentadas durante toda a jornada sob sol escaldante, inalando os vapores fétidos dos agroquímicos, que emergem com a evaporação da água. Além disso, ganham por produção 1, 20 reais por saco de 20 kg cortados. Considerando que uma trabalhadora corte 60 sacos por dia, pode-se afirmar que elas ganham menos que os homens (cerca de 72 reais).

Figura 19 - Mulheres cortando cebola



FONTE: Guilherme Ernesto de A. Neto. Bordas do Lago de Sobradinho (2017)

Após o corte, homens e mulheres se dedicam a ensacar os bulbos, bem como a transportá-los para o centro das áreas de cultivo. A partir desta atividade, os homens realizam o processo de seleção. Assim, os depositam em uma estrutura de madeira semelhante a uma mesa, cujo lastro móvel formado por finos canos de PVC, dispostos transversalmente separam os bulbos padronizados dos menos desenvolvidos, chamados de “chupetas”. Esses são embalados posteriormente e comercializados pela metade do preço.

Figura 20 - Processo de Seleção e pesagem dos bulbos



FONTE: Guilherme Ernesto de A. Neto. Bordas do Lago de Sobradinho(2017)

Por fim, freta-se um caminhão para transportar a produção para o Mercado do Produtor de Juazeiro. Entrepasto comercial no qual se iniciará a comercialização da produção. Os pequenos produtores chamam a venda da safra de “jogo”, a expressão remete a incerteza dos preços de um produto que oscila diariamente. Durante o período acompanhado, as famílias mostraram-se insatisfeitas com os lucros relativos à comercialização da cebola. Vejamos na tabela abaixo os percentuais de despesas para um hectare de cultivo.

Quadro 11 - Despesas referentes a plantio de um hectare de cebola

Itens	Quantidade	Preço
Sementes	3kg	810 Reais
Aração/gradação	1 hectare	1.000 Reais
Transplante	3 dias	1.000 Reais
Adubo	24 sacos	4. 320 Reais
Fertilizante	4 sacos	119 Reais
Defensivos	8 litros	580 Reais
Colheita	10 pessoas	2. 210
Embalagens	998 sacos	998 Reais
Combustível	60 Litros	360 reais
Energia		2.000
Frete	19.040 kg	1.000

Fonte: notas de campo

A renda das famílias depende de um conjunto heterogêneo de variáveis: disponibilidade de água para irrigação dos plantios, produtividade do cultivo, preço de mercado e etc. Apenas mediante a convergência destes fatores pode-se obter dividendos satisfatórios. Nos casos acompanhados, os lucros foram considerados baixos. Sobretudo porque, parte considerável dos mesmos serviu para quitar débitos antigos de safras mal sucedidas, nas lojas que comercializam os insumos. O que lhes permite contrair novos débitos para continuar produzindo.

A média de produção dos cultivos acompanhados por hectare fora de 998 sacos de cebola vendidos por 23 reais a produção de primeira e 16 reais a produção de segunda. No total as famílias ganharam um valor bruto de R\$ 22. 040, sendo que se deve subtrair deste valor a média de R\$ 18.397 referentes a antigos débitos, bem como as despesas com os plantios. Restando-lhes, portanto, 3.643 Reais por quatro meses de trabalho. Deve-se ressaltar que não fora contabilizado o trabalho das famílias durante o ciclo de produção.

A análise do trabalho das famílias nos plantios de cebola nas bordas do Lago de Sobradinho revelou as drásticas mudanças no modelo de agricultura praticado por esses grupos. Antes, as estratégias de geração de renda mobilizadas por eles estavam estritamente relacionadas com os movimentos naturais do Rio. Esse era compreendido enquanto coautor do processo produtivo.

Porém, com a especialização produtiva não mudaram apenas as técnicas de produção, percebemos mudanças significativas, sobretudo na disciplina para o trabalho. Ditada pelo conjunto de procedimentos que devem ser rigorosamente cumpridos para assegurar a produtividades dos cultivos. Esses condicionam parte considerável da dinâmica cotidiana da comunidade estudada. Dentre esses procedimentos destacamos a aplicação pontual dos agroquímicos, amplamente utilizados na “agricultura moderna”.

De acordo com Becker (2010: 33), os agroquímicos são parte do amplo conjunto de ameaças que caracterizam a sociedade de risco. Para o sociólogo alemão, no século XIX a ciência passou a ser empregada, essencialmente, para a obtenção de lucros na sociedade industrial. A consequência imediata disso foi o desenvolvimento de um amplo conjunto de conhecimentos empregados no desenvolvimento de tecnologias que trouxeram consigo riscos capazes de ultrapassar as fronteiras do Estado, classes sociais e etc. Dentre os quais se destacam tanto a contaminação causada pelos agentes nucleares, como pelos agentes químicos presentes nos agroquímicos, amplamente disseminados.

A periculosidade desses elementos está no caráter imperceptível dos mesmos, apontadas pelos postulados teóricos científicos, mas que escapam a “percepção” dos sujeitos. Esses, não orientam suas ações por esses postulados, mas pelas práticas cotidianas. No caso estudado, podemos observar o quanto essas práticas associadas à necessidade de garantir a produtividade dos cultivos sobrepujam a percepção/reflexão das famílias estudadas acerca dos riscos. Contudo, ponderamos que os perigos relacionados à utilização dos agroquímicos entre elas mantêm relações com a peculiaridade do modo como moderno/atrasado se conformam no modelo de produção agrícola atual das mesmas. No modo pouco racional, como eles lidam com os insumos modernos, sobretudo pela falta de orientação técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos o recorte espacial e populacional bastante limitado para analisar e compreender as mudanças ensejadas pela construção da Barragem de Sobradinho, especialmente, em virtude de termos nos limitado a uma pequena parcela da população atingida, ou seja, os pequenos produtores rurais da comunidade de Brejo de Fora. Entretanto, durante a realização da pesquisa, percebemos que dissertar sobre esses grupos domésticos nos possibilitaria identificar algumas das contradições do processo de modernização agrícola no Submédio São Francisco, sobretudo porque essas famílias foram afetadas em diferentes fases desse processo.

Iniciamos essa narrativa abstraindo das memórias dos entrevistados algumas lembranças referentes à vida de suas famílias nas antigas localidades, submersas pelas águas da Barragem de Sobradinho. Eles descreveram alguns detalhes da vida simples que levavam nas margens do rio, uma vida cuja disciplina para o trabalho era ritmada pelo movimento das águas do “Velho Chico”. Nesse tempo, convivia-se com as várias limitações impostas pelo isolamento.

Contudo, este modo de vida fora profundamente alterado em consequência da construção da barragem. Empreendimento que desconsiderou as especificidades da população que seria atingida. De “grosso modo”, a população ribeirinha não estava incluída no cálculo e no plano de desenvolvimento idealizado para a microrregião. Prova disso, fora a tentativa frustrada de transferir as famílias para as distantes terras da Serra do Ramalho, em Bom Jesus da Lapa.

Esta proposta reflete bem os objetivos pretendidos com a construção da represa, qual seja a implantação de um programa amplo de modernização agrícola do Submédio São Francisco. A modernização está pautada tanto na irrigação, quanto nos descritos processos de “tecnificação”. Assim, a represa anunciou um contexto que seria marcado pela consolidação da “agricultura moderna”. Na qual as famílias beradeiras foram consideradas verdadeiros entraves.

Reticentes a proposta de migração, sobretudo pelo modo autoritário com que a CHESF conduziu o processo, as famílias optaram pela transferência para as comunidades construídas nas imediações da represa. Mas, mesmo nessas áreas elas não conseguiram manter as

estratégias produtivas apreendidas, no curso de uma relação de longo prazo com o “Velho Chico”. Não bastasse isso, as famílias tiveram que conviver em um ambiente hostil, marcado por intensa disputa pelas terras adjacentes, às margens da represa.

Nesse sentido, tanto a precariedade das condições de existência nas comunidades, como a necessidade da retomada das atividades produtivas tornaram-se bandeiras de luta, construídas junto com os agentes pastorais ligados a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro-BA, levando a um processo de articulação e mobilização dos ribeirinhos, cuja principal conquista para essa população foi à aquisição de lotes produtivos nas bordas do lago.

Como descrevemos o acesso a essas terras significou o estreitamento da relação desses grupos domésticos com o processo de modernização agrícola da microrregião. A principal consequência do mesmo foi a necessidade da especialização produtiva nos cultivos de cebola. Modo de produção que atualmente condiciona a vida de grande parte das comunidades dispostas às margens da represa.

Assim, com base nos percursos dessas famílias, nas últimas quatro décadas, chegamos a algumas conclusões. Começamos destacando a fragilidade dos discursos que afirmavam a suposta resistência das famílias a “agricultura moderna”. Para os disseminadores dessas narrativas seria impossível para os cultivadores das margens e ilhas do rio assimilar os pressupostos técnicos do modelo agrícola proposto pelo projeto de modernização do Submédio São Francisco.

A experiência das famílias na comunidade de Brejo de Fora evidenciou o contrário. Uma vez que, elas tanto lutaram por certa inserção neste processo modernizador, quanto assimilaram parcialmente os princípios desse novo modelo agrícola. Não por acaso, os municípios das bordas do lago são referências regionais na produção de cebola. Nesse ponto, nos chama a atenção o quanto as narrativas podem falsear a realidade.

Porém, mesmo apresentando excelentes níveis de produtividade os irrigantes em questão são ignorados pelo poder público. Chegamos a tal conclusão analisando dois aspectos: primeiro, diferente dos colonos beneficiários de lotes nos perímetros públicos irrigados, os pequenos produtores das bordas do lago produzem sem assistência técnica. Relaciona-se a isso o uso excessivo dos “agrotóxicos”. Como mencionamos a aplicação inadequada desse signo da modernização agrícola pode desencadear uma espécie de ciclo aberto de contaminação.

Destacamos que no ciclo de produção acompanhado, os pequenos produtores preparavam os coquetéis a serem aplicados sem a orientação devida, a partir de suas experiências com cultivos anteriores. Como observado, a descida do nível das águas da represa impõem a necessidade dos produtores acompanharem as águas. Assim, os agroquímicos são aplicados dentro da bacia do lago. Desse modo, quando a barragem voltar para seu nível, as águas banham terras contaminadas por resíduos de diversos agroquímicos. Esses são carregados para as cidades a jusante.

Convém ressaltar, que existem prazos a serem cumpridos com relação à suspensão da pulverização dos agrotóxicos. Recomenda-se que as pulverizações sejam suspensas trinta dias antes da colheita. Porém, observamos que esses prazos não são cumpridos. Geralmente suspendem as aplicações faltando apenas duas semanas. Logo, a que se considerar o risco de contaminação da produção. Assim, podemos ponderar que os consumidores estão expostos a riscos.

Além disso, as aplicações são realizadas sem os equipamentos de proteção individual indispensáveis neste tipo de atividade. Muitos realizam as pulverizações descalços, o que justifica os casos de intoxicação geralmente tratados com a ingestão leite. Logo a grande maioria dos casos não é computada pelas estatísticas oficiais referentes à intoxicação por agrotóxicos pela falta de registros. Estudos acerca do número de pessoas com câncer não foram encontrados, contudo, há relatos do aumento significativo de casos de câncer de garganta na comunidade de Riacho dos Pais, no município de Sento Sé.

O segundo aspecto que destacaremos diz respeito à ausência de programas governamentais voltados para apoiar esses pequenos irrigantes, que lidam permanentemente com as drásticas oscilações de preço das sacas de cebola. Não por acaso, durante a escrita das últimas linhas do presente trabalho, muitos produtores da comunidade estudada tinham perdido a produção. Pois, o preço de seis reais da saca de vinte quilos de cebola não pagava as despesas com a colheita. Diante disso, muitas famílias foram obrigadas a vender seus pequenos rebanhos de ovelhas, para quitar os débitos com as lojas que comercializam à prazo, os insumos necessários a produção.

Assim, mesmo com a viabilidade desses irrigantes atestada tanto pela disciplina dos mesmos para o trabalho, quanto pela produtividade que conseguem, eles continuam invisíveis para o Estado. Desse modo, tudo faz crer que permaneceram em uma espécie de ciclo vicioso

tentando obter dividendos em uma safra, para pagar os débitos das safras perdidas, ao passo que degradam o meio ambiente.

Neste trabalho tentamos compreender o conjunto de transformações ensejadas pela construção da Barragem de Sobradinho na vida das famílias beradeiras da comunidade de Brejo de Fora, enfatizando, especialmente, as mudanças relacionadas à especialização produtiva dos plantios de cebola. Refletimos acerca de como as mudanças no modelo agrícola desses grupos domésticos modificaram sua percepção de tempo, suas dinâmicas de trabalho, bem como, sua relação com o meio ambiente.

Porém, nos cabe refletir sobre as relações de sociabilidade construídas nas comunidades das bordas do lago. Bem como refletir sobre as diferenças entre elas, o modo como construíram suas lutas no processo de apropriação dos novos espaços, após a construção da barragem; o modo como foram atravessadas pelo processo de modernização agrícola. Aspectos que poderão ser abordados nas próximas agendas de pesquisa. Pensamos que, a análise mais acurada destes aspectos nos possibilitará melhor compreender as contradições do processo de modernização agrícola do Submédio São Francisco.

REPORTAGENS DE JORNAIS

“A Barragem de Sobradinho em debate”. Uma reunião de grande proveito. Jornal RIVALE, 14 de junho de 1975

“Bispo de Juazeiro denuncia grilagem de terra”. Jornal a tarde, 8 de fevereiro de 1978.

“Chesf quer terras na raça”. Possesores reagem. Jornal da Bahia, Salvador, 17 de junho de 1979.

“Dom José teme mais miséria em Sobradinho”. Jornal da Bahia, Salvador, 27 de junho de 1984.

“Deputado pede pela gente de Sobradinho”. Jornal da Bahia, 18 de junho de 1975.

“Sobradinho, a água que o Sertão não queria”. Jornal o Estado de São Paulo, 11 de abril de 1975.

“Sobradinho, “a cada dia realidade no São Francisco”. Jornal A Tarde, 29 de setembro de 1976.

“Sobradinho” é o fim da seca para 70 mil”. Jornal Folha de São Paulo, 01 de junho de 1975.

“Sobradinho”. Jornal Tribuna da Bahia, 27 de agosto de 1984.

“20 Mil pescam e destroem os peixes do sobradinho”. Jornal Tribuna da Bahia, 20 de setembro de 1983.

“Dom José teme mais miséria em Sobradinho”. Jornal da Bahia, Salvador, 27 de junho de 1984.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O saco de batatas, Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, Edusp, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem do Nordeste**. 4º – Ed. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Produção de energia e modernização do Vale do São Francisco**. Revista de Economia Política. Vol, 4, n 1, 1984.

ANDRADE, Manoel Correia. **Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

ANDRADE NETO, Guilherme Ernesto. **Trabalho Políticas Públicas e Meio ambiente**. In: RAMOS, Paulo Roberto (Org). Anais do 1º Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Interdisciplinar. Juazeiro: Editora Franciscana, 2015.

ANDRADE NETO, Guilherme Ernesto. **A Luta dos Assalariados Rurais no Submédio São Francisco: a concepção de classe em Thompson e sua possibilidade de aplicação**. Juazeiro – BA. UNIVASF, 2014. Monografia.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed 34, 2010.

BRAGA, Ana Catarina Sento Sé Martinelli. **A Cidade de Sentó Sé e a Construção de Sobradinho, Memória, Resistência e Territorialidade no Nordeste Brasileiro (1970 – 1980)**. Salvador-BA: UCSAL, 8 a 10 de outubro de 2014, n 3 v. 12, p. 301 – 320.

BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, JULHO 2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, MAIO 2008.

BRASIL, LEI 3.782, 22 de junho de 1974.

BLOCHE, Didier. **As Frutas Amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco**, São Paulo: livro da terra, Oxfam, 1996.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Pequeno ensaio cartográfico sobre uso de agrotóxico no Brasil**. Laboratório de Geografia Agrária – USP, 2016.

BOMFIM, Juarez D. **Movimentos sociais no rio São Francisco**. Universidade de Barcelona, n° 45 (30), 1 de agosto de 1999.

BORTOLETO, Elaine M. **A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos**. Geografães, Vitória, n° 2, jun. 2001.

BRUNO, R. **O Estatuto da terra: entre a conciliação e o confronto**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, novembro 1995: 5 – 31.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo** – Uma Discussão Conceitual. In. CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Frutas para o Mercado Global**. *Estudos Avançados* 11 (29), 1997.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVEZ, Christiane Luci Bezerra. **Ruralidade no Vale do Submédio São Francisco: observação a partir da evolução econômica do polo Juazeiro-BA – Petrolina-PE**. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 2, p. 324-361, jul/dez. 2009.

COSTA, Ana Luiza M. **Uma retirada insólita**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

COSTA, Nivaldo Duarte; CUNHA, Tony Jarbas Ferreira; RESENDE, Geraldo Milanez de. **Cultivo de cebola no Nordeste**. Copyright 2007, Embrapa.

DAMIANI, O. **Diversidade Agrícola e Redução de Pobreza: A Introdução no Nordeste Brasileiro de Produtos Agrícolas Não – tradicionais de Alto Valor e Seus Efeitos sobre Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais Assalariados**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 34, n. 1, jan-mar. 2003.

DELGADO, G. da C. **A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003**. In: JACCOUD, L. (org). *Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

DUQUÉ, G. Casa Nova: **Interventions Du pouvoiretstratégies paysannes**. Thèse de Doctorat de 3e. Cycle en Sociologie. Paris, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980. Mimeo, 405 p.

DUQUÉ, G. **A experiência de Sobradinho**: Problemas fundiários colocados pelas grandes barragens. Cadernos do CEAS, Salvador (91), p. 30 – 38, mai./jun. 1984.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano**: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho–BA. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fevereiro de 2004.

FAVARETO, Arison; KLEEB, Suzana; GALVANESE, Carolina; SEIFER, Paulo; MORALEZ, Rafael. **Metamorfoses da dominação nos territórios rurais – qual a extensão das mudanças recentes nas regiões do Brasil contemporâneo?** 39º Encontro Anual da Associação de Pós – Graduação em Ciências Sociais. Caxambu, Outubro/2015.

GONÇALVES, Esmeraldo P. **Opara**: formação historiográfica do Submédio São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997. 183 p.

GRAZIANO, J. S. CAP. I e II. In: A modernização dolorosa. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MENDES da Silva, E. & GERMANI, G. I. **Os que não foram e os que voltaram: A rejeição ao PEC/Serra do Ramalho como resistência camponesa a Sobradinho**, V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Niterói-RJ, 2009.

MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **Coronelismo no Vale do São Francisco**: Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia/BA, 1989

MIELNIK, O. NEVES, C. **Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil**: as Barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, Luiz Pinguelli. SIGAUD, Lylia. MIELNIK, Otávio. Copyright 1988 by COPPE.

MORREIRA, Jasino C.; JACOB, Silvana C; PERES, Frederico; LIMA, Jaíne S.; MEYER, Armando; OLIVEIRA-SILVA, Jefferson J.; SARCINELLI, Paula N.; BATISTA, Darcílio F.; EGLER, Mariana; FARIA, Mauro V. Castro; ARAÚJO, Alberto José de; KUBOTA, Alexandre H; SOARES, Mônica de O.; ALVES, Sergio R.; MOURA, Cláudia M.; CURTI,

Rosane. **Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em umacomunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ.** *Ciência & Saúde Coletiva*. 7 (2): 299 – 311. 2002.

MOURA, Mariluci de S. **As ilhas da Resistência** – Sobradinho – Comissão Pastoral da Terra, 1979, Goiânia, Goiás.

NETO, Elias Nasrola; LACAZ, Francisco Antonio de Castro; PIGNATI, WonderleiAntonio. **Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista!** *Ciência & Saúde Coletiva*. 19 (12): 4709–m4718, 2014.

NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos e o movimento de educação de base. In: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, p. 61 – 97, 2008.

PENNA, Carlos Gabaglia. **A revolução verde é insustentável.** ((O)) eco jornalismo ambiental. Disponível em: <https://www.oeco.org.br>. Acesso em: 29/08/2018.

PIERSON, Donald. **O homem do Vale do São Francisco** (tomos I e II). Ministério do interior. Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE). Rio de Janeiro, 1972.

PIMENTA, Alessandra. **O método de Análise Documental**: seu uso em uma pesquisa historiográfica. *Caderno de Pesquisa*, n. 114, p. 179 – 195, novembro/2001.

PIRES, Murilo José de Sousa; RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil.** Documentos técnicos científicos. Volume 40/nº03/julho-setembro, 2009.

ROSA, Pinguelli, L. **Os grandes projetos e o setor elétrico**: as Barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, Luiz Pinguelli. SIGAUD, Lylia. MIELNIK, Otávio. Copyright 1988 by COPPE.

ROS, Carlos Cowan. “**Mediação e conflito**: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da provincial de Jujuy, Argentina”. In Delma Pessanha Neves. (org). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Editora da UFRGS: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

SANDRONI, Paulo. **Questão agraria e campesinato**: a função da pequena produção mercantil. Editora Polis, 1980.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos**: as Barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, LuizPinguelli. SIGAUD, Lylia. MIELNIK, Otávio. Copyright 1988 by COPPE.

SILVA, Camilla de Almeida. **“O QUE A GENTE QUER PRA UM, AGENTE QUER PRO OUTRO”**: Uma análise sobre as questões de gênero e a agenda política dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na fruticultura irrigada do pólo Petrolina/PE – Juazeiro/BA. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Campina Grande/PB, 2016.

SILVA, Guilherme J. Mota. **OS FRUTOS DA RESISTÊNCIA**: sindicalismo e luta dos assalariados da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Campina Grande/PB, 2016.

SILVA. Edcarlos Mendes da. **Das margens do Rio São Francisco as Marginalidades do Lago de Sobradinho**: desterritorialização e desengano. Raízes v. 34, n.1, jan – jun /2014.

SILVA. Pedro C. Gama da. **“Dinâmica e Crise da Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco”**. In: Aldenôr Gomes da Silva; Josefa Salette Barbosa Cavalcanti; Maria de Nazareth B. Wanderley. (org.). Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil. 1 ed. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **O trabalho oculto nos canaviais paulistas**. Perspectivas, São Paulo. V. 39. P. 11 – 46, jan/jun. 2011.

SILVA, Margarete P. da. **A construção da B. de Sobradinho a partir da Dioc. de Juazeiro**: 1962 – 1982. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Bahia: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador/BA, 2002.

SIQUEIRA, Ruben. **Do que as águas não cobriram** – um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho. João Pessoa, UFPB/ Mestrado de Ciências Sociais, 1992.

SIQUEIRA, Ruben. **Caravana Agroecológica do Smiárido Baiano**: um relato do contexto histórico e contemporâneo dos caminhos das águas do Rio São Francisco. Extramuros, Petrolina PE, v. 5, n. 2, p. 5 – 21, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos2.univasf.edu.br>. Acesso em: 29/08/2018.

SOUTO JR, J. Fernando; SILVA, Guilherme J. Mota; LIMA, Sara C. Lisboa de. **O lugar da Ausência**. In: Rio São Francisco: Ocupação Territorial: problemas socioambientais: desafios e possibilidades. Regina Celeste de Almeida Sousa, Carolina de Andrade Spínola, Elvina perpétua Ramos Almeida (orgs). Salvador: UNIFACS, 2012.

TEXEIRA, Mylene Nogueira. **O Sertão Semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 número 3 setembro/dezembro 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A Modernização Sob Comando da Terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil**. Idéias, Campinas, 3 (2): 25-54, jul./dez. 1996

WOORTMAN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. In CARVALHO, Horácio Martins (org.), Chayanov e o campesinato. São Paulo, Expressão Popular, 2014.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA –
ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SOBRADINHO**

Bom dia! Estamos iniciando hoje uma série de entrevistas com os agricultores atingidos pela Barragem de Sobradinho-BA. As mesmas formaram um banco de dados, que serão utilizados no processo de confecção de artigos científicos, bem como da dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande-PB.

Gostaria de pedir autorização ao senhor/senhora para gravar a entrevista. Esclarecendo que ela será utilizada para fins estritamente acadêmicos.

1. Qual o seu nome completo e data de nascimento?
2. Fale um pouco sobre você, em que comunidade nasceu? Quem são seus pais, em que trabalhavam?
3. Quais suas lembranças do lugar em que vivia antes da barragem?
4. Era uma comunidade, cidade ou lote isolado?
5. As terras pertenciam a sua família?
6. A família toda trabalhava na terra?
7. O que produziam?
8. No processo de produção eram utilizados tratores com implementos, insumos: adubos e pesticidas?
9. A produção destinava-se ao consumo das famílias ou era comercializada em mercados e feiras?
10. Como vocês ficaram sabendo do processo de construção da barragem?
11. Como as pessoas reagiram a tal notícia?
12. Quem fez a mediação no processo de transferência das famílias?

13. Houve muita resistência?
14. Quais promessas foram feitas pela CHESF?
15. Quais suas lembranças com relação ao processo de retirada das famílias?
16. Como se deu o processo de indenização?
17. Todos foram indenizados da mesma forma?
18. Quais os destinos das famílias desapropriadas?
19. Os povoados construídos pela CHESF dispunham de boa infra-estrutura: água, luz, saneamento?
20. Considerando todo o processo, quais em sua opinião, foram os aspectos positivos e negativos?
21. Em que você trabalha atualmente?

ANEXOS

ANEXO A: Transcrição do ofício que, em 18 de junho de 1975, os Sindicatos Rurais encaminharam à CHESF.

Of. s/n Juazeiro, 18 de junho de 1975

Dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, Sento Sé, Casa Nova e Remanso.

Ao Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho – CIRES

Senhores Diretores:

Na qualidade de Presidente dos Sindicatos em epígrafe, tendo, de conseguinte, como função principal a defesa de coordenação dos interesses econômicos e/ou profissionais dos trabalhadores rurais, em sintonia com os poderes públicos, dirigimo-nos a V. As. Em busca de alguns esclarecimentos diretamente relacionados com a Barragem de Sobradinho.

Sabemos que as águas do nomeado reservatório inundarão áreas extensas dos municípios de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, inclusive os perímetros urbanos dessas municipalidades, trazendo, assim, como preço de uma audaciosa iniciativa em busca do progresso para o Nordeste, uma solução de continuidade no modus vivende das populações da área.

Face à magnitude da obra e ao enorme volume de informações, muitas delas infundadas, que circulam ao seu redor, sentimos a necessidade de colher, junto aos órgãos oficiais, os informes verdadeiros sobre os seus múltiplos aspectos, a fim de orientar, de informar bem a todos os trabalhadores rurais que diuturnamente afluem aos Sindicatos em busca de uma diretriz.

Nessa ordem de pensamento, indagamos:

1. Quando se dará o início do represamento?
2. Em função desse termo inicial, qual a data prevista para que, em cada município, a população desocupe as áreas rurais a serem inundadas?

3. Como será induzida a posse das terras da grande maioria dos trabalhadores rurais, visto ser ela um fortíssimo fator econômico-financeiro nessa área, eis que constantemente é objeto de compra e venda?
4. Tendo em vista que as ilhas situadas ao longo da área de inundação são, em regra, administrada pelas prefeituras locais, que cobram dos trabalhadores um tributo ou um preço, como serão indenizados esses trabalhadores, muitos deles com mais de dez anos de trabalho, com benfeitorias reduzidas, culturas em andamento, etc.?
5. Em caso de indenização das culturas e benfeitorias realizadas, culturas em andamento, etc.?
6. Haverá desapropriação das áreas marginais ao lago, quando do seu mais alto nível, para assentamento de famílias que optarem pela permanência nesses locais?
7. e 8. Em caso afirmativo, que será feito em benefício das famílias que escolheram o local para permanecer, visto que a causa primeira de todo o fenômeno é a construção da barragem?
9. Que vantagens serão efetivamente oferecidas às famílias que optarem pelo Projeto Especial de Colonização de Bom Jesus da Lapa e qual a participação da CHESF nesse projeto?
10. Em função do projeto, haverá seleção de colonos? Em caso positivo, quais os critérios para a mesma?
11. E 12. Recebendo o colono um lote de terreno, com uma casa no seu interior (notícia corrente), qual o valor do conjunto lote/casa que terá que amortizar? Em que prazo? Em que condições (juros, correção monetária, etc)? Que sucederá aos inadimplentes?
13. Qual alternativa apresentam os órgãos promotores da barragem aos trabalhadores que se recusam a ir para Bom Jesus da Lapa?
14. Que ajuda oferecerá a CHESF àqueles que optarem pela permanência às margens do lago e/ou outras áreas dos municípios referidos?
15. Sendo a construção da Barragem, como assinalado, a causa de toda essa situação problema supra focalizado, não podendo, por conseqüência, os seus patrocinadores fugir à responsabilidade frente ao equacionamento dos problemas diretamente trazidos aos trabalhadores, qual o significado jurídico da assinatura, pelos trabalhadores que

não queiram ir para a Lapa, de um Termo de Desistência, cujo teor exige todos os órgãos de qualquer responsabilidade frente aos signatários?

16. Ainda no que toca à indenização das benfeitorias, qual o critério usado para a avaliação de carnaubais?

17. Tendo em vista o reconhecimento público pela CHESF, de desacertos na atenção de um funcionário, de prenome Gabriel e considerando que um dos lugares mais atingidos pela atuação do dito funcionário foi a localidade de Marcos (Remanso), pretende a CHESF reavaliar as indenizações por ele levadas a efeito?

18. Para finalizar, pretende a CHESF desenvolver algum programa ou projeto nos terrenos da borda do lago? Em caso positivo, em que termos será levado a efeito?

É o que, no momento, temos a indagar, haja vista a carência de informações oficiais de que dispomos a cerca do Projeto Sobradinho. No ensejo, apresentamos a V. Sas. Protesto de elevada estima e consideração.

Juazeiro, 18 de junho de 1975

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro

STs. de Casa Nova

STRs. de Sento Sé

STRs. de Remanso

ANEXO B: Transcrição da resposta ao ofício s/n que, em 18 de junho de 1975, os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé e Remanso, encaminharam à CHESF.

CAMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Sobradinho, 18 de Julho de 1975

Ilmos. Srs.

Representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé e Remanso.

Prezados Senhores:

Em atenção as teor do Ofício s/s, de 18 de junho de 1975, expedido por Vossa Senhoria, passamos a responder, em anexo, as indagações formuladas.

Na oportunidade desejamos agradecer o interesse demonstrado pelo assunto, ao mesmo tempo em que nos colocamos as inteiro dispor dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais para prestar quaisquer outros esclarecimentos, necessários.

Atenciosamente,

Norma Barbosa Costa

Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho – CIRES

1. SINDICATOS: Quando se dará o início do represamento?

CHESF: O início do represamento está previsto para fevereiro de 1977.

2. SINDICATOS: Em função desse termos inicial, qual a data prevista para que, em cada município, a população desocupe as áreas rurais a serem inundadas?

CHESF: Até dezembro de 1976 toda a população rural que atualmente ocupa a área do reservatório deverá ter sido transferida, exceção feita ao município de Pilão Arcado, que estando situado na extremidade do reservatório, somente será atingido alguns meses depois, devendo sua população ser transferida até dezembro de 1977.

3. SINDICATOS: Como será indenizada a posse das terras da grande maioria dos trabalhadores rurais, visto ser ela um fortíssimo fator econômico-financeiro nessa área, eis que constantemente é objeto de compra e venda?

CHESF: As indenizações na área rural prosseguem regularmente, sem maiores problemas para os posseiros. Aqueles que não possuem documentação regular (título fornecido pelo Estado da Bahia ou cadeia sucessória) são indenizados por suas culturas, acessões e benfeitorias; os que são portadores de títulos de propriedade recebem também indenizações pela terra nua. Os posseiros estão tendo duas alternativas para a relocação: se transferirem para a área do Projeto de Colonização de Bom Jesus da Lapa ou permanecerem na borda do lago de Sobradinho. Cada família deve verificar qual a solução mais adequada e escolher o seu destino. A CHESF atualmente está propiciando transporte às famílias que residem na área do reservatório para visitarem a região do Projeto de Bom Jesus da Lapa, de modo que a decisão de cada uma seja consciente e resultado de uma análise adequada.

4. SINDICATOS: Tendo em vista que as ilhas situadas ao longo da área de inundação são, em regra, administrada pelas prefeituras locais, que cobram dos trabalhadores um tributo ou um preço, como serão indenizados esses trabalhadores, muitos deles com mais de dez anos de trabalho, com benfeitorias realizadas, culturas em andamento, etc.?

CHESF: Os trabalhadores rurais estão recebendo o justo valor pelas acessões, culturas e benfeitorias que realizaram, exercendo suas atividades nas ilhas (terras do domínio público).

5. SINDICATOS: Em caso de indenização das culturas e benfeitorias, quais os critérios a serem usados na avaliação de fruteiras, tais como mangueiras, coqueiros, limoeiros, etc?

CHESF: A avaliação das culturas permanentes está relacionada com a idade, tamanho e produção de cada espécie.

6. SINDICATOS: Haverá desapropriação das áreas marginais ao lago, quando dos seus mais altos níveis, para assentamento de famílias que optarem pela permanência nesses locais?

CHESF: A CHESF está autorizada por Decreto Federal a promover a desapropriação não somente de área que será inundada (cota 392, 50) como também da chamada faixa de segurança que se estende até a cota 400 acima do nível do mar. A área compreendida entre as cotas 392, 5 e 400 poderá ser utilizada pela CHESF para relocação de população rural, dependendo da qualidade e condição de aproveitamento da terra. Os estudos realizados pela CHESF, ANCAR, INCRA e HIDROSERVICE indicam existir terras razoavelmente boas para abrigar na borda do lago aproximadamente 1. 500 famílias apenas.

7 e 8: SINDICATOS: Em caso afirmativo, que critérios serão usados no reassentamento? Em caso negativo, que será feito em benefício das famílias que escolherem o local para permanecer, visto que a causa primeira de todo o fenômeno é a construção da barragem?

CHESF: Para o reassentamento na borda do lago a CHESF leva em conta, sobretudo o desejo de cada família, a localização futura em relação à anterior, as condições de exploração da terra, etc., estando programado apoio no processo de mudança e assistência técnica nos primeiros perímetros de fixação. A CHESF embora não recomende a ocupação generalizada da margem do lago, colabora de diversas formas com a transferência e relocação de famílias que preferem esta alternativa. A existência de povoados como Mosquito (município de Casa Nova) e São Gonçalo (município de Juazeiro) podem ser citados como exemplo desse tipo de relocação. A programação prevê a formação de diversos outros povoados em decorrência da escolha de parte da população e do apoio que a CHESF vem prestando a esse tipo de reassentamento. Evidentemente, as famílias que optarem pelo projeto do INCRA terão mais condições de progredir tendo em vista a qualidade da terra em Bom Jesus da Lapa e as precárias

condições de sobrevivência na borda do lago, em face de pobreza do solo, variação do nível do reservatório, etc.

9. SINDICATOS: Que vantagens serão efetivamente oferecidas às famílias que optarem pelo Projeto de Colonização de Bom Jesus da Lapa e qual a participação da CHESF nesse projeto?

CHESF: Resumidamente o projeto de Colonização de Bom Jesus da Lapa oferece as seguintes vantagens:

- a) Um lote de 20 hectares, no mínimo, de terras consideradas pelo INCRA como sendo das melhores do Estado da Bahia;
- b) O ocupante encontrará no lote uma casa de alvenaria pronta, 2 hectares desmatados para iniciar o plantio, sem prejuízo do direito de receber o valor da indenização pelos bens que possui na área do reservatório de Sobradinho;
- c) O projeto prevê a construção de agrovilas que ficarão no máximo distante 3 quilômetros e meio do último lote. Em cada agrovila haverá luz elétrica na rua, água encanada (chafarizes), ambulatório e escola;
- d) Consta ainda da programação, assistência técnica ao trabalhador rural, bem como a concessão de financiamentos bancários aos que desejarem. A CHESF participará da execução do projeto nos primeiros três anos acompanhando e apoiando de todas as formas necessárias o andamento dos trabalhos a cargo do INCRA e outros órgãos do Governo.

10. SINDICATOS: Em função do projeto, haverá seleção de colonos? Em caso positivo, quais os critérios para a mesma?

CHESF: Todos os agricultores que quiserem participar do projeto poderão ser transferidos, não havendo a seleção exigida pelos órgãos oficiais. Aqueles que não tiverem condições de trabalhar a terra, como é o caso dos idosos, com mais de 65 anos, serão aposentados, mas poderão acompanhar, se quiserem, seus parentes que querem ir para o projeto. O INCRA prevê no projeto uma pequena área conjunta para que essas pessoas idosas plantem alguma cultura se quiserem, não serão obrigados.

11/12. SINDICATOS: Recebendo o colono um lote de terreno, com uma casa no seu interior (notícia corrente), qual o valor do conjunto lote/casa que terá que

amortizar? Em que prazo? Em que condições (juros, correção monetária etc)? Que sucederá aos inadimplentes?

CHESF: As casas construídas nas agrovilas serão cedidas sem custos para as famílias, bem como as obras de estradas, água, luz, escola, posto médico, ninguém pagará nada por isto. Quanto ao preço da terra, será informada mais tarde, pois o INCRA só terminará a desapropriação em agosto/setembro, esclarecendo desde já que o custo do lote será de forma que a família possa pagar com a parte de seus lucros na lavoura ou pecuária. O Governo não faria um projeto com tantas despesas, para depois vender o lote à família de uma forma que ela não possa pagar. O Governo pretende é que cada família possa progredir, possa pagar suas dívidas e possa viver com boas condições de vida.

13 SINDICATOS: Que alternativa apresentam os órgãos promotores da barragem aos trabalhadores que se recusarem a ir para Bom Jesus da Lapa?

CHESF: A população rural de modo geral tem três alternativas:

- a) Se engajar no projeto de Bom Jesus da Lapa;
- b) Optar pela sua fixação na borda do lago de Sobradinho;
- c) Optar ainda por uma solução própria, se preferir, isto é, partir para onde desejar. Como os estudos indicam que num total de 7.000 famílias a serem transferidas apenas 1.500 terão condições razoáveis na borda do lago, a CHESF não recomenda a fixação de grande número de famílias na região. A alternativa de Bom Jesus da Lapa por lado oferecerá condições de melhorar, consideravelmente, o nível econômico e social da família ali relocada.

14. SINDICATOS: Que ajuda fornecerá a CHESF àqueles que optarem pela permanência às margens do lago e/ou outras áreas dos municípios referidos?

CHESF: O apoio da CHESF a esta forma de relocação depende, em cada caso, da área escolhida pela população. Basicamente a ajuda consiste em abertura de estrada de acesso, perfuração de poço pequena barragem, transporte para mudança, assistência técnica e agrícola, etc. Como exemplo, citamos a ajuda oferecida aos povoados de Mosquito, São Gonçalo e Marcos. O tipo de ajuda depende das particularidades de cada local escolhido.

SINDICATOS: Sendo a construção da barragem, como assinalado, a causa toda essa situação problema supracitado, não podendo, por consequência, os seus patrocinadores fugir à responsabilidade frente ao equacionamento dos problemas diretamente trazidos aos trabalhadores, qual o significado jurídico da assinatura, pelos trabalhadores que não queiram ir para Bom Jesus da Lapa, de um termo de desistência, cujo teor exime todos os órgãos de qualquer responsabilidade frente aos signatários?

CHESF: Convém ressaltar que juridicamente a CHESF está obrigado tão somente a promover as desapropriações, levando em conta o valor real dos bens, conforme estabelece a Lei da Desapropriação. Sensível ao problema de ordem social, a CHESF, diretamente ou através dos órgãos públicos vem diligenciando propiciar às populações atingidas uma relocação adequada, uma transferência humana. Evidentemente, no momento em que a Empresa oferece ao trabalhador rural boas condições para elevar o seu nível econômico em Bom Jesus da Lapa e ele recusa, preferindo optar por outra solução de resultado duvidoso, a CHESF tem certo interesse em documentar esta escolha para evitar especulações futuras. O questionário visa também definir o número de pessoas que optarem por Bom Jesus da Lapa, para que sejam preparadas as formas de transferência, aluguel de ônibus ou barco, alimentação e outros preparativos que são necessários.

16. SINDICATOS: Ainda no que toca à indenização das benfeitorias, qual o critério usado para a avaliação de carnaubais?

CHESF: O valor para pagamento de carnaubais é integrado ao valor do hectare, levando-se em conta a densidade, a produção e a cotação comercial da matéria prima (cera). Em alguns casos, quando se trata de pequena roça e poucas unidades, a CHESF admite pagar por pé, embora esta não seja a modalidade, na região, de se realizar a negociação.

17. SINDICATOS: Tendo em vista o reconhecimento público pela CHESF, de desacertos na atenção de um dos funcionários, de prenome Gabriel e considerando que um dos lugares mais atingidos pela atuação do dito funcionário foi a localidade de Marcos (Remanso), pretende a CHESF reavaliar as indenizações por ele levadas a efeito?

CHESF: O ex-servidor Gabriel tentou prejudicar a CHESF ao realizar levantamentos cadastrais de forma não correta, pressionando de certa forma a população de Mercos a aceitar o preço ofertado, alegando urgência na desocupação da área. No tocante aos pagamentos feitos não vemos porque se fazer reavaliação. A população de Marcos está recebendo o apoio

necessário à transferência e fixação no local que escolheu (Zabelê). A CHESF está colaborando na construção de nova moradia, confecção de cercas, desmatamento no lote, etc., o que evidencia os interesses da CHESF em sanar o problema e fazer pelos desapropriados mais do que, a rigor, estaria obrigada a fazer.

18. SINDICATOS: Para finalizar, pretende a CHESF desenvolver algum programa ou projeto nos terrenos da borda do lago? Em caso positivo, em que termos será levado a efeito?

CHESF: A CHESF colaborará com a relocação de aproximadamente 1.500 famílias na margem do lago, conforme foi indicado na resposta à pergunta do item 14, podendo inclusive ser forçada pela população a colaborar com número maior. É que embora a CHESF venha chamando a atenção da população sobre as vantagens do projeto de Bom Jesus da Lapa e das desvantagens da ocupação generalizada da margem do lago, mantém o propósito de ajudar a que cada família veja realizado o seu desejo. A CHESF não pode obrigar a ninguém a aceitar a opção que ela julgue boa nem tampouco a desistir da alternativa que, ao que tudo indica, não oferece condições satisfatória. Respeitando a decisão de cada família. Cabe a cada uma examinar o que melhor lhe convém e decidir o seu destino. A CHESF vem orientando a população rural e recomenda a alternativa do projeto de Bom Jesus da Lapa como sendo a melhor. Evidentemente seria muito mais prático e menos oneroso para a CHESF e para o Governo Federal oferecer e estimular a população que hoje ocupa as margens do rio a se fixar na borda do lago. No entanto, como o propósito do Governo e da CHESF é o de oferecer condições satisfatórias ao desenvolvimento econômico e social de cada família transferida, vêm recomendando e oferecendo a essas famílias a oportunidade indiscutivelmente melhor de se fixarem no Projeto de Colonização de Bom Jesus da Lapa, visando obviamente à promoção humana.

**ANEXO C: DECLARAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE PARTE DE UM ROÇADO
NAS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO PERTENCENTE À ANTIGA
FAZENDA AREIAS**

Nós Abilio Gyl de Brito Maria Loui
de Brito e Manoel Pacifico do Nascimento
vendedores e comprador, por este instrumento
particular de compra e venda escrito pelo Rio
das Araç Fredous e por nós assinado neste povo
das Itaipas aos vinte dias do mes de Dezembro de
mil novecentos e quarenta e seis, ajustamos o contra-
tamos o seguinte. Nós Abilio Gyl de Brito e
Maria Luiza de Brito, na qualidades que sou-
mos Senhores e possuidores de uma parte de roca com mil
e seis braças de comprimento por mil de largura situada
no lugar denominado Joás da Fazenda Areias, segundo
o Edital deste Municipio de Casa Nova cuja parte nos
houve por heranca de nosso pai e sogro Julgencio Gyl
de Brito pela importância sessenta e seis mil e seis cent-
e-novis, declaramos haver vendido a alludida parte de roca
ao Senhor Manoel Pacifico do Nascimento, livre e desem-
bargada de qualquer compromisso, pela quantia entre nós
estipulada de \$ 300,00 trezentos cruzeiros, a qual
recebemos do mesmo comprador no acto de ser esta feita,
valendo esta nossa declaração para o mesmo, de modo que
não lhe podemos pedir novamente - Cuius sim, forame-
tente por nós ou por quem quer que venha succeder os nos-
sos direitos fazer firme e valida esta venda. Ho-
sim transmittiers - the desde já, todo nosso dominio, direitos
pore e accão que temos na dita parte de roca e que
era the vendemos sem nenhum constrangimento. E eu
Manoel Pacifico do Nascimento, accepto a venda
acima declarada, consideranda entendida para mim
comprador e para os vendedores, todas as garantias que
as leis e costumes conferem ao contrato desta natureza.
Por mim achamos nos combinados mandamos passar
a presente na qual assignamos com os testemunhos

ANEXO C: DECLARAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE PARTE DE UM ROÇADO EM UM DOS POVOADOS NO MUNICÍPIO DE SENTO SÉ AS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO

Escritura Particular de compra e venda.

Nos abaixo assinados, Olimio Barbosa e Margarida Café Barbosa, brasileiros, maiores, de profissão e estatista da de prendas doméstica, residentes na cidade de Santo L., este Estado Federado do Paraná, como outorgantes vendedores e Manoel Pacifico do Nascimento, brasileiro, maior, vareiro, negociante, domiciliado e residente no povoado de Santos, deste termo, como outorgado comprador, por este instrumento particular de compra e venda, apertados e contra termos o seguinte: Nós Olimio Barbosa e Margarida Café Barbosa, outorgantes vendedores, sendo ambos os possuidores da parte de uma roça em frente ao povoado de Santos, deste termo, cercada de madeira pelo lado norte, pelo Sul, com o Rio São Francisco, pelo marante, com João Pacifico do Nascimento, sendo cerca de madeira, pelo sidente, com a barrinha da capia do mesmo povoado, lavada por herança dos seus pais, pelo falecimento do seu pai e mãe, Cecília Café dos Santos, e possuindo livre de qualquer ônus ou compromisso, nesta data, de minha livre e espontânea vontade e sem constrangimento de qualquer espécie, reconhecemos vender como de fato vendida tudo o que ao Senhor Manoel Pacifico do Nascimento, pelo preço entre nós justo e acertado de R\$ 3.000,00 "Três mil e cem reais" importância esta que recibamos do mencionado comprador em moeda corrente do País, ficando transferido ao mesmo comprador todo direito, domínio, posse, direito e ação que nos cabia sobre o referido imóvel ora alienado, que d'ora avante poderá da mesma se

ANEXO C: AÇÃO COLETIVA MOVIDA POR ATINGIDOS PELA BARRAGEM DO MUNICÍPIO DE CASA NOVA

